

Nº 530

REG 2010/03/06 FLISA FIGUEIREDO

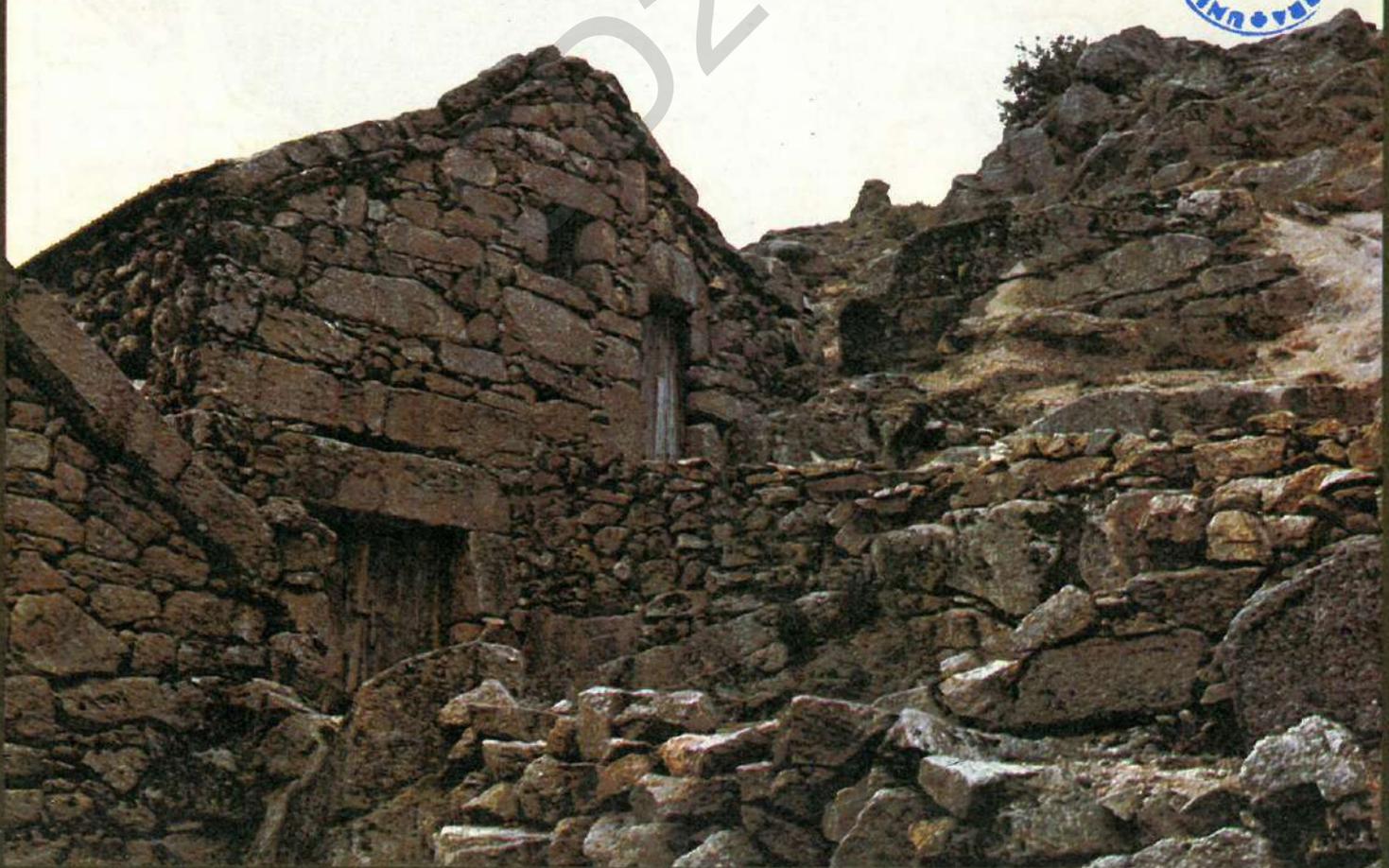
GEN. FABIÃO
em exclusivo para
o Correio do Povo
(Ver pág. 28)

PCPV

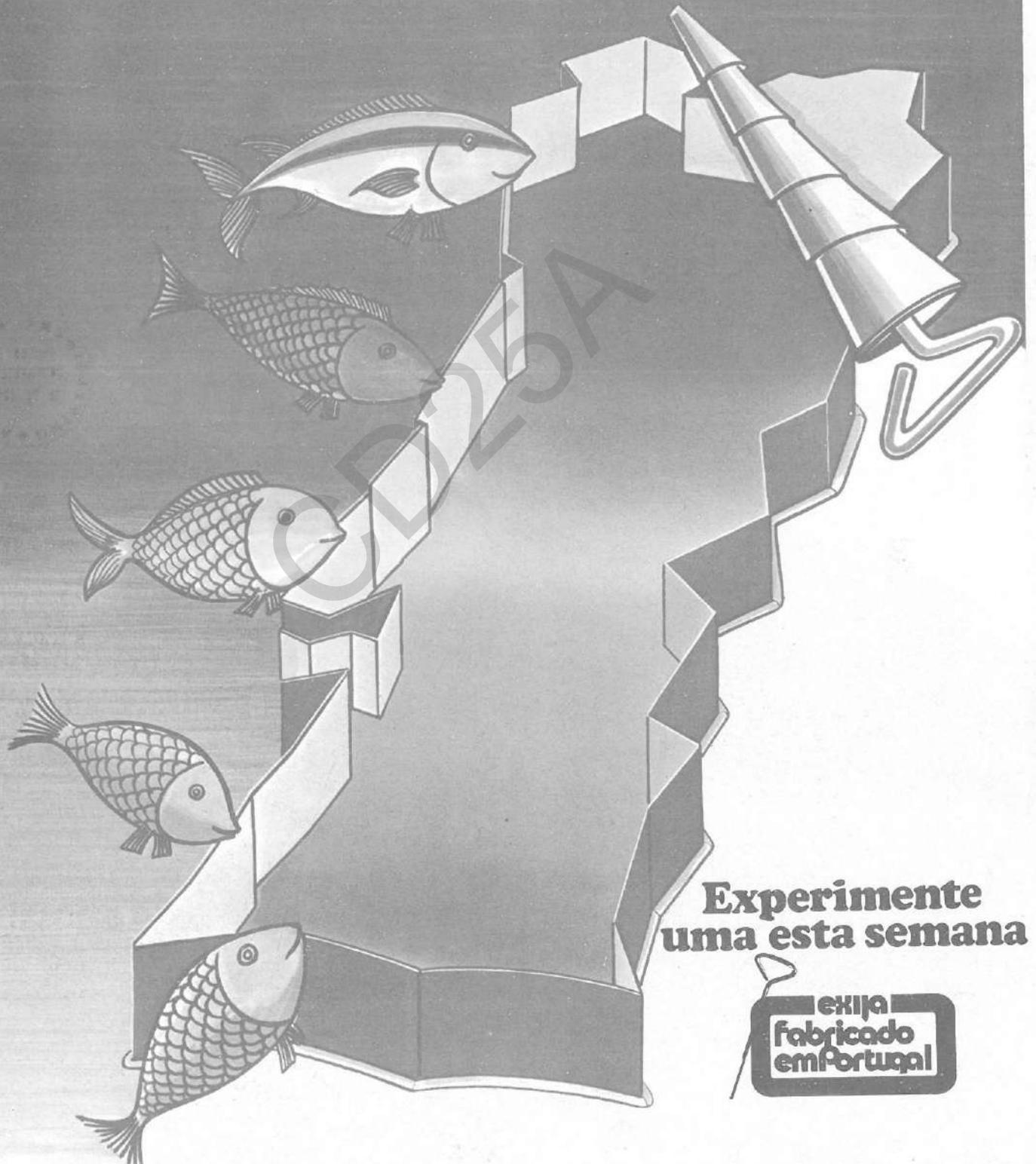
CORREIO do



**TRÁS-OS-MONTES
DO GRANITO CRESCERAM
MISÉRIA E FORÇA**



Conservas de peixe pratos mais gostosos e variados



**Experimente
uma esta semana**

**exija
fabricado
em Portugal**

Revolução ameaçada

Ano 1 * Número 10
31 de Outubro de 1975 * Mensal

Propriedade

Ministério da Comunicação Social

Redacção e administração

Palácio Foz
Praça dos Restauradores — Lisboa 2

Chefe de redacção

António Tavares-Teles

Redacção

Francisco Teixeira da Mota
António Baptista da Silva
João César B. de Sousa
Luís Filipe Neves

Colaboração

Diamantino Trindade
Filipe Rocha da Silva
Eduardo Gunes
José Gomes Ferreira

Reportagem fotográfica

Erico Chalbert
Alberto Gouveia
António Costa Mota

Paginação

Luís Osório
Abreu Lima

Pesquisa

Ethel Silva

Secretária

Maria de Fátima Santos

Composição e impressão

Anuário Comercial de Portugal

SUMÁRIO

- 1 — Correio do Povo
- 4 — Reportagem
- 11 — Informação
- 20 — Poesia
- 21 — História
- 23 — Cultura
- 24 — Agronomia
- 26 — Poder Popular
- 28 — Entrevista

DESTACÁVEL: *Três contos*, de Soeiro Pereira Gomes, com ilustração de Luís Osório

CAPA: *Trás-os-Montes*, uma foto de Erico Chalbert

CONTRA-CAPA: *Havemos de voltar*, um poema de Agostinho Neto, arranjo gráfico de Luís Osório

Tiragem

40 000 exemplares

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Gosto imenso de ler o *Correio do Povo*, pois a sua leitura é construtiva, esclarecedora e fácil de compreender. Só tenho pena — uma pena imensa — que também ela a «nossa revista» acabe um dia destes, pois parece-me que tudo de bom que trouxe o 25 de Abril se vai acabando dia após dia...

Pobres de nós, os ofendidos e humilhados de sempre!... eis a nossa Revolução ameaçada, eis aí a social-democracia, que mais não é do que a capa do fascismo que tanto nos oprimiu! Ainda gritamos, gritamos por aqueles que nos protegiam... mas onde estão? — É pena. Eu tenho uma pena imensa que tudo de bom vá assim acabar!

A mim, pessoalmente, já pouco me importa o que possa agora vir, pois os

outros, os assassinos de então, aqueles que me mataram o meu filho numa guerra bem injusta, tudo me tiraram, até a vontade de viver! — Mas talvez seja daí que me vem toda esta revolta todo este meu ódio por aqueles que, com a pele de cordeiro, venham de novo enganar os que não temos nenhum esclarecimento político e estejam sempre prontos a acreditar os que com «boas» mas falsas palavras nos querem impingir.

Me desculpem, por este meu desabafo, mas estou muito muito ferida! E tenho uma pena imensa que tudo volte para trás e que eu veja ainda rir aqueles que tanto mal nos fizeram.

Joaquina Carreiras das Neves
Avis

O CAPITAL NÃO TEM PÁTRIA

Pensando que reportagens como a da Comissão de Trabalhadores do Hotel da Aldeia, no vosso número anterior, podem ser muito úteis na transformação da nossa sociedade, desde que as mesmas sejam analisadas friamente. Venho-vos sugerir — entrevistados e entrevistadores — o máximo cuidado no sentido de fazer com que seja ponderado tudo aquilo que se diz e, sobretudo, o que se faz.

Creio não haver ninguém (honesto) que possa aprovar a posição tomada pela Comissão de Trabalhadores desse hotel, desde que estiveram dispostos a desempregar o proprietário ou seus delegados, não aceitando para eles o mesmo.

Tomadas de posição deste género só desacreditam outras feitas anteriormente e, eventualmente, outras a fazer por outras comissões.

Não serão quer uns quer outros seres humanos?

Fernando O. Pinto
Feira

Acreditamos na sua honestidade.

Acreditamos ainda que patrões e empregados sejam ambos seres humanos.

Só que não acreditamos que sejam iguais. Desempregar o patrão (usando a sua expressão) não é o mesmo que o patrão desempregar os trabalhadores. Estes nada mais têm que os seus braços para trabalhar.

Sugerimos que leia de novo a reportagem e recorde as condições que levaram a esse «desemprego» dos patrões. Que no caso nem portugueses

eram... aliás, como sabe, o capital não tem pátria, não é verdade?

DESEMPREGADO HÁ MESES

Camaradas: pela presente venho contar-vos a minha situação, na esperança de que me possam informar alguma pista para poder, ao menos, minorá-la.

Tendo um braço paralisado desde infância (nasci em 20/8/35) foi com dificuldade que consegui empregar-me num dos muitos pavilhões de jogos, que percorrem todas as feiras e festas do País, no meu caso chamado «Pavilhão Primavera», de onde nunca descontei para qualquer instituição.

Contudo e por dificuldades financeiras, logo após o 25 de Abril, o mesmo faliu, ficando eu portanto na situação de desempregado há bastantes meses.

Já que é com bastante sacrifício que meu irmão (Manuel Monteiro), trabalhador rural por conta própria, me tem sustentado. Agradecia me informassem se não haverá qualquer instituição pública (estou a lembrar-me do Serviço de Reabilitação e Protecção aos Diminuídos e Idosos, Travessa da Arrochela, 56 — Lisboa, que neste momento me possa valer.

Saudações Revolucionárias

José Monteiro
Rua da Capela — Além do Rio
S. Félix da Marinha — Praia da Granja

Deverá dirigir-se ao Serviço de Acção Directa, do Instituto da Família e Acção Social — Rua da Alegria, 200 — Porto. Aí lhe será dada alguma resposta ou orientação.



RESINEIROS TRABALHADORES DE MATÉRIAS- -PRIMAS EM DIFICULDADE

Vivo num pequeno lugar de Chão de Codes, Mação, na Beira Baixa, onde parte da população se dedica à exploração de pinhal, serviço de resinagem, embora parte do pinhal já tenha sido queimado! Ainda há quem ganhe o seu pão de pinheiro para pinheiro, percorrendo serras e afagando mato, na exploração de resinas.

Agora, têm surgido, nesta campanha de 1975, vários problemas entre trabalhadores e entidades patronais. Estas já se negam a pagar os descontos para as caixas de previdência e querem que sejam os trabalhadores a descontar as duas partes: a deles e a dos patrões!! Creio que isto não está certo, porque se os resineiros têm vivido com grandes dificuldades, agora ainda pior. Por isso, agradecia que me informassem qual a direcção do Sindicato ou, no caso deste não existir, quem poderá resolver tais problemas.

Porque, se os grandes senhores, antes do 25 de Abril, comiam muito, agora ainda comem muito mais!

Manuel Fernandes Pires
Chão de Codes, Mação
Beira Baixa

Visto não existir Sindicato dos Resineiros, os assuntos destes são tratados pelo Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas. Assim, deverá dirigir-se à Comissão Instaladora do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas, R. Visconde da Coriscada, 84, 4.º, Tel. 25846 — COVILHÃ.

CAIXA DE IMPREVIDÊNCIA

Sou empregado da construção civil já há alguns anos, bem como também beneficiário da Caixa de Previdência e Abono de Família do Distrito de Braga. É precisamente sobre este tema que vou lançar a minha voz de repúdio através do «Correio do Povo» e faço-o de uma maneira chocante. Já lá vão quase onze meses que eu espero um mês de subsídio de baixa por doença, que eu tive direito a 16 de Novembro de 1974, passado pelo médico da Casa do Povo de Celerico de Basto. Passados que foram Dezembro, Janeiro, Fevereiro e Março eu resolvi escrever à Caixa de Previdência de Braga para saber os motivos da demora. Passado um mês recebi uma carta da Caixa dizendo que se encontrava a baixa registada mas sem direito em virtude de não terem entrado descontos desde Setembro de 72, eu fiquei revoltado tanto mais que os descontos estavam em dia, mas logo no outro dia a seguir

outra carta que pedia que eu enviasse uma carta a dizer em que firma prestava serviço para poderem regularizar a minha situação, o que eu fiz prontamente, mas de novo a Caixa nada respondeu.

Até que eu escrevi uma carta à Comissão Administrativa da Caixa informando-a do sucedido, e até hoje nada! É este o abandono geral a que são votados os beneficiários da Caixa, isto em pleno Movimento Revolucionário, eu pergunto a opinião pública, através do «Correio do Povo», se é de admitir hoje em dia factos como este!? Lanço um apelo à consciência dos senhores da Caixa de Braga, para me darem aquilo a que tenho direito, aquilo que para nós se torna um remédio para a difícil tarefa do dia a dia, pois aqui o ordenado não chega ao mínimo nacional.

Deixo entregue ao «Correio do Povo» os comentários acerca deste assunto, os meus maiores cumprimentos e as maiores felicitações ao nosso *Correio do Povo*.

José António Alves de Carvalho

Contactámos com a Caixa de Previdência e, de lá informaram-nos que o amigo deve dirigir-se à Casa do Povo de Celerico e procurar pela relação n.º 933 de 75 (Problema de Subsídio de Baixa por Doença); receberá lá o seu dinheiro.

A burocracia acaba sempre por afectar os mais explorados, e se queremos que a Revolução vingue, tal entrave terá de ser para sempre extinto.

ALGARVE:

«PRAIAS DE SONHO» MAS A REALIDADE É OUTRA

Tem esta carta o fim de vos solicitar o envio do vosso jornal ou revista, que creio que se chama «Correio do Povo».

Pois eu sou daquelas pessoas que não têm possibilidade de comprar qualquer jornal e como o vosso é gratuito aqui estou a vo-lo pedir.

Eu tenho 22 anos, vivo com os meus pais num canto escondido da serra de Monchique próximo duma pobre aldeia que se chama Alferce, que fica a cerca de 9 km da vila ao fim duma estrada que acaba ali. É uma zona de pouca população, os que não emigraram foram para outras paragens onde tivessem melhores condições de vida. É uma zona pobre e atrasada esta serra de Monchique. Sempre foi esquecida e continua a sê-lo. Embora faça parte deste belo Algarve, deve ser parecido com o Nordeste Transmontano. É que quando falam do Algarve, pensam em turismo, em praias, em planícies com amendoeiras e figueiras, com toda essa

faixa mais à beira-mar e a serra tem ficado sempre no esquecimento.

A maioria das pessoas vive explorando os seus dois palmos de terra nas encostas dos montes e daí tira para comer e pouco mais. Existem meia dúzia de Senhores ricos donos de grandes propriedades, que vivem, ou têm vivido, à custa do trabalho dos pobres, que lhas têm cultivado; «os seus quinteiros», como aqui se diz. Existem mais uns quantos médios e o restante, são pequenos agricultores que vendem os poucos produtos da terra, que podem dispensar da sua magra alimentação, a intermediários, que lhos compram pelo preço que querem. É assim a minha serra de Monchique, áspera e dura como o granito cinzento que por aqui abunda. Com pessoas esquecidas, que também têm o seu contributo a dar na Revolução Portuguesa. São Povo, são verdadeiro Povo. Talvez que o seu espírito seja demasiado conservador; mas isso deve-se ao obscurantismo que todos nós conhecemos e à falta de informação e esclarecimento, porque nunca houve por estes cantos, campanhas de dinamização cultural.

Eu, depois da escola primária, como não tinha possibilidades de estudar, fui aprender a costura. Mas sempre com um desgosto enorme por não poder estudar. Aos 20 anos decidi começar a lutar mais a sério pela vida e fui para Faro onde vive a minha irmã. Trabalhando de dia e estudando de noite fiz o 2.º ano na escola preparatória. Entretanto a minha mãe piorou duma grave doença de coração e eu faço cá falta para ajudar tanto no trabalho do campo, como nas lidas de casa. Como gostava de fazer ao menos o 5.º ano, agora vou a Monchique três dias por semana à explicação, para tentar fazer em dois anos. Apesar de ser uma despesa enorme para mim, pois a senhora que dá as explicações leva 420\$00 por mês, eu faço o sacrifício e vou. Nos dias que não vou trabalho no que posso; faço algumas coisas de costura, tenho uns animaizinhos que vou criando, uns coelhos, uma cabra e assim vou tentando arranjar algum dinheiro, para ajudar a pagar as explicações.

É assim a minha vida, é assim esta serra de Monchique.

Amália Maria da Silva
Sequeira Guerreiro
Ribeirinho — Alferce
Monchique

Cremos que, entretanto, esta nossa correspondente terá lido o nosso último número, cuja reportagem de capa é, justamente, dedicada ao Algarve, com o título que acima transcrevemos; e que «retrata» essa situação para que Amália Guerreiro nos alerte.

COOPERATIVISMO

Estamos nós, aqui, muito interessados a fundar uma Cooperativa de Consumo de Géneros alimentícios, muito gratos ficaríamos a V. Ex.^a que nos elucidasse, através do vosso muito lido e esclarecido jornal, o processo sobre cooperativismo ou nos indicassem um livro completo sobre este assunto.

O nosso anseio é dar à população produtos mais baratos e melhores, em qualidade e higiene e desenvolver entre os sócios a unidade fundamental de comunidade, cultura e cooperativismo democrático.

Gostaríamos de receber mensalmente o vosso jornal «Correio do Povo».

Respeitosos e gratos cumprimentos duma sócia da futura «Cooperativa dos Trabalhadores de Carnaxide», que irá ter a sua sede no Largo da Pátria Nova, em Carnaxide, e que já tem para cima de 200 sócios inscritos.

Prof. ap. Elisa Moreira
R. Manuel dos Santos Mónica, n.º 9,
r/c, Dt.º
Carnaxide

Para um completo esclarecimento sobre o assunto, deverá dirigir-se ao Comandante Pereira Bastos, na Direcção-Geral de Comércio Interno, na Rua Alexandre Herculano, n.º 6, Lisboa 2.

REVOLUÇÃO SOCIALISTA E CORREIO DO POVO

Agradeço-vos o envio do vosso jornal, esperando que não esqueçais, que não só Lisboa é Portugal, para estes sítios longínquos e desertos e tão abandonados, tende a bondade e dignai-vos enviar o referido jornal, para aqui tudo é desprezo, para aqui não se sabe o que são partidos, o que é política, para aqui é trabalho, e oportunismo, não acreditam na Revolução Socialista, porque para aqui não é Portugal, Portugal é Lisboa e o resto não conta.

Será que vos ides esquecer, e mais uma vez como tantas, abandonais esta boa gente, rude, simples e trabalhadora, para quem os oportunistas não faltam, pois eu sou um entre esta gente, e grato vos fico pelo envio.

Álvaro Ferreira
Figueiró da Serra — Carrapichana
Beira Alta

Se fosse tão fácil enviar para essa região «desprezada» a Revolução socialista como enviar-lhe a si o Correio do Povo, meu amigo... Infelizmente, por ora, apenas receberá a revista.

CULTURA POPULAR

Desde à longo tempo se vem a verificar uma falta de informação política e social dentro do Bairro da Quinta da Calçada, um antigo bairro mandado construir por 5 anos, mas que há 39 anos ainda existe.

Concretamente o problema é que já antes do 25 de Abril, a população do Bairro da Quinta da Calçada, vinha sofrendo duramente, a falta de assistência social e material, no sentido de Dinamização, Alfabetização e Política. Compreendendo que por razões de Sistema de Governo não existisse, mas agora após o 25 de Abril já não se compreende toda essa falta de protecção política e social à população desprivilegiada do Bairro.

O mesmo método do antigo Sistema, é o de uma Associação Desportiva local, que tem como estatutos, a divulgação cultural, mas que desde sempre vem tendo como prática para «entreter» a população local os métodos desportivos tipo alienante como sendo futebol, pingue-pongue, (só para alguns), jogos de cartas, etc. (alienação) e que ainda mantém na sua Biblioteca «cultural» livros de conhecidos fascistas, como sendo: «Lisboa e Salazar» e outros que foram distribuídos pelo antigo Governo. Onde nessa Associação os próprios directores dizem que esses livros podem vir a ser úteis.

Não se compreende que com estas atitudes o Governo não ponha mão nisto.

O Centro de Assistência Social local, que apenas é utilizado para creche de crianças, a Comissão de Moradores, que tem como elementos os já referidos directores da Associação Desportiva. Tudo isto não tem servido a população operária e desprivilegiada local.

Apenas um grupo de animação socio-cultural local tem realizado trabalhos de dinamização e cultura, mas sendo ainda boicotados os seus trabalhos por elementos do Bairro, que não estão interessados que o Processo Revolucionário actual avance, com o objectivo de desenvolver um trabalho maciço dentro do Bairro.

Apela o Grupo de Animação Socio-Cultural, ao Governo que os apoie materialmente para então se poder promover um trabalho, que acompanhe o Processo Revolucionário e para que o Grupo se integre onde faz falta, a alfabetização, como se alerta, mais uma vez, todos os que estão interessados em que o Bairro da Quinta da Calçada avance, com objectivos claros, o perigo que poderá vir dos elementos reaccionários infiltrados no referido Bairro.

Adriano Domingues
Lisboa

P.º LEANDRO: «QUERIA QUE ME AJUDASSEM A PROCEDER SEMPRE MELHOR»

Uma carta de um leitor, António Matos dos Santos, referida ao padre Leandro Serrão, fez-nos pensar remetê-la a este último, que aqui lhe responde. Resposta essa que tem um carácter geral interessante para todos os nossos leitores; e que agradecemos.

Sinceramente não esperava que parte de algumas reflexões que fiz em clima de Igreja viessem publicadas na revista «Correio do Povo».

Pelo que me toca já agradeço, em carta, a atenção que lhes quiseram dispensar.

Recebi através da mesma Revista uma carta vinda de Moreira de Lima, do Senhor António Matos dos Santos, a quem agradeço as palavras que escreveu, dum modo geral manifestando apoio ao que disse.

Nos casos concretos que aponta, não estou à altura de ajuizar o que fizeram ou não colegas meus em ordem a combater o analfabetismo ou o atraso do País, ou o papel que os párocos tiveram nas manifestações realizadas em diversos distritos.

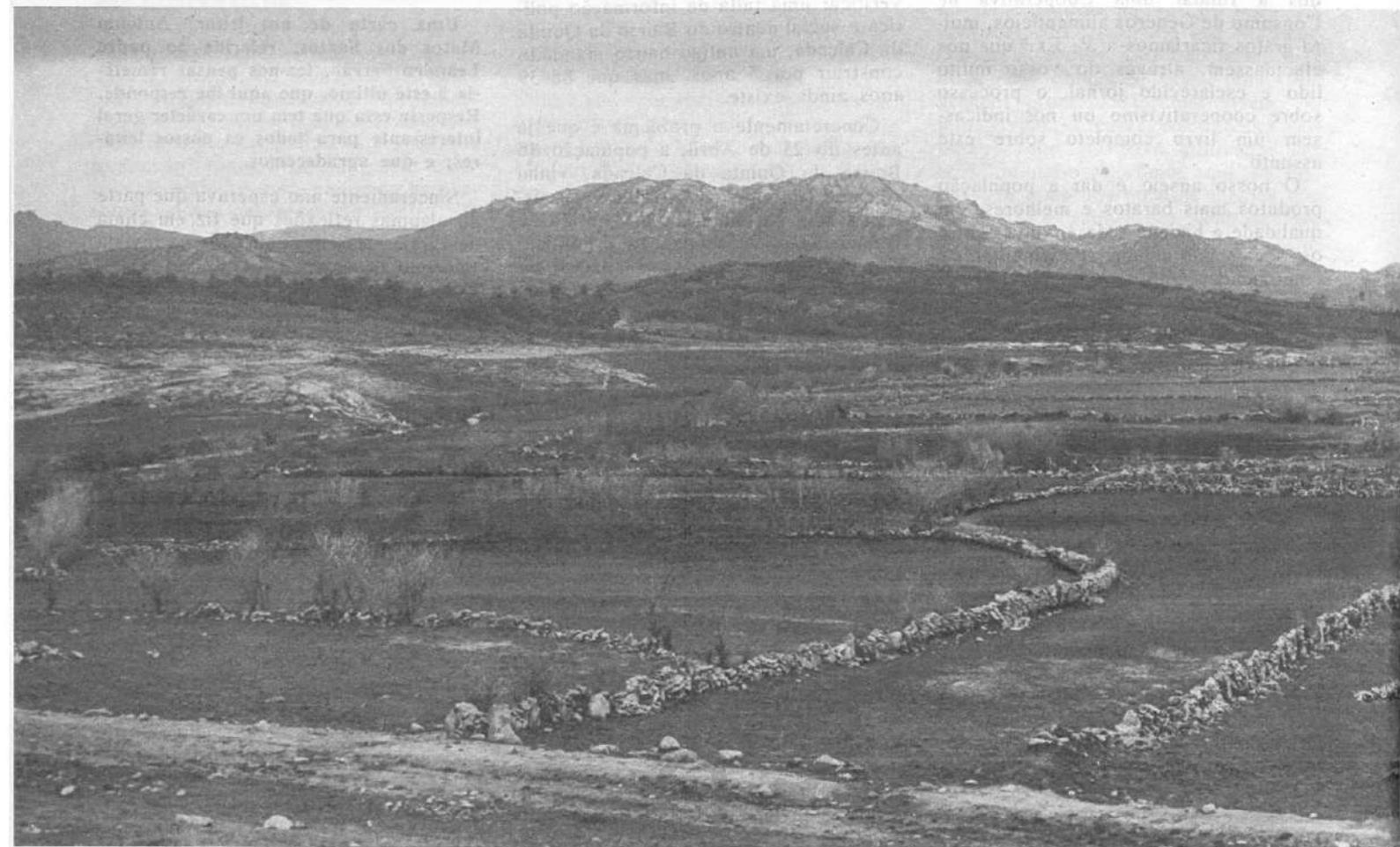
Pessoalmente, creio que cada vez mais devemos fazer juízos de valor passado algum tempo de vários acontecimentos que se vão realizando e norteados pelos princípios da verdade, justiça, paz, amor e verdadeira liberdade, construir para o bem de todos os portugueses (e estrangeiros).

Se uns têm direitos e julgam que podem fazer determinadas manifestações e às vezes não se sabe bem com que finalidade, penso que numa linha de senso e equilíbrio outras se podem realizar, mal orientadas, talvez no modo de as fazer, mas oportunas devido aos princípios que defendem.

No entanto estou em crer, como dizia há dias um dos elementos, duma mesa redonda na Televisão que isto de «multidões ululantes» são de temer pois

(Cont. na pag. 3/1)

Todas as pessoas interessadas em receber gratuitamente esta revista deverão fazê-lo saber, por carta ou postal, a CORREIO DO POVO Ministério da Comunicação Social, Palácio Foz, Praça dos Restauradores, Lisboa-2. Informamos que os primeiros 6 números estão esgotados.



Terras de MONTALEGRE

Tourém, uma pequena aldeia do concelho de Montalegre, Trás-os-Montes, exige justiça. As razões dessa exigência poderiam ser só as provocadas pelo abandono a que foi votada, como, de resto, todo o interior do País. E já não seriam poucas. Muito para além disso, contudo, a população de Tourém queixase e está revoltada com o «interesse que nestes últimos anos lhe têm manifestado.

A decisão, em 1965, da construção de uma barragem no rio Sales, em território espanhol, foi o ponto de partida para uma longa série de injustiças com que o povo de Tourém, ainda hoje, não se conformou. E por cuja reparação luta. As suas melhores terras, onde eram cultivados o trigo, a batata, onde pastava o gado, de onde retirava em suma, o seu sustento foram invadidas pela água e a justa indemnização pelos prejuízos sofridos (e nem todos se podem calcular em dinheiro) ainda não a receberam.

Possível zona piloto da reconversão agrícola e transformação social do norte do país

Em 1968 começaram a ser pagas pela Electro del Lima, representante em Portugal da FENOSA, empresa espanhola construtora da barragem, as quotas fixadas como indemnização aos proprietários das terras inundadas.

O povo de Tourém sentindo-se enganado com as indemnizações atribuídas, quis ver as medições das áreas abrangidas e a classificação dos tipos de terreno que haviam servido de base aos cálculos das indemnizações atribuídas. O presidente da Câmara de Montalegre, proibiu-lhes, porém, o acesso a tais documentos. Apesar de revoltados, a maioria dos proprietários assinou as

promessas de venda. Mas deixemos falar o povo de Tourém, que nos rodeou quando conversávamos com Alberto Miranda, um dos aldeões, no seu estabelecimento:

— Nós não queríamos receber o dinheiro, víamos que era pouco... mas o presidente da Junta andou a ameaçar, de casa em casa, que se não recebêssemos os 70% do dinheiro e não assinássemos a promessa de venda, ficávamos sem o dinheiro e sem as terras.

— A maioria assinou e recebeu os 70% como sinal. Só uns poucos se recusaram e exigiram novas louvações. Mas foi tudo louvado a olho pelo engº



Lencastre. Ele nem saía dos caminhos.

— E com uns copitos à tarde, as louvações saíam assim a modos... acrescenta Alberto Miranda.

— E louvaram pelo conjunto das terras. Não diziam quanto davam pelo m2. Fomos todos enganados.

As medições que haviam sido feitas pecavam por enormes erros, que prejudicavam quase todos os proprietários. Mas os erros nas medições não foram o mais grave, hoje, os habitantes de Tourém estão prontos a esquecer isso.

Coagidos pelo presidente da Junta de Freguesia, Alberto Pereira de Barros, este coberto por João Canedo, presidente da Câmara de Montalegre, a maioria dos atingidos pela inundação das terras assinaram as promessas e receberam 70% do valor fixado, até que souberam os preços a que estavam a ser pagas as terras em Espanha:

— Estavam a pagar 45 escudos pelo m² aos espanhóis e a nós entre 6 e 12 escudos! E o povo já não quis receber os 30% que faltavam.

— O moinho do rio, o único que trabalhava no Verão, foi avaliado em 25 contos e em Espanha estavam a pagar os moinhos a 75!

— E houve terras em Portugal, propriedade de Espanhóis, pagas a 45

escudos o m² e as dos portugueses, separadas só por um arame dessas terras, eram pagas a preço de portugueses!

O povo de Tourém quis devolver o sinal dobrado e recusou-se a assinar as escrituras de venda. As pressões e ameaças aumentaram, tanto da parte da Electro del Lima, como da parte do presidente da Câmara: que se não assinassem não recebiam os 30% e ficavam sem as terras na mesma, indo o caso para a Comissão Internacional e nunca mais viam o dinheiro. Foram mesmo intimados pelo presidente da Câmara a irem a Montalegre assinar as escrituras, senão seriam feitos autos de ocupação.

Decidiram então os atingidos contratar advogado. Os que haviam recebido os 70% contrataram o dr. Brito da Silva, do Porto; os restantes, o dr. Brasão Antunes, de Chaves.

Bento António, outro aldeão, começa a falar-nos da actuação dos advogados:

— Eles nada fizeram. O Brito da Silva andou de um lado para o outro, ainda disse para o povo se revoltar, mas não fez nada. O Brasão Antunes...

E logo alguém interrompe:

— O Brasão Antunes virou o bico ao prego. Como não chegávamos a acor-

do, decidimos ir para tribunal e ele disse-nos que eram necessários uns 50 coptos para lá pôr o caso. Veio cá apanhar o dinheiro, passaram-se os dias e os anos e ele nada fez.

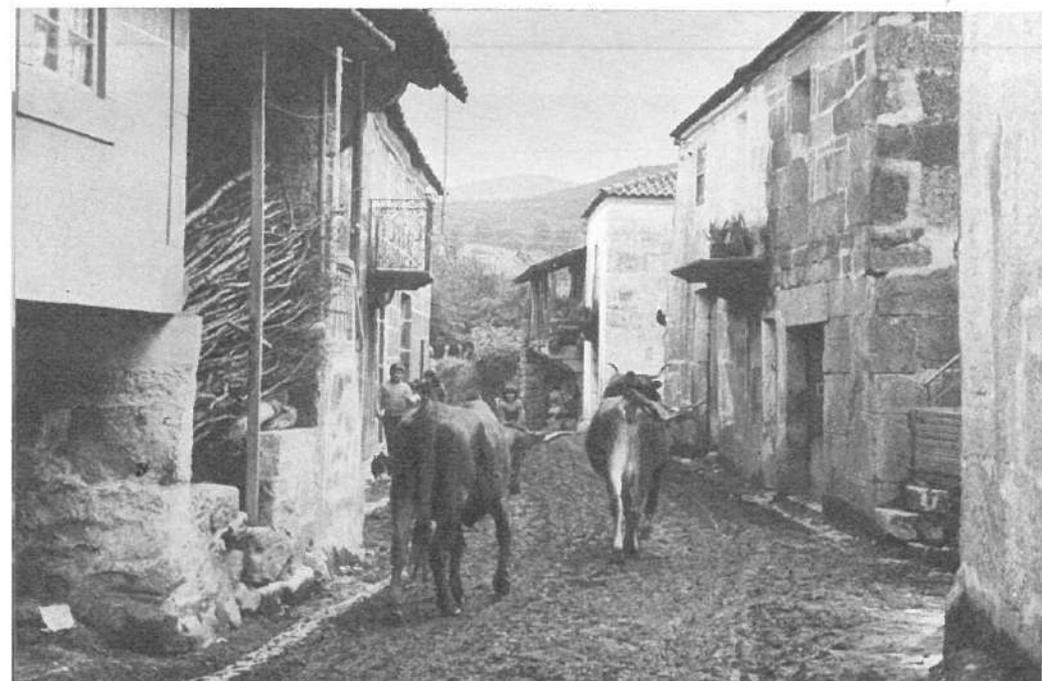
— Comeu da Companhia, foi o que foi.

Os autos de ocupação foram feitos, os proprietários viram-se desapossados das suas courelas e o dinheiro foi posto no banco, em contas à ordem. O povo de Tourém foi, assim, ludibriado por aqueles que contratara para o defenderem da actuação do presidente da Câmara de Montalegre, João Teixeira Canedo.

A JUNTA, A CÂMARA E O DINHEIRO...

«A nossa miséria foi o Canedo» disse-nos o povo de Tourém.

João Teixeira Canedo, ex-deputado da Acção Nacional Popular, presidente da Câmara Municipal de Montalegre durante largos anos; e Alberto Pereira de Barros, presidente da Junta de Freguesia de Tourém, são bem exemplos da forma como actuavam as autoridades e os «representantes» do povo durante o fascismo.



Tourém. «Quem tinha quatro vacas ficou com duas. Devido à barragem». Em todo o concelho de Montalegre, a criação de gado sofreu rude golpe com a ocupação dos baldios pelos Serviços florestais

Alberto Pereira Barros foi a primeira pessoa a receber indemnizações. Recebeu dinheiro tanto pelas suas terras, como pelas da Junta. Em seguida andou a ameaçar o povo de Tourém, obrigando-o a assinar as promessas de venda. Tudo isto com a cobertura de João Canedo, membro da família Canedo, «uma dinastia», no dizer de um transmontano, que acrescenta: «Basta consultarmos a lista de presidentes da Câmara, da Misericórdia, da Cooperativa».

Para fazermos uma ideia da sua actuação na Câmara de Montalegre, eis alguns factos citados num pedido de inquérito, feito em Agosto de 1974, pela Comissão Administrativa:

1) — No tempo em que foi presidente desta Câmara o doutor João Canedo, os materiais a utilizar nas instalações eléctricas e abastecimento de águas às aldeias, não entrava nos armazéns, mas eram levados directamente do abastecedor aos armazéns, digo, locais de aplicação, dando azo a que fossem vendidos a particulares com alta margem de exploração e sem qualquer controlo e outros fossem desviados; 2) — O material eléctrico era quase todo adquirido na INEL, rejeitando ofertas a preço inferior doutras firmas, só porque naquela havia um familiar seu em lugar de chefia; 3) — Apesar da recusa formal do Chefe de Secretaria de então em assinar as folhas de pagamento de oito horas extraordinárias por dia a um funcionário, recusa essa apoiada pelos demais funcionários, o referido presidente da Câmara impôs o seu pagamento; 4) — Em 1964 adjudicou a construção do quartel da GNR por seiscentos mil duzentos e

cinquenta escudos (600 250\$00), tendo o empreiteiro abandonado a obra cerca de dois anos após, sem lhe ser pedida qualquer responsabilidade. Passando a Câmara a administrar directamente a obra, veio a gastar um milhão duzentos e cinquenta e oito mil novecentos e vinte e oito escudos e vinte centavos (1 258 928\$20); 5 — Na reconstrução dos Paços do Concelho entregou a obra a vários empreiteiros, havendo serviços de administração directa, resultando daí que parte da obra viesse a ser demolida e reconstruída o que originou um acréscimo de despesas no montante de cerca de oitocentos mil escudos (800 000\$00); 6) — Quando a Câmara começou a receber os milhares provenientes da multa Hidroeléctrica do Cávado, as obras efectuaram-se sem projecto. Este era posteriormente apresentado à entidade competente só para efeito de usufruir das respectivas participações. Por isso essas obras não obedecem a qualquer projecto participado; 7) — Os empreiteiros habituaram-se a assinar recibos de quantias superiores às que na realidade a Câmara entregava; 8) — Tendo-se o povo manifestado com frequência e sendo do domínio público estes e dezenas de outros escândalos semelhantes, esta Comissão Administrativa não podia deixar de, após deliberação unânime, solicitar ao Ministério da Administração Interna a nomeação de peritos para procederem a minucioso inquérito sobre a actividade de gerências camarárias anteriores.

Em Janeiro de 1975, a população de Tourém, entregou também no Ministério de Administração Interna um pedido de «inquérito em profundidade à conduta dos presidentes da Junta de

Freguesia de Tourém e da Câmara Municipal de Montalegre e de todos os seus concíventes.»

Disse-nos o povo de Tourém que quando quiseram saber do presidente da Junta o que havia feito ao dinheiro que recebera, o presidente da Câmara foi a Tourém tendo afirmado: «O povo pediu contas ao presidente da Junta mas ele só a mim tem de as dar e eu não lhas peço». No pedido de inquérito é referido como provado o facto de não existirem na Junta de Freguesia documentos comprovativos da aplicação do dinheiro que o presidente da junta recebeu. E no livro das actas da Junta, que foi entregue após 25 de Abril, faltavam 10 páginas.

Para o povo de Tourém não há dúvida que «pagaram todos do mesmo saco».

Os números comprovados são os seguintes:

Dinheiro entregue, pela Electro del Lima, como compensação dos prejuízos — à Junta de Freguesia — 1 038 450\$00.

À Câmara Municipal — 2 199 234\$70.

Isto para além de umas centenas de contos para a reparação da estrada de Tourém que não foram utilizados para esse fim.

O POVO NA MISÉRIA E A VERDADE POR APURAR

Vivendo desde sempre numa economia de subsistência em que o produzido bastava para viver (e às vezes nem



Alberto Miranda: «Com uns copitos à tarde, as louvações saíam assim a modos que...»

para isso), estava agora o povo de Tourém reduzido à maior miséria. A emigração, que já era grande, aumentou. As pessoas passaram a viver de ajudas. Maria Gonçalves, uma das atingidas com a inundação dos terrenos, viu a sua terra, de 532 m², registada como se tivesse apenas 300 e tal metros; e queixa-se:

— Era a minha única terra, não tinha mais nada. Tenho vivido na miséria.

— Se nos quisessem comprar, as terras, não as vendíamos nem por 45\$00.

— A gente vendia lá as terras! Era disso que vivíamos. Só Deus sabe a fome que passámos.

E o Bento António interrompe, para nos dizer:

— Os lameiros foram-se, foi-se o gado. O que tinha quatro vacas ficou com duas. Só no gado são 1 000 contos de prejuízo por ano. E as infiltrações de águas? Eles puseram uns marcos aonde a água devia chegar, mas ela infiltra-se aí mais uns 50 m. Aí estraga o milho, as hortaliças ficam amareladas.

A existência dos baldios e a sua utilização, no concelho de Montalegre, são um importante problema que focaremos mais adiante. Em Tourém, a Junta vendeu os terrenos baldios como se fossem seus, ficando com o dinheiro. Só depois, e perante os protestos, deu 1 000\$00 a cada utente.

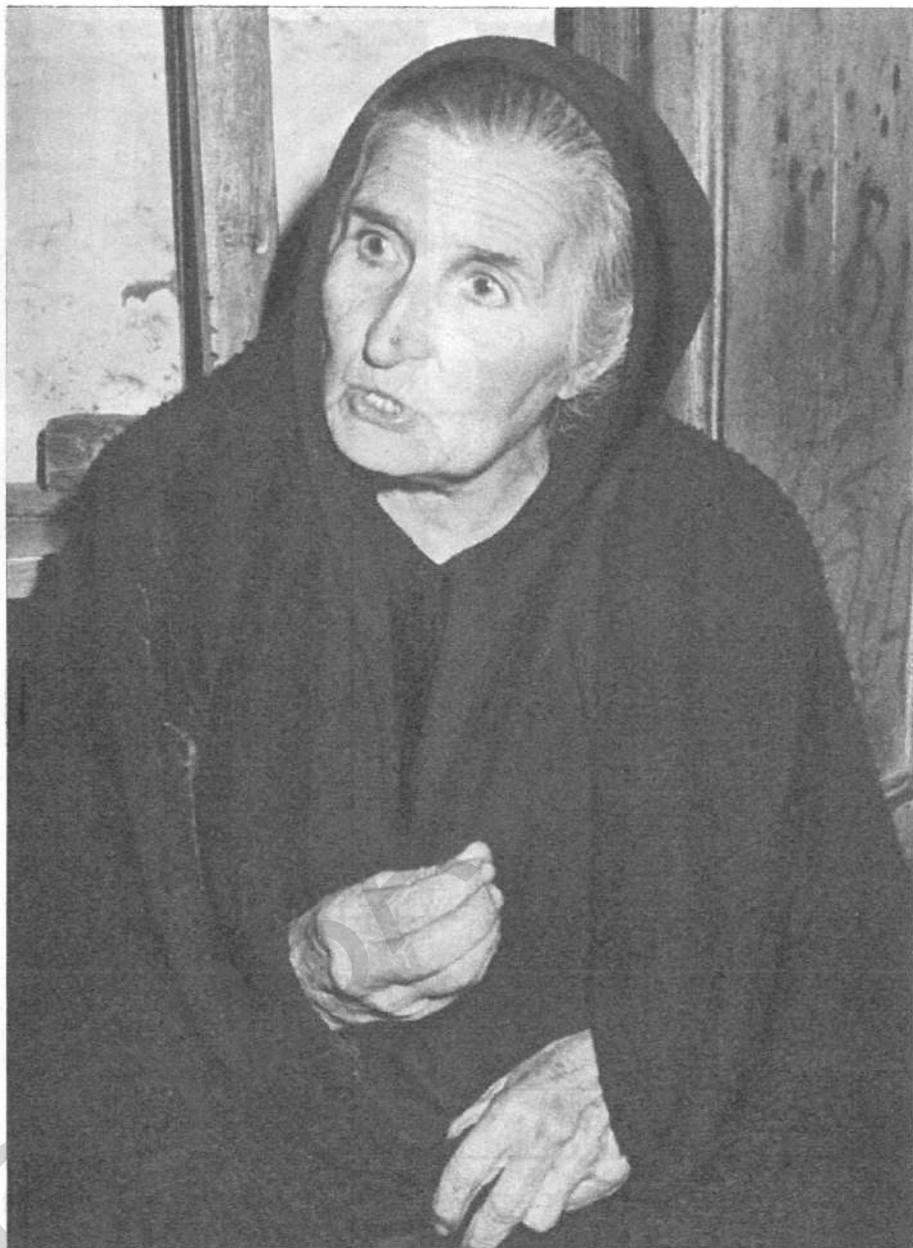
A este respeito diz-nos ainda Alberto Miranda:

— Metemos um processo no tribunal contra a última Junta, de antes do 25 de Abril. Foi ela que distribuiu o dinheiro. O presidente, José Maria Pereira Branco, fugiu para o Brasil. Os outros estão por aí. Mas no tribunal dizem que não há leis... O delegado diz que é mais por política que outra coisa que a gente põe o caso em tribunal e assim não se apura a verdade.

Se antes do 25 de Abril a população de Tourém havia contactado com autoridades governamentais, Marcelo Caetano e Amaral Neto por exemplo, que, evidentemente, não deram qualquer solução ao caso, depois do 25 de Abril também foram exigir justiça ao governo. Foi entregue uma exposição a Mário Soares, então ministro dos Negócios Estrangeiros, assinada por representantes dos 16 proprietários, que nada haviam recebido que tinham o aval dos outros.

Entretanto estabeleceram-se contactos, por parte de uma Comissão, com administradores da FENOSA e o advogado desta empresa espanhola, Ricardo Sá Carneiro. O advogado Brasão Antunes, ainda procurador legal, apareceu lá «a lixar as negociações», no dizer do povo de Tourém, que depois lhe retirou a procuração.

A proposta do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que surgiu, nessa altura, através do dr. Silva Marques,



«Só Deus sabe a fome que passámos. A gente quer é que a justiça ande para diante. Nós nunca íamos vender as terras, se era disso que vivíamos»

estabelecia o m² a 32\$00. Mas os representantes do povo de Tourém «encontraram pouco e não aceitaram».

No princípio do Verão de 1974, foi eleita uma Comissão de vizinhos, composta por Joaquim Gonçalves André, António Alberto Dias Barroso, João Esteves de Carvalho e Ana Conceição Viana, que tem vindo a efectuar reuniões com o dr. Sá Carneiro, pelo lado espanhol, na presença do dr. Silva Marques, do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

A população de Tourém está confiante na sua Comissão. O objectivo a alcançar é que as terras sejam pagas aos mesmos preços que aos espanhóis, mais os juros dos anos decorridos.

Este o drama de Tourém, pequena aldeia do concelho de Montalegre. Drama que é urgente solucionar. Mas para além disso, Tourém vive igualmente os problemas que afectam todo o concelho (da província de Trás-os-Montes): o

gado, a produção da batata e a sua comercialização, a devolução dos baldios e a sua utilização, entre outros.

BALDIOS: AO POVO O QUE É DO POVO

Com a terra muito dividida, a agricultura em Montalegre é, basicamente, uma agricultura de subsistência. A população vive sobretudo da pecuária, da pastorícia, do centeio, do trigo e da batata. As pastagens localizavam-se, antes da ocupação pelos serviços florestais, sobretudo em terrenos baldios, onde o pastor de cada aldeia levava o gado a pastar.

No concelho de Montalegre, a percentagem da área de baldios, em relação à área total do concelho, era de 53%, em Ribeira de Pena, 67% e em vila Pouca de Aguiar, 51%. Os baldios eram, pois, enormes áreas donde a



«Estavam a pagar a 45 escudos pelo metro quadrado aos Espanhóis. A nós, entre 6 e 12 escudos! E o povo já não quis receber os 30% que faltavam»

população retirava alguma subsistência.

A maior parte destas áreas foi ocupada, pois, pelos Serviços Florestais, criando riqueza florestal mas sacrificando as populações e diminuindo o número de cabeças de gado nessas regiões. Situação que o quadro abaixo ilustra:

COOPERATIVA DA BATATA: UMA ACÇÃO VÁLIDA EM DEFESA DO PRODUTOR

A existência em Montalegre, desde 1938, de uma cooperativa de produtores de batata para semente, revela a importância deste produto na economia

ARROLAMENTO GERAL DOS GADOS	Bovinos		Ovinos		Caprinos	
	1934	1972	1934	1972	1934	1972
Montalegre	13 459	14 750	41 731	15 543	44 089	11 242
Ribeira de Pena	3 818	3 902	3 892	1 468	13 283	2 361
Vila Pouca de Aguiar	4 137	5 976	6 504	4 760	14 554	1 216

A pastorícia levou assim um duro golpe com a florestação.

A lei dos baldios será o motor da Reforma Agrária em Trás-os-Montes. Através de uma correcta devolução dos baldios às populações, acção das Comissões de Utentes e com o apoio estatal, os baldios podem vir a desempenhar um importante papel na economia do País. As populações, terão de tomar nas suas mãos as explorações florestais, para além disso equipas de técnicos deverão fazer estudos das aptidões dos solos. Em casos de sub-proveitamento, devido à florestação, deverão ser as árvores cortadas rente na altura do corte, de forma a permitir um melhor aproveitamento. O aumento da produção de carne através de uma boa utilização dos baldios, bem como as possibilidades deste modo, criadas ao retorno de emigrantes, são alguns dos factores que devem pesar para uma rápida publicação da regulamentação da utilização e gestão dos baldios.

da região. A produção de batata para semente levanta alguns problemas especiais. A necessidade que, essa batata seja semente realmente produtiva, levou à criação de um sistema de certificação, através das Cooperativas, que no entanto não tem dado resultado,



Quando a rocha é dura, o homem tem que ser mais duro que a rocha. E, no Caúnho, o homem construiu um celeiro!

continuando os produtores a preferirem pagar mais pela batata de semente estrangeira do que comprar a nacional, que depois não nasce. Por outro lado, a batata estrangeira lançada no nosso solo sem adaptação, leva a produções muito mais baixas das que seriam possíveis caso houvesse um período prévio de adaptação. Os problemas com que a comissão administrativa da Cooperativa deparou foram muitos.

Falámos com alguns membros da Cooperativa que nos expuseram aquilo que já foi feito e aquilo que se pretende fazer. Um deles, Carneiro Chaves, disse-nos: «O maior problema está na comercialização do produto. A fixação de um preço de garantia e o pagamento a tempo e horas, são condições fundamentais para a solução dos problemas que afectam a produção da batata para semente. A batata plantada em Abril e entregue na cooperativa em Setembro/Outubro só vem a ser paga em Maio/Junho, isto é, depois da plantação do ano seguinte. A que é que nos leva isto? A que a cooperativa seja uma anticooperativa, já que só os maiores entre os médios produtores pode aguentar tanto tempo sem receber o dinheiro. O pequeno produtor prefere não entregar a batata à cooperativa, vendê-la a um preço mais baixo, como não certificada, mas receber o dinheiro que lhe faz falta. Esta uma das frentes de luta da comissão: a concessão de um empréstimo por parte do Instituto de Reorganização Agrária que nos permita fazer um adiantamento de 2\$00 por kg ao produtor. Por outro lado procuramos negociar a compra de toda a produção da cooperativa pela Junta Nacional das Frutas. A JNF vai discutir este problema, bem como a política dos preços, com os próprios agricultores de forma, a que sejam considerados os interesses tanto dos produtores como os dos reprodutores».

Felizardo Gonçalves acrescentou: «A compra de toda a batata da zona, pela JNF, tanto a certificada (a da cooperativa) como a não certificada, neste ano (em que a produção foi de cerca de 1/3 do ano anterior) permitira que para o ano já não houvesse batata não certificada. Para tal seria necessário que a

JNF fizesse importação da batata estrangeira e a distribuisse pelas cooperativas de batatas para semente, que as distribuiriam pelos seus associados».

João Gonçalves Dias: «Temos de criar um controlo da batata desde que é entregue ao produtor até que chega à cooperativa. O controlo dos Serviços fitopatológicos não serve. Há produtores que dizem ter plantado batata boa num sítio, mas plantaram-na noutro e depois ficam com a batata boa para

eles. Ou quando é da colheita, como leva um dia inteiro, trocam a batata durante a noite e o funcionário vai selar como batata certificada a que é mais ruim. Havendo vigiarice, a batata certificada falha».

Ricardo Moura, da Liga dos Pequenos e Médios Agricultores de Montalegre, uma organização que já realizou trabalho válido apesar das dificuldades próprias de uma região onde é enorme a falta de esclarecimento e onde o

caciquismo é uma realidade, também nos disse:

— O transmontano trabalha na incerteza. Fala-se muito na produção, mas e depois, a comercialização? Por outro lado, se é importante a produção de batata de elite, também não se pode acabar com a batata forrageira, que é mais compensadora para o produtor. É necessário haver um planeamento por parte da JNF.

Carneiro Chaves: «A nossa actuação

Após crítica e autocrítica, jovens de Terras de Bouro dispostos a recomeçar as actividades de um movimento socio-cultural

Após o 25 de Abril, um grupo de jovens de Terras de Bouro organizaram-se num movimento. De um dos primeiros números do jornal que editaram, passamos a transcrever um artigo intitulado *Visita à Lama*:

«Fui há dias com uns colegas lá para os lados de Cibões, passando depois por Gilbarbedo, Figueiredo, até à escola da Lama. Iamos ver a escola, a terra que uma professora ia ocupar... A estrada era fraca, na sua maior parte por alcatroar. Não me impressionei porque as outras que conheço no concelho são quase a mesma miséria. E quando as há! Estivemos na escola. Agora já me impressionou. E verberei logo a Direcção Escolar, as Obras Públicas, os presidentes da Câmara, o povo da terra e não sei quem mais. Caramba, soalhar uma sala, arranjar quatro janelas, pintar quatro paredes, com a ajuda de todos não custa tanto como isso! Às vezes é uma questão de boa vontade e para bem das crianças. Mas não há dúvida, por fim, verberei mais contra a gente da terra que contra as entidades responsáveis ou os professores que foram ocupando sucessivamente a escola.

Também estou com eles quando se queixam que fazem pedidos sobre pedidos e ninguém os atende. Para ali perdidos, dizem eles: a estrada fica lá em baixo, é só para ver; telefone, correio, electricidade, médico são produtos da civilização (!) que ainda não chegou por aqueles lados. Mas é regra geral no concelho. Falámos com aquela gente perdida lá nos montes, ouvimos as suas queixas, pensamos para connosco que aquilo também é terra e povo português. Não nos atrevemos a falar-lhes do 25 de Abril: receámos que nos mandassem para aquela banda. Mas pensamos que o bem-estar, a democracia não vem de Lisboa, tem que ser fundamentalmente construída com os nossos braços, com as nossas mãos. E, unidos, irmanados para o bem comum, esquecidas pequenas rivalidades, talvez pudessem ter mais do que têm: por exemplo, uma sala de aulas melhorzinha!» V.C.

Este artigo, indicava uma intenção salutar e se os jovens do Movimento tivessem lançado mãos à obra e começado por arfanjar a escola e o que mais fosse surgindo, teríamos agora um MJTB vivo e aceite pelas populações do concelho de Terras de Bouro.

Constituído por um grupo de «malta fixe», que já antes do 25 de Abril procurava tirar o povo de Terras de Bouro do isolamento em que vivia, o Movimento veio a realizar algumas acções válidas mas desapareceu ao fim de algum tempo.

Em Terras de Bouro, falámos com António Amaro, Carlos Pereira, José Simões Amaro, Isaac Dias, Manuel Antunes, José Dias, António Sousa e António Teixeira e procurámos saber o que foi o Movimento, o que podia ter sido e o que ainda pode vir a ser.

O MTJB propunha-se a animação, apartidária, socio-cultural da região. Estava nas intenções do Movimento a realização de sessões de teatro e cinema, reuniões sobre cooperativismo, a edição de um jornal, a divulgação do desporto, entre outras actividades.



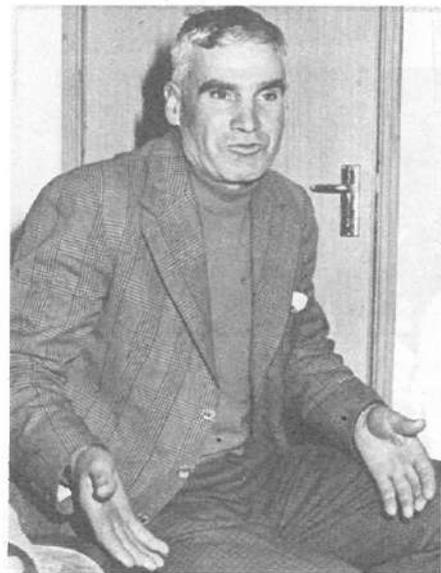
Lançado por um grupo restrito, o Movimento viu-se desde o início limitado pela falta de adesão de grande parte da juventude de Terras de Bouro. Esta falta de adesão não se pode imputar somente a um possível «partidarismo» de que o Movimento, a partir de certa altura, passou a ser acusado. A maioria da juventude não terá sentido o Movimento como seu, porque a sua actividade se veio a concentrar no Jornal, que, com o tempo, tomou um carácter demasiado político, afastando-se dos problemas concretos e da procura de soluções. E como nos referiu um dos jovens, «há muita cegueira, há muito quem leia os jornais e nada entenda, mas dê opiniões sobre tudo».

A projecção de filmes, as reuniões sobre cooperativismo apesar de boicotadas por reaccionários, e as festas do concelho são realizações que revelam alguma capacidade por parte do Movimento. A actuação de certos pais não permitindo a deslocação dos seus filhos a Braga, numa excursão desportiva, organizada pelo MJTB revela, por outro lado, a falta de esclarecimento das populações e a falta de aceitação que o MJTB conseguira lograr.

O Movimento de Juventude de Terras de Bouro desapareceu. Se há razões internas e culpas por parte dos organizadores é necessário não nos esquecermos do papel que as forças conservadoras e reaccionárias têm no desaparecimento deste tipo de movimentos, que visam o esclarecimento das populações. A essas forças não convém que as populações rurais procurem saber o porquê da vida que levam e como alterá-la. A maioria dos jovens com quem falámos estavam dispostos a recomeçar o Movimento. Para isso adiantavam: menos política teórica, mais realizações práticas, menos elitismo, maior colaboração de pessoas de diversas ideologias na feitura do jornal, peças de teatro mais simples, actividades desportivas com mais frequência.

De qualquer modo, a experiência vivida, até na medida em que já permitiu este tipo de autocrítica, foi muito vantajosa. E a actual disposição desses jovens para recomeçar prova-o. O povo de Terras de Bouro, futuramente mais chamado a participar, não deverá, contudo, recusar essa participação, sem a qual se regressará rapidamente ao elitismo e ao partidarismo agora criticados.

aqui na cooperativa tem sido boa obra e poucas palavras. Quando para aqui viemos houve muita movimentação por parte dos caciques, percorreram, só numa noite, no dia anterior à reunião na cooperativa, as 133 aldeias do concelho, dizendo que éramos comunistas e vínhamos roubar a cooperativa. Disseram que havia cá 9 000 contos e que íamos ficar com eles. Os produtores vieram à reunião e, perante o nosso plano de acção, e o facto de sermos de cá, aderiram. Propusémos que as pessoas se reunissem em cada aldeia e



João Gonçalves Dias, da Comissão administrativa da Cooperativa da batata: «Se houver vigarice, a batata certificada falha»

elegessem um delegado de aldeia em contacto mais directo com a cooperativa. Formar-se-iam, também, armazéns periféricos para a venda de produtos, como os pesticidas, já que não se entendia que a cooperativa fosse somente uma cooperativa de compra e venda de produto único. Foram eleitos delegados em 40 aldeias das 55 que têm associados na cooperativa. Para se ver o grau de aceitação desta iniciativa, basta dizer que através deste processo se vendeu 90% do consumo dos pesticidas. Vendíamos a 100\$00 o kg., mas houve quem preferisse ir a Chaves comprá-lo a 110 e a 120\$00...

Os delegados de aldeia fizeram, também, levantamentos dos principais problemas das aldeias e trouxeram-nos à cooperativa. Verificou-se que as principais dificuldades estavam nos caminhos de acesso às explorações e um mês depois tínhamos cá uma máquina. Reuniram-se os delegados de aldeia e decidiram qual a prioridade nos acessos a construir.

Essa gente, que só quer entrar e manter os seus privilégios, procurou então apoio no exterior, dizendo que os do Barroso não valiam nada, tinham deixado meia dúzia de homens tomar conta da cooperativa. Mas não têm conseguido apoios.

Para além disto projectámos um filme dos Serviços de Informação Agrícola, fizemos um curso sobre cooperativismo, arranjou-se o subsídio de 1\$00 por kg. de batata, temos o projecto da rede de transportes para beneficiar os estabelecimentos escolares, estamos a fazer diligências para a criação de um posto de inseminação artificial, para melhoria da produção de carne».

Felizardo Gonçalves: «Existe ainda o projecto da criação de um talho para a comercialização directa da carne produzida pelos associados, para o que já



Ricardo Moura, da Liga dos pequenos e médios agricultores: «O transmontano trabalha na incerteza»

contactámos o IRA. Neste momento a cooperativa já tem praticamente 4 secções a funcionar: batata, pesticidas, rações e gado. A cooperativa que era

um fantoche procura agora ser algo de realmente útil para os seus associados».

A evolução da cooperativa passará, por um lado, pela criação de cooperativas de produção a partir dos armazéns periféricos, diminuindo os custos de produção e por outro, por um efectivo alargamento da sua acção à criação e comercialização do gado. Entretanto há que procurar alterar os prazos de rotação, actualmente anuais e bi-anuais, para prazos mais longos permitindo um melhoramento da batata a ser plantada e dos terrenos. A construção de aterros, por exemplo, permitira a transformação de milhares de hectares de sequeiro em regadio.

MONTALEGRE: ALGUMAS CONCLUSÕES

A experiência da comissão administrativa da cooperativa é francamente positiva, não tendo as forças reaccionárias conseguido desacreditá-la. A Liga dos Pequenos e Médios Agricultores, embora ainda não muito importante, já revelou o seu interesse na mobilização dos agricultores para receberem um subsídio, por exemplo. Tudo isto cria condições para que Montalegre possa ser uma zona piloto da acção do Estado, no sentido da reconversão agrícola e transformação social no norte do país. É importante que o Estado saiba apoiar as iniciativas locais e procure dinamizar formas de actuação colectiva, que se venham a traduzir em melhoria das condições de vida dos agricultores de Montalegre, «uma região subdesenvolvida mas consciente, dentro de um país subdesenvolvido em busca de consciência».



Deixamos o concelho de Montalegre com a certeza de que essa terra subdesenvolvida mas consciente encontrará o caminho seguro para a sua transformação económica e social. A via da Revolução

Trabalhadores da CUF estivadores e empresas rodoviárias vão garantir o fornecimento de adubos ao Alentejo

BARREIRO — Trabalhadores da CUF, estivadores e empresas rodoviárias do distrito de Setúbal vão garantir o fornecimento de adubos aos camponeses alentejanos, de acordo com uma moção aprovada num plenário ontem efectuado nas instalações daquele complexo fabril, no Barreiro, por iniciativa da respectiva Comissão de Unidade de Trabalhadores (CUT).

O plenário que se realizou num dos refeitórios da fábrica, foi presidido por José Henrique, da Comissão de Unidade de Trabalhadores, tomando lugar na mesa, além de outros membros da mesma comissão, os delegados dos Sindicatos Agrícolas de Setúbal, Évora e Portalegre. Como convidados, estiveram presentes o comandante Pereira da Silva, capitão Clemente, tenente Santos Matos e aspirante Madeira, dos Fuzileiros Navais de Vale do Zebro.

Antes de entrar na ordem dos trabalhos, a mesa informou que tinham sido convidados o ministro da Agricultura e do Comércio Interno. Foi lido um telegrama do primeiro dos ministros, justificando a sua falta e convidando os trabalhadores a irem ao seu Ministério, pelo que foi acrescentado que a ausência dos ministros era tida como desinteresse pelo assunto. A leitura do telegrama foi mal recebida pela assistência, que se manifestou de forma bastante hostil.

Um elemento da banca nacionalizada referiu-se aos saneamentos feitos pelo ministro das Finanças de três administradores, adiantando que, com tal medida, pretendia o retorno da banca ao tempo do fascismo, apresentando os elementos substitutos como afectos ao capitalismo. «Salgado Zenha», disse, «promulga um decreto que dá 15 000 contos aos bancários, no sentido de os calar. Há dinheiro para os bancários e não há para auxiliar os camponeses.»

Foi depois aprovada uma moção de apoio aos metalúrgicos e de repúdio às declarações do ministro do Trabalho, sugerindo-se a sua imediata demissão do Governo.

Outra moção aprovada propõe a expulsão do Governo do PPD.

Na ordem dos trabalhos, José Henrique disse que o Governo Provisório não se preocupava com os problemas

do País, mas sim em fazer o saneamento à esquerda. «Vamos, pela primeira vez, no Mundo, construir o socialismo com as direitas no Governo. Caminhámos para um retorno ao regime fascista, pois até já lá estava um novo Tomás e um Marcelo.» Acrescentou que eram os trabalhadores que se interessavam pela solução dos problemas dos camponeses, pois que tínhamos um Governo que fechava nas



Um aspecto do plenário dos trabalhadores na CUF

gavetas os decretos do V Governo, feitos para servir o povo e a revolução.

Artur de Jesus, da CUF, disse que se tinha de sair do plenário com dados concretos, visto estarmos praticamente em cima das sementeiras. Referiu-se à aquisição de máquinas agrícolas, que são importadas do estrangeiro, quando poderiam ser fabricadas em Portugal.

Traçou o panorama dos trabalhadores sem dinheiro para pagar os adubos. «O ministro Melo Antunes sabia, perfeitamente, que se haviam importado 4 milhões de contos de milho, quando todo este cereal se podia cultivar no nosso país». Referiu-se, também à acção do primeiro-ministro, dizendo que só será um verdadeiro primeiro-ministro quando se ligar aos trabalhadores e não às direitas.

PARA O ANO TEREMOS A PRODUÇÃO QUE O PAÍS NECES- SITA

Ainda sobre o Ministério do Trabalho, um funcionário deste departamento denunciou a forma como se processavam ali certos trabalhos, acrescentando que existiam lá dentro 95 por cento de fascistas.

Usou depois da palavra o trabalhador agrícola Manuel Vicente, do Sindicato Agrícola de Évora, que disse ser portador das saudações dos camponeses alentejanos para os trabalhadores do Barreiro. Estamos conscientes que não estamos sós, pois temos ao nosso lado todos os trabalhadores portugueses. Lamentou que os camponeses norte-nhos, por influências de partidos reaccionários, não acompanhem a luta dos camponeses do Sul. «Há trabalhadores — disse — que há doze semanas não recebem salário, mas assim mesmo

lutam, cada vez com maior ardor. Temos carências de máquinas e as poucas que possuímos vão trabalhar 24 horas por dia. Garantimos a todos os camaradas que para o ano teremos a produção que o País necessita, ainda que sejamos obrigados a cavar a terra com as enxadas e a deixar ali o nosso sangue como Catarina Eufémia, e por muito que isto custe ao sr. Mário Soares. Precisamos, já de adubos e nem que os tenhamos que vir buscar em carroças à CUF, ele terá que ir para as nossas sementeiras, disse o orador.

Continuando, acrescentou Manuel Vicente: «O que lançou os trabalhadores à ocupação dos terrenos incultos foi o facto de vermos imensas propriedades cercadas de arame para servirem

de coutadas de caça aos senhores feudais, enquanto os camponeses passavam fome.»

O estivador da CUF, José António, propôs que os estivadores trabalhassem fora das suas horas de serviço, carregando adubo para os camponeses e que os proprietários de carros de transporte do Barreiro oferecessem as suas viaturas para conduzir adubo para o Alentejo.

Outra proposta preconizava que os trabalhadores da CUF oferecessem três vagões de adubo e que os operários metalúrgicos da mesma empresa reparassem gratuitamente os tractores dos camponeses.

Ambas as propostas foram aprovadas por unanimidade.

Vitorino Gomes, do Sindicato Agrícola de Setúbal, disse que os trabalhadores estavam com grande vontade de trabalhar mas não tinham dinheiro. «Todavia, há — disse — 15 contos por mês para pagar a oficiais afastados do serviço», realçando: «Só não há dinheiro para pagar aos camponeses.»

Referindo-se à ausência do ministro da Agricultura, disse que «talvez se incomodasse com o cheiro do suor dos camponeses presentes».

«Estamos habituados a passar fome. Passámo-la durante 48 anos. Mas nada evitará irmos para a frente.»

Terminou agradecendo a ajuda dos trabalhadores do Barreiro aos camponeses alentejanos, já que o VI Governo não se mostra interessado na Reforma Agrária.»

Pelo trabalhador Artur da CUT, foi mandada para a mesa a seguinte proposta:

«Considerando que a reforma agrária está sendo boicotada pelos grandes agrários, em estreita ligação com o VI Governo;

Considerando que os operários não mais querem trabalhar para quem os explorou durante 48 anos;

Considerando que quem está a ser o principal beneficiado com esse boicote à saída da portaria são os grandes agrários, proponho: Que sejam retirados imediatamente os 20 por cento a quem não beneficiar do crédito agrário de emergência, pedindo o imediato acordo de todas as empresas adubeiras.»

Esta proposta provocou várias intervenções de trabalhadores e camponeses, sendo depois aprovada por aclamação.

O problema do crédito dos 30 e 20 por cento desde que façam as suas encomendas através das respectivas comissões liquidatárias dos Grémios da Lavoura.

Foi depois solicitado aos oficiais presentes para dirigirem algumas palavras aos trabalhadores que participavam no plenário.

O comandante Pereira da Silva, aceitando ao convite, fez uma análise aos recentes acontecimentos políticos, dizendo que as massas populares e militares, com a sua determinação tinham já feito estremecer o Governo e o Conselho da Revolução. «A falange socialista da direita», disse, «anda a fazer um peditório pela Europa, mas nós não precisamos de esmola, mas sim do escoamento dos nossos produtos no mercado internacional.»

Terminou dizendo:

«É preciso desmascarar perante o povo quem está governando o País.»

Diário de Notícias, 14-10-75

Pequenos e médios criadores de gado discutem a situação de um sector em crise

Por iniciativa da Liga dos Pequenos e Médios Agricultores do Oeste realizou-se uma reunião dos representantes dos Secretariados das Ligas com o Conselho Geral dos Trabalhadores e a Presidência da Junta Nacional dos Produtos Pecuários. O tema da reunião foi um dos mais discutidos e um dos que mais preocupações levantam a um vasto sector da população rural: o abate e a comercialização da carne de bovino, tendo por base um Projecto de Regulamento que foi oportunamente elaborado pela J. N. P. P. em colaboração com a Direcção-Geral de Preços (na parte correspondente), depois amplamente discutido e aprovado, em princípio, por sucessivos plenários das Ligas dos Pequenos e Médios Agricultores, Comissões Liquidatárias dos ex-Grémios da Lavoura, Cooperativas e, até, dos comerciantes de carnes.

O referido Regulamento contém medidas consideradas «avançadas» no sentido de um apoio efectivo e mesmo de protecção aos pequenos e médios criadores de gado, às cooperativas ou herdades colectivas ocupadas pelos trabalhadores. Concretamente, o Regulamento prevê a atribuição de um subsídio aos criadores de gado, garantindo a venda ao preço de 76\$00 por quilograma (e assim evitando o abate indiscriminado) e o controlo da comercialização, através das Comissões Liquidatárias dos Grémios, Ligas e Sindicatos; prevê, igualmente, a criação de associações de talhantes e, ainda, apoio económico às organizações de pequenos e médios produtores que garantam a concentração e o transporte dos produtos dos seus associados. Tudo isto se traduz, afinal, na tentativa de evitar que os pequenos e médios produtores caiam nas mãos dos intermediários

improdutivos e, por outro lado, procurar dinamizar os sectores de produção.

A situação é tanto mais grave quanto é certo que a J. N. P. P. não cobre todo o País, acontecendo que muitos comerciantes se encontram em sérias dificuldades para comprarem o gado uma vez que não recebem qualquer subsídio e não podem concorrer com os preços pagos pela Junta — que já inclui o subsídio mencionado, elevando-se portanto a 76\$00 por quilograma. E assim surgem dificuldades no abastecimento do mercado, em determinados concelhos. Mas também a Junta encontra dificuldades de financiamento, em consequência da irregularidade das remessas do Fundo de Abastecimento. E, nestas condições, enquanto por um lado os trabalhadores da J. N. P. P. tomaram posição publicamente, exigindo do Governo a adopção de medidas que lhes permitam reestruturar o sector em apoio e benefício dos pequenos e médios agricultores — no caso concreto, os pequenos e médios criadores de gado — estes exigem a aprovação imediata do referido Regulamento — que, aliás, já teve o *amen* dos ministros do Comércio Interno e da Agricultura e Pescas do V Governo Provisório, apenas lhe faltando, nessa altura, o indispensável aval do ministro das Finanças.

No final da reunião e após larga troca de impressões e de esclarecimentos foi emitido um comunicado, nos termos do qual os trabalhadores presentes decidem: «realizar uma ampla reunião verdadeiramente representativa dos pequenos e médios agricultores e trabalhadores rurais, no mais curto espaço de tempo possível através da Comissão Interdistrital das Ligas e Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas. Manifestar todo o apoio à direcção e aos trabalhadores da J. N. P. P., esperando que a perfeita cooperação que estão prestando aos pequenos criadores de gado se estreite e desenvolva cada vez mais. Expressar desde já ao Governo as preocupações existentes sobre uma falta de certeza na manutenção da Junta em defesa dos pequenos e médios criadores — como os grandes marchantes e firmas ligadas ao comércio da carne desejam e afirmam publicamente —, solicitando uma rápida definição de que não é desejo do Governo deixar que se volte à espoliação dos criadores pelos marchantes. Alertar as Ligas, os Sindicatos, Comissões Liquidatárias dos antigos Grémios de Lavoura e Cooperativas, para o que de grave, para todo o processo de moralização em curso, representará o descrédito e desconfiança que os produtores farão incidir sobre tais organismos se o problema não encontrar a solução que, desde Maio, se preconiza, pede e agora tem de se exigir: a promulgação imediata do regulamento de comercialização de gado para abate.»

Emprego, um direito essencial

«Só podemos solucionar o problema do desemprego numa sociedade socialista»

O desemprego é um problema que se põe a todos os trabalhadores dos países capitalistas. Ele faz parte do próprio sistema e pode apresentar aspectos verdadeiramente dramáticos, quando surgem as habituais crises económicas, o mesmo é dizer que a grande maioria dos empresários não está disposta a alugar os braços dos trabalhadores quando não prevêem que venham a obter lucros «razoáveis». São os trabalhadores que acabam sempre por pagar estas crises, para as quais em nada contribuíram. Os patrões, esses, desfaçam-se de «despesas» — despedindo — para continuarem a ganhar o que ganhavam, ou então, «sacrificam-se» a ganhar um pouco menos. Este o sistema que sobrepõe os lucros individuais à satisfação das necessidades colectivas desperdiçando e esbanjando a única fonte de riqueza social — o trabalho do homem.

Vivemos no nosso país em crise económica aberta, que é explicada pelo facto do 25 de Abril ter provocado uma rotura — que tinha necessariamente de dar-se, numa economia muito débil e essencialmente especulativa. Assistese, de então para cá, a um imobilismo quase total dos empresários, a falências fraudulentas, a um boicote internacional às nossas exportações pelo capitalismo internacional. O problema do desemprego toca já de muito perto algumas centenas de milhares de trabalhadores. Estas, as razões que nos levaram a ter uma breve conversa com Jorge Moita, director dos serviços de emprego, sobre este problema, sua evolução e qual o papel e importância daquele organismo estatal.

CdP — Gostaríamos de saber se o problema do desemprego já existia no tempo do fascismo e a forma como ele evoluiu após o 25 de Abril.

JM — Efectivamente, já havia desemprego antes do 25 de Abril, mas as pessoas não se apercebiam tanto da sua existência porque a emigração o atenuava e escondia. Desde 1960 até 1974 emigraram cerca de milhão e meio de portugueses.

Depois do 25 de Abril a emigração tem diminuído fortemente — de Janeiro a Julho deste ano emigraram 28 500 pessoas, o que representa cerca de metade em relação ao mesmo período do ano anterior; se a isto acrescentarmos o grande número de retornados das ex-colónias, a desmobilização militar, a falência fraudulenta de muitas empresas, a má gestão empresarial e a incapacidade produtiva de muitas empresas artesanais, teremos mais algumas das causas do agravamento do desemprego. Além disso, a falta de investimentos por parte dos empresários, agravada pelo facto da máquina burocrático-administrativa do Estado não conseguir substituir a curto prazo a iniciativa privada, são outros factores que levam à não criação de novos postos de trabalho, a grandes dificuldades na admissão de pessoal e até à efectivação de despedimentos com os consequentes reflexos no mercado de trabalho. Para retratar melhor esta situação temos o facto de que para cada 100 trabalhadores desempregados, há apenas três postos de trabalho vagos.

CdP — Qual o montante do volume de desempregados e quais os sectores mais atingidos?

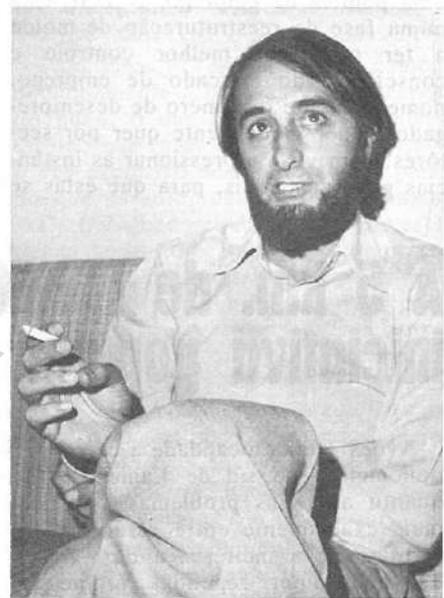
JM — A Direcção dos Serviços de Emprego não tem os instrumentos de controlo do mercado de emprego, embora seja o único organismo que tem uma ideia aproximada do número do volume de desempregados. Devemos controlar 40% deste número. Numa estimativa por excesso do volume total de desemprego calculamos, para este momento, que o número de desempregados anda na ordem dos 300 000. Um dos sectores mais atingidos foi o da construção civil, onde o número de desempregados triplicou desde o princípio do ano. Outros dos sectores mais atingidos foram os do vestuário e têxteis e os ligados à indústria turística.

CdP — Como explica o aparente contra-senso de existirem milhares de desempregados, na construção civil e haver ao mesmo tempo uma carência

enorme de habitações por parte da população mais desfavorecida e, até este momento, mais explorada?

JM — Este sector já tinha entrado em crise mesmo antes do 25 de Abril. Há um grande desnível entre as construções que se fazem e o nível dos rendimentos das classes mais exploradas. Não se constroem casas para todo o tipo de rendimentos, mas apenas para alguns.

Era necessário que o loteamento não fosse apenas para o sector privado e o Estado obrigasse à construção social. Têm de ser incentivados os contratos de desenvolvimento, em que o Estado



Jorge Moita, director dos serviços de Emprego, enquanto falava para o Correio do Povo

se compromete à compra da produção às empresas privadas, desde que aquela obedeça a certos requisitos de construção e preço. Isto obrigará a que a construção deixe de ser feita como um bem de rendimento, o que sucedia até aqui, e se passe a construir-se segundo as necessidades.

Portanto, algumas das razões que levaram à diminuição da actividade neste sector foram, entre outras, o facto de ser um sector altamente especulativo, as quebras na remessa de dinheiro por parte dos emigrantes, as ocupações de casas que deixam o mercado receoso.

A construção civil desenvolveu-se extraordinária e especulativamente sobretudo nas grandes zonas industriais, o que, reflectindo toda a lógica do desenvolvimento capitalista, motivou grandes pressões na oferta de emprego neste sector com o consequente abandono dos campos. Pois é nas grandes zonas industriais que dá a grande concentração dos investimentos.

CdP — Como funcionavam e como funcionam os Serviços de Emprego?

JM — Os Serviços de Emprego pretendiam, em teoria, um lugar de neutralidade no mercado de emprego, mas acabavam sempre na prática por servir de apoio às empresas e estarem intimamente ligados à lógica do desenvolvimento capitalista. A Direcção dos Serviços de Emprego tem uma Administração central e é regionalizada em 50 centros de emprego. Pretende e tem conseguido, de certo modo, uma ligação cada vez mais estreita com os Sindicatos e as comissões de trabalhadores. Procura, portanto, ter centros em cada distrito e nessas zonas acertar uma política de emprego. A DSE está numa fase de reestruturação de molde a ter cada vez melhor controlo e consciência do mercado de emprego, nomeadamente o número de desempregados, quer globalmente quer por sectores, com vista a pressionar as instâncias governamentais, para que estas se

debrucem e tentem resolver tão grave problema, o que passa logicamente por novos projectos de investimentos, ou seja mais casas, mais fábricas, isto é, mais empregos.

CdP — Não acha que só uma economia socialista - planificada — poderá resolver estes problemas?

JM — Efectivamente só poderemos solucionar o problema do desemprego numa sociedade socialista, em que o emprego é considerado um direito essencial. Sem socialismo, o fim a atingir será sempre o lucro. Nos pratos da balança joga-se sempre com custos e benefícios e o emprego só surge quando o fiel da balança se inclina decisivamente para o lado dos benefícios. Em socialismo, a óptica é completamente diferente, pois o emprego passa a ser factor decisivo no desenvolvimento económico da Sociedade e na satisfação das necessidades colectivas.

não fosse uma justa luta. Mas nós, o povo de Avões, estamos unidos e com vontade de avançar na defesa de novas conquistas, e na nossa luta não estamos dispostos a recuar nem um milímetro. Sempre fomos explorados e não estamos dispostos a continuar a sê-lo. Também não somos estúpidos como a burguesia pretendia que fôssemos. Nós sabemos distinguir quem são os nossos amigos e os nossos inimigos.»

Depois da concentração em frente à Câmara em que uma comissão de manifestantes iria avistar-se com a comissão de gestão, e enquanto o povo gritava «projecto cá para fora, já», realizava-se um plenário que decorreu em ambiente bastante tenso dadas as posições do povo e da referida comissão de gestão. Mas o povo conseguiu impor as suas reivindicações. A estrada e a escola vão para a frente dentro de muito pouco tempo. Este facto representa uma vitória pela melhoria das condições de vida do povo de Avões. Vitória significativa porque conseguida com unidade e firmeza em torno de objectivos concretos, os únicos capazes de mobilizar, em cada terra deste país, os esforços para a construção de uma comunidade sem oprimidos nem opressores.

Diário de Lisboa, 23-10-75

A 5 km. de LAMEGO iniciativa popular arranca em Avões

Avões é uma localidade a cerca de 5 quilómetros ao sul de Lamego. Mas, quanto aos seus problemas «situa-se» mais exactamente entre carências elementares e a indiferença da Câmara, enganadas por repetidas promessas. Daquilo que pediam — estrada, escola em condições, casa do povo, e fontanários — só estes últimos se viram em

que se «caçaram» os votos, os senhores da gravata só voltaram a aparecer nas coisas que se dizem em páginas de jornal...

Avões cansou-se de esperar e no passado dia 16 arrancou em manifestação unitária autónoma para a Câmara de Lamego. Eram nove horas da manhã. Em comunicado que elaboraram

Movimento de agricultores rendeiros do norte

Somos agricultores rendeiros do Norte. Temos calos nas mãos porque trabalhamos a terra de sol a sol para manter os parasitas que vivem sem esforço.

Há muitos anos que:

- Temos estado sujeitos a ser despedidos das terras que trabalhamos, por simples vontade do senhorio;
- Pagamos rendas altas que levam a maior parte do nosso trabalho e do nosso dinheiro;
- Não temos uma assistência social digna, nem para nós nem para os nossos filhos;
- Não podemos mandar estudar porque isso só tem sido permitido aos ricos, aos mais poderosos que o são à nossa custa;
- As nossas aldeias são miseráveis. Em muitas delas as Câmaras apenas fizeram caminhos para servir os grandes senhores da terra. Muitos de nós tivemos que partir para o estrangeiro para conseguir vida melhor.

MAS VEIO O 25 DE ABRIL. Aca-
bar com os exploradores está nas



parte construídos... mas graças ao seu próprio esforço e iniciativa. Com poucas ou nenhuma ajuda, o muito que podia ser construído pela participação popular ia ficando por fazer. Em Avões, como em milhares de localidades deste país «em vias de construir o socialismo», feitos os discursos com

os populares de Avões denunciavam as suas necessidades, as longas esperas e as promessas e os burocratas que se encontram à frente do seu concelho. E afirmavam a certa altura: «A Câmara de Lamego não só se tem mostrado indiferente a esta luta como a tem atrasado e burocratizado, como se ela

nossas mãos. Se os Governos Provisórios têm feito alguma coisa por nós, rendeiros, muito mais há a fazer. Mas somos nós que temos de lutar. Unidos podemos defender os nossos interesses.

QUAIS SÃO OS NOSSOS FINS E OS DE TODOS OS RENDEIROS? QUEREMOS:

- Os rendeiros unidos como os dedos das mãos, em *Comissões de Rendeiros*;
- Exigir o cumprimento da Lei do Arrendamento e da tabela dos valores máximos das rendas já aprovada pelo Governo;
- Assistência gratuita aos rendeiros em casos de conflito com os senhorios, através das *Comissões Arbitrais* ou dos tribunais;
- Que não se permita aos senhorios exigir uma renda pela casa onde vivemos, que muitas vezes não passa dum curral;
- Que se inclua nos prédios arrendados o brávio necessário para o bom funcionamento da exploração;
- Desmascarar os que combatem a lei e querem enganar os caseiros. Não nos deixemos enganar, temos de saber fazer os nossos contratos por escrito.

— Que o Governo e as entidades competentes nos ouçam nas nossas justas aspirações!

É isto que todos nós queremos. **MAS PARA ISSO TEMOS DE FORMAR UM MOVIMENTO DE AGRICULTORES RENDEIROS DO NORTE:**

CRIAR COMISSÕES DE RENDEIROS EM TODAS AS FREGUESIAS PARA DAR FORÇA AO MOVIMENTO:

FAZER REUNIÕES E ENCONTROS DE RENDEIROS PARA DISCUTIR OS NOSSOS PROBLEMAS

Quem quiser aderir ao Movimento e participar nele pode dirigir-se ou escrever para:

MOVIMENTO DE AGRICULTORES RENDEIROS DO NORTE, RUA DAS FLORES, 115-1.º (Ao ex-grémio da lavoura) PORTO.

Já lá está a funcionar uma sala, com técnicos, e outras pessoas que informarão gratuitamente os rendeiros sobre os seus direitos e nos ajudarão no que for necessário.

**DEFENDAMOS OS NOSSOS DIREITOS! QUEREMOS A LEI DO ARRENDAMENTO APLICADA!
VIVA A REFORMA AGRÁRIA**

MOVIMENTO DE AGRICULTORES RENDEIROS DO NORTE

Maquinaria agrícola pode ser pedida ao I. R. A.

A Secretaria de Estado da Estruturação Agrária informa que as undiades colectivas de produção podem apresentar ao I. R. A. os seus pedidos de aquisição da maquinaria agrícola necessária para a próxima campanha.

A aquisição far-se-á mediante pedido aos Centros Regionais de Reforma Agrária, que já receberam instruções sobre o processamento a seguir, prazos e créditos a conceder. Os interessados devem, portanto, contactar directamente os Centros Regionais de Reforma Agrária.

Não quer o secretário de Estado da Estruturação Agrária deixar de salientar «a importância de que esta medida se reveste para o avanço da reforma agrária e a satisfação que dá às justas reivindicações dos trabalhadores agrícolas».

A Capital, 15-10-75

Rádio Renascença As lições a tirar

Após algumas semanas de silêncio forçado, a Rádio Renascença, ocupada pelos seus trabalhadores, ao serviço da classe operária, dos camponeses e do povo trabalhador (tudo isto sem aspás, porque é verdade), está de novo no ar, desde a madrugada de quarta-feira. Não se trata apenas de uma vitória de trabalhadores da Informação colocados ao lado do povo e das suas lutas. Muito mais do que isso, a reabertura da Rádio Renascença constitui uma vitória popular, uma das maiores e mais significativas desde o 25 de Abril.

É que, perante a ofensiva reaccionária da burguesia, disposta a eliminar, uma a uma, as conquistas populares obtidas em dezoito meses de luta, o povo soube fazer da Renascença uma trincheira de combate e não recuou.

Ao contrário, a burguesia viu-se, a pouco e pouco e mais uma vez, cercada pelo que julgava ser a sua máxima força: hora a hora, dia a dia, os soldados foram-se passando para o outro lado da barricada. Como o demonstra o acto terrorista de sabotagem parcial do emissor, a selagem não constitui sequer uma provocação, limitou-se apenas, afinal, a um acto de impotência...

A ausência de perspectivas típicas dos reaccionários, soube contrapor o povo a sua dinâmica própria: a mobilização popular que, precedendo a manifestação de terça-feira, transformou, dia após dia, a Buraca num local de discussão e luta, acabou por inverter, no próprio terreno do inimigo, todo o anterior jogo de forças e erguer mais uma maravilhosa vitória saída da energia criadora das massas.

Aos que ainda agora venham falar na restituição da emissora *Aos seus legítimos proprietários*, o povo responderá que legítimo proprietário é ele, que soube merecer a Renascença na luta e reconquistá-la na rua.

Para os trabalhadores da Informação em geral — milhares dos quais estão, neste momento, ameaçados de chantagem económica — da luta da Rádio Renascença, como também da do *República*, uma outra lição há ainda a tirar.

Perante quaisquer pressões da burguesia, a solução não está nunca em dobrar os joelhos e ceder. Pelo contrário. O caminho só pode ser um: não recuar nem um milímetro nas conquistas alcançadas, reforçá-las sempre e avançar cada vez e ainda mais.

Para isso há, contudo, que colocar decididamente a informação ao serviço do povo, o que não é exactamente o mesmo que fazer dos jornais e na rádio o eco exclusivo deste ou daquele partido que se autoproclama seu defensor.

Os trabalhadores da Informação estatizada terão começado já a compreender que as manipulações partidárias existentes em alguns dos jornais onde trabalham — com a consequente censura interna e o silêncio e mesmo a calúnia lançada sobre algumas lutas do povo — forneceram um argumento de peso para os que, fingindo querer corrigir um mal, tentam agora impor a mordaza oficiosa, jogando com o argumento do dinheiro.

Há que dizer não. Substituir a manipulação partidária pelo baixar da cabeça a este ou àquele governo da burguesia que se sucedam no poder não é mais do que mudar de patrão. Aliado seguro único é o povo, cujos interesses lutas e conquistas a informação deve reflectir e ser o eco.

A partir desta clara opção de classe, os trabalhadores da Informação não têm mais do que avançar sem medo para o controlo da própria informação que produzem e da inevitável reconversão do sector a fazer, sim, mas de acordo com quem trabalha. Garantidas estas conquistas e mantida a Informação ao serviço do povo, esboçada qualquer ameaça séria sobre um ou mais jornais, o povo saberá, então, responder em defesa dos trabalhadores da Informação como há um mês vem respondendo em defesa do *República* e esta semana soube responder, na rua, em defesa da Rádio Renascença.

Rodrigues da Silva

Última hora

Cerca das 5 horas da madrugada do dia 7 de Novembro, por ordem do Conselho da Revolução foram dinamitados os emissores da Buraca da Rádio Renascença. Ficou, assim, silenciada a Rádio Renascença.

Brasil-capitalismo selvagem

Apenas 1% da população ganha mais de 5.000\$00 por mês

O Brasil é um estranho país cheio de imensos contrastes e injustiças. Riquíssimo em potencialidades, abriga no entanto uma população que, na sua grande maioria, é a mais atrasada e a que vive em piores condições entre todos os povos do mundo. Porém uma pequena minoria da população composta por banqueiros, industriais, comerciantes e grandes proprietários agrários, detém a quase totalidade das riquezas. São os grupos privilegiados donos do poder e do capital. E para manter esses privilégios, a ditadura brasileira não se peja em prender, torturar, matar todos aqueles que tentem fazer oposição aos seus métodos, critérios e modelos.

Segundo Márcio Moreira Alves, sociólogo e refugiado político brasileiro, no seu livro *O Despertar da Revolução Brasileira*, o modelo brasileiro tem duas características marcantes — altíssimos lucros e progressiva marginalização de 90 por cento da população. A economia brasileira é totalmente dependente de países estrangeiros e dos seus investimentos e o rendimento nacional está cada vez mais concentrado nas mãos de pequenos grupos monopolistas, geralmente ligados a interesses económicos estrangeiros.

Cem milhões de brasileiros dividiam o rendimento nacional em, 1960, da seguinte maneira: 1 milhão de pessoas detinham 11,7 por cento do rendimento. Com a concentração do rendimento, esse mesmo um milhão passou a possuir 17,7. Os 4 milhões seguintes passaram em 1960 de 2,4 para 4,1 em 1970. 15 milhões se contentavam com 1,8 do rendimento nacional em 1960, importância essa que foi mantida em 1970. Enquanto que os 80 milhões restantes passaram a participar menos ainda durante as duas datas: 0,57 em 1960 para 0,46 em 1970.

O governo da ditadura brasileira proclamava ao mundo que a economia atravessava uma fase de grande crescimento, com surtos de até 10 por cento de crescimento anual. Era o chamado «Milagre Brasileiro». Apesar desse milagre acontecer nas costas dos assalariados e do povo em geral, o preço pago custou apenas a perda da soberania nacional para os interesses de países estrangeiros.

Mas a verdade não era bem assim: «Depois de vários anos de bom crescimento estatístico — ainda segundo Márcio Moreira Alves — o censo de 1971 trouxe péssimas surpresas aos

propagandistas do governo. Os resultados mostraram que 32 por cento dos que trabalham no Brasil — e são menos da metade da população — recebem menos da metade do salário mínimo (o salário mínimo em São Paulo, o mais alto do Brasil, é de 500 cruzeiros. Isto é um conto e quinhentos em escudos) e têm de sobreviver com menos de vinte dólares por mês; 29 por cento ganha entre vinte e 40 dólares (540\$00 e 1080\$00) e 20 por cento entre 40 e 100 dólares (1080\$00 e 2700\$00). Apenas um por cento dos assalariados ganha mais de 200 dólares por mês (cinco contos).

É a classe trabalhadora quem paga o desenvolvimento brasileiro e cada vez tem que trabalhar mais para ganhar menos, num processo de empobrecimento sistemático (ver quadro).

As Multinacionais Americanas, Japonesas, Alemãs, Belgas, Francesas, Canadianas e até os grandes capitalistas

Portugueses, como Champalimaud por exemplo, encontraram no Brasil um país perfeito para os seus empreendimentos: mão-de-obra barata e farta, a classe operária coagida e sem quase nenhum poder reivindicativo, um governo forte e aparentemente estável. E procuram estabelecer-se exactamente nos sectores mais rentáveis da economia: bens de consumo, alimentação e farmacêutica (ver quadro II).

Estas firmas têm grandes lucros. Por exemplo, só a Belgo-Mineira, importante indústria do sector siderúrgico, tinha em 30-12-70 um capital de 294 milhões de cruzeiros, e teve, em 1971, um lucro líquido de 134 milhões de cruzeiros (402 mil contos).

Os lucros dessas empresas são enviados às suas matrizes no exterior causando uma grande sangria na economia brasileira. Só no ano passado mais de 400 milhões de dólares foram remetidos do Brasil para os Estados Unidos e Europa. O que produz um fenómeno pelo menos bastante estranho: O Brasil ser um país subdesenvolvido e ao mesmo tempo exportador de capitais para os países ricos. O que faz com que o Brasil fique cada vez mais pobre e mais endividado. Até Dezembro deste ano o Brasil estará com uma dívida de 21 biliões de dólares e só de juros terá de pagar mais de um bilião de dólares, ou seja 3 milhões de dólares por dia. E quem paga é o povo.

QUADRO I

Minutos de trabalho necessários para comprar a alimentação básica

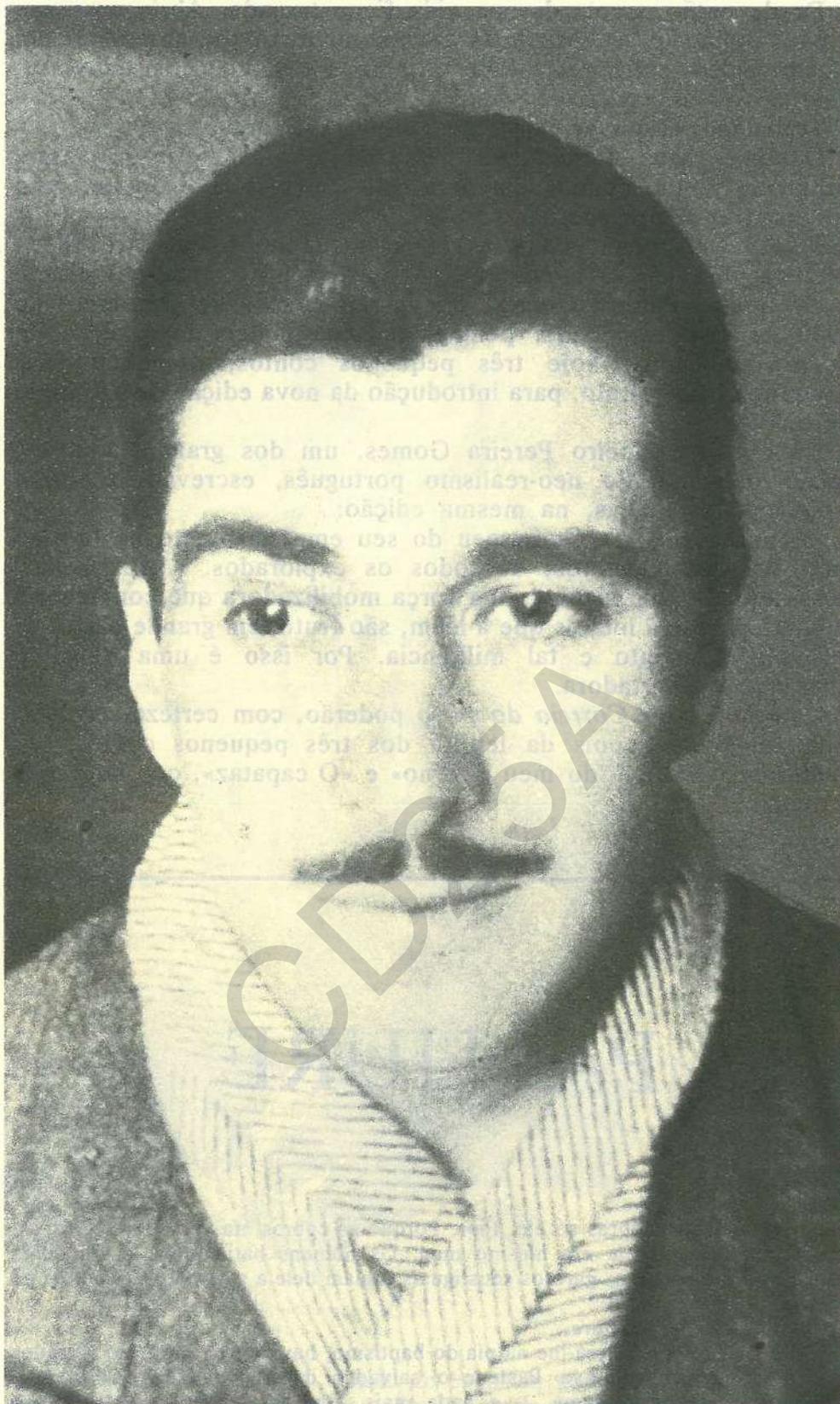
Salário mínimo em São Paulo		Alimentos	Salário bruto de um operário na indústria na Alemanha	
1965	1969		1962	1972
78	147	1 kg de pão	16	12
76	62	1 kg de açúcar	22(21)	10
34	46	1 l de leite	7	6
264	354	1 kg de carne	119	66

QUADRO II

Ramo de actividade	Número de firmas estrangeiras	Parte que ocupa
Farmacêutica	10	100%
Autos e acessórios	7	93%
Têxtil e vestimentos	6	77%
Alimentação	6	78%
Electricidade e electrónica	6	77%
Construção mecânica	7	63%
Vidro e cerâmica	4	51%

AS 10 FIRMAS QUE MAIS LUCRAM NO BRASIL — Volkswagen, Sousa Cruz (British Tobacco), Esso, Shell, Light (canadiana), General Motors, Copesucar (a única brasileira), Ford, Sanbra (Bunge e Born) e

Atlantic. Estas empresas privadas são as dez mais importantes quanto ao volume de vendas, totalizando mais de 4 biliões de dólares, ou seja 10% do Produto Nacional Bruto brasileiro.



«SOEIRO PEREIRA GOMES não está entre nós para compartilhar a alegria da libertação do nosso povo da longa noite fascista. Mas cada nova conquista, cada passo em frente para um futuro radioso do povo português tem um pouco da massa que ele ajudou a levar com as suas mãos.

Um dia, jovem técnico agrícola, cruzou os portões da grande fábrica e ficou tocado pela epopeia proletária.

Desde então a rota da sua vida ficou traçada. Abriu aos seus irmãos operários os horizontes de uma nova cultura, aprendeu com eles a caldear sofrimento, fome e querer e a moldar com tudo isso, uma nova concepção de vida.

Trabalhar, assimilar, ensinar, escrever. E organizar.

O homem que, fundido na massa lhe servia a papa de classe, subia um pouco acima dela para reflectir anseios e drama, para vislumbrar a prespectiva.

Mas na sua pena jamais a vida dos simples foi uma realidade estática. Era luta e movimento — movimento e luta.»

De Soeiro Pereira Gomes, que morreu em 9 de Dezembro de 1949 na clandestinidade, perseguido pela polícia fascista, e de quem publicamos hoje três pequenos contos, desenhou Dias Lourenço este retrato, para introdução da nova edição do «Refúgio Perdido».

Da obra de Soeiro Pereira Gomes, um dos grandes autores, senão o maior do neo-realismo português, escreveu o crítico Augusto Costa Dias, na mesma edição:

«A obra de S. P. G. nasceu do seu empenhamento na luta ao lado dos trabalhadores, de todos os explorados. (...) A beleza dessa obra, o seu rigor, a sua força mobilizadora que convidam à solidariedade e à luta os que a lêem, são fruto, em grande parte, de tal empenhamento e tal militância. Por isso é uma obra de liberdade e libertadora.

Os leitores do *Correio do Povo* poderão, com certeza, avaliar estas palavras depois da leitura dos três pequenos contos, «O Pastiore», «Estrada do meu destino» e «O capataz», que hoje lhes propomos.

O PÀSTIURE

Mau como as cobras só ele. Pior. Porque as cobras, na verdade, não fazem mal a ninguém. E ele era mesmo mau. Os homens batiam-lhe, as mulheres detestavam-no, e até os garotos seus iguais fugiam dele a sete pés, mal punha pé na rua.

— Lá vem o Pàstiure...

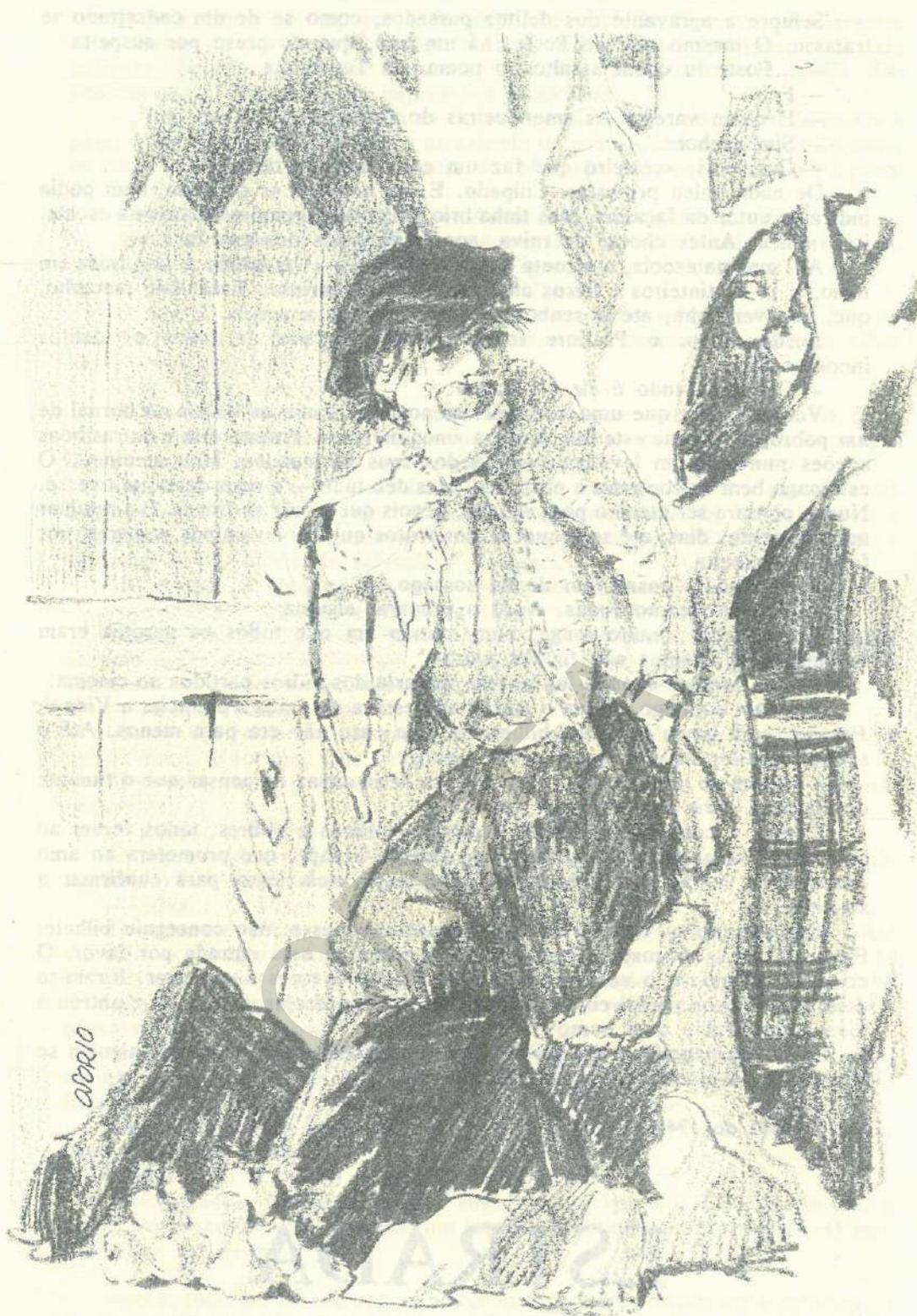
Era o seu nome. Dera-lhe na pia do baptismo, havia onze anos, um lavrador opulento, que considerava Pasteur o salvador da humanidade e dos seus rebanhos. Dera-lhe o nome — e nada mais. Embora profeticamente tivesse garantido que o afilhado seria digno do nome célebre. Aqueles olhos vivos não o enganavam.

E lá vivo era ele. Que o dissessem os caseiros de todas as quintas das redondezas. Não havia muro que não saltasse, ainda que cheio de vidros como facas. Aquele, nem a tiro. O padrinho queria-o sábio — e ali o tinha, sem rival na ladroeira de fruta. Outros roubos, não; mas fruta...

A mãe, antes de morrer, bem lhe pedira que aprendesse.

— Escreves uma carta por teu punho ao padrinho, e pronto. Faz de ti um homem.

— Ora. Homem já eu sou.



E era mesmo. Ainda o vestido do baptismo não se puíra no corpo dos irmãos, e já ele dava brado na rua e nos pomares. Que na escola, então, fora o fim do mundo e da carreira de sábio. Mas sabia de palavrões e indecências, como poucos. Pedrada ou asneira, tinha-as na ponta da unha e da língua. Fosse a quem fosse.

Então não desafiou ele a classe inteira, mesmo nas barbas do mestre, só porque o acusaram de roubar um lápis?

— Quem foi?

— O Pàstiure, senhor professor.

De zangado que estava, o mestre nem se lembrou de corrigir a pronúncia.

— Quero provas. alguém viu?

Ninguém vira. Mas todos iam jurar que fora ele — um ladrão de fruta...

Sempre a agravante dos delitos passados, como se de um cadastrado se tratasse. O mesmo que no Posto, há um ano, quando preso por suspeita.

— ...Foste tu quem assaltou o pomar da Tapadinha...

— Fui.

— E quem varejou as amendoeiras do Cruzeiro...

— Sim senhor.

— Ora, pois, «cesteiro que faz um cesto faz um cento».

De nada valeu protestar. Culpado. E, no entanto, se quisesse, bem podia indicar o autor da façanha. Mas tinha brio. Denúncia, como os outros na escola, isso nunca. Antes chorar de raiva, apesar da troça dos guardas.

Ah! mas na escola, a afronta exigia desforço. — Um ladrão... Ia a frase em meio, e já os tinteiros e livros andavam num burburinho. Escândalo tamanho, que, por vergonha, até o senhor professor deixou a escola.

Desde então, o Pàstiure foi o autor declarado de todos os delitos inconfessados.

— Capaz de tudo é ele — diziam.

Verdade seja, que uma vez, pelo menos, despejara os bolsos no bernal de um pobre, só porque este lhe chamara «meu menino». Porém, esta e outras boas acções nunca foram levadas à conta dos seus desmandos. Meu menino... O estômago bem se contraíra a protestar. Mas deu tudo — e mais daria, se tivesse. Nunca pensara ser menino para alguém, depois que a mãe se finara. E a rumiñar naquilo muitos dias, até se esqueceu dos frutos que sorvavam nos pomares, por falta de colheita.

No povoado, pasmavam de tal sossego.

— Velhaco, como Judas. Anda a preparar alguma...

E ele, longe, muito longe, num mundo em que todos os garotos eram meninos e as quintas não tinham muros.

Porém, tempos depois, fez aquela patifaria dos vidros partidos no cinema.

Foi num domingo. Ainda o cartaz não estava na praça a anunciar a *Vida de Pasteur*, e já havia bicha na bilheteira. E o caso não era para menos. Até o senhor regedor disse a quem o quis ouvir:

— Assim se perde a autoridade. Quem seria capaz de pensar que o tunante do Pàstiure daria assunto para um «fil».

Contra o costume, a lotação esgotou-se. Ricos e pobres, todos foram ao cinema nessa noite. Até o caseiro da Quinta Grande, que prometera ao amo descobrir o ladrão dos dióspiros, andou a pé meia légua para confirmar a suspeita.

Só o garoto — o herói —, por mais que andasse, não conseguiu bilhete. Ficou cá fora, choroso, a pedinchar aos porteiros uma entrada por favor. O costume. Como se o senhor empresário fizesse favores a qualquer. Riram-se dele os porteiros. E foi então, de repente, que apedrejou as janelas e entrou à viva força. Tal e qual como o Tom-Mix.

... Levou pancada e foi preso. Que patife, o Pàstiure. Ainda se alguém se lembrasse de chamar-lhe «meu menino»...

Agosto de 1940.

ESTRADA DO MEU DESTINO

Tudo me foi estranho desde o primeiro dia.

O chefe, rotundo e severo, indicou-me o lugar no escritório. Apresentou-me:

— O novo empregado, senhor João da Silva.

Os outros tomaram ares solenes nas secretárias, como reis em trono, e miraram-me. Adivinhei-lhes o pensamento: um concorrente. Enfático, o chefe pronunciou, um a um, seus nomes pesados de gerações ilustres. Curvaram por favor o tronco altivo, sem que os braços se afastassem dos braços das cadeiras. Seguros ao lugar, não fosse eu pretendê-lo.

Depois, fiquei só, repassado de silêncio e angústia. Os outros fecharam a sete chaves as portas brasonadas das suas vidas. Olhei furtivamente a sala bafienta, pejada de papéis e mesas alinhadas, monotonamente iguais. Do subconsciente, afloraram-me impressões recalçadas.

... Era uma manhã nevoenta de Outubro, e eu — mala dos livros às costas a pesar como chumbo — arrastava na estrada os pés sonâmbulos, para não ouvir os estalidos irritantes das folhas secas dos plátanos. Meu pai deixara-me à porta da escola.

— Faz-te homem — dissera. — Aprende a ser alguém na Vida.

Alguém... João da Silva, o novo empregado. Eu estava outra vez na aula, entre mesas alinhadas e caras estranhas, ignorante e tímido.

— Seu Silva, tem de melhorar essa caligrafia.

O mestre — pensei, à espera que a vara me caísse sobre os dedos. Mas as palavras doeram mais. Aos olhares trocistas dos outros, juntou-se o olhar inquisitorial do chefe.

— Má letra, seu Silva.

Se meu pai fosse vivo... Ele, que sonhava ver-me o doutor da família, dizia que eu tinha letra de médico. Enganou-se comigo e com várias outras letras que lhe arruinaram a loja. Más letras, certamente.

Quase à porta da Universidade, retrocedi em busca doutra estrada mais longa e, por isso, mais ruim. E fiquei na encruzilhada da Vila, receoso e pedinchão, a bater a todas as portas. Por fim, entrei para ali, de fato roçado e estômago vazio. Porta de salvação — julguei.

De manhã, o chefe aparecia no escritório, impante, pedagogo.

— Seu Silva, corrija essa conta. Afinal, você não sabe nada.

Sabia. Vinham-me à ideia lições inteiras que me deram foros de bom aluno. Sempre notas altas em Ciências... Esforçava-me por gritar: «Fiz o 6.º ano do liceu. — Sei mais do que o Senhor.» Mas calava-me e ouvia.

— «Quem recebe, deve» — seu Silva.

Aquilo era piada aos duzentos escudos que eu recebia no fim do mês. Os outros riam, à socapa. Que vergonha!

Enervado, mais errava e confundia. E todo o dia o mesmo verrinar obcecante:

— Raspe, seu Silva... emende!

O pêndulo do relógio a embalar o tempo (cada minuto — uma hora de angústia). E o meu nome a rasgar o silêncio.

— Silva... Ó Silva...

O toque das 6 horas punha fim ao suplício. «Até amanhã» — diziam. «Até um dia» — pensava eu. Recordava o liceu à hora buliçosa da saída — «tu cá, tu lá» com os amigos; capa e batina destacando a condição; passo firme a caminho de porta certa. E partia sozinho, alheio à liberdade retomada, fato ruço no fio e passo trôpego a caminho de porta incerta.

À noite deambulava pelas ruas. Nos cafés, não entrava com vergonha dos antigos companheiros, já doutores. Decerto, fariam vista grossa. Mas o meu fato dava nas vistas...

Certa vez, entrei numa taberna. Gente maltrapilha em volta de mesas toscas, a beber e fumar.

— Um copo de vinho branco — pedi a medo.

Desconfiados, formaram grupos sussurrantes, que me olhavam de alto a baixo. Adivinhei-lhes as palavras: um intruso. E retirei-me consternado. O meu fato dava nas vistas...

Agora, tudo me parece um sonho. O suco gástrico corroeu-me o estômago e as ideias. No entanto, a tigela de sopa que os cantoneiros repartiram comigo identificou-me com o mundo.

Recordo. Eu estava aqui estirado na berma da estrada, à hora da sesta, e o sol entrava-me pelos rasgões das calças, suspensas da gravata que tirei do pescoço. Um lugar ao sol. Há um mês que deixara o escritório, de regresso à encruzilhada. Já não era o Silva — silva rasteira entre cedros de antanho. Encontrara-me. Os cantoneiros, a meu lado, levantaram-se de enxada ao ombro.

— Então, camarada? — perguntaram, sorridentes.

Olhei a estrada longa, reverberando ao sol. Estrada do meu destino e de todos os Silvas que têm má letra. Peguei na enxada e segui-os.

O CAPATAZ

O director exasperava-se.

— Diz a verdade, rapaz. Se continuas calado, mando prender-te por encobridor! Olha que o silêncio também é crime.

— Mas eu não sei nada, senhor director — gaguejou José Maria, de olhos no chão, enquanto as mãos, nervosamente, iam torcendo o boné sebento.

— Sabes tudo! e hás-de contar, imbecil! Não queres denunciar os camaradas e atraíçoas aqueles que te dão o pão!

O rapaz tremia, sem saber como conter a cólera do director da fábrica.

Este volveu mais irritado:

— Também és daqueles que querem a revolução social? Canalhas! Sois uns cães, que mordem a quem lhes mata a fome!

— Oh! patrão... — balbuciou apenas o moço, num soluço de todo o seu humilde ser injuriado.

Mas o director, congestionado de raiva, não sentiu a dor daquela exclamação de servo acobardado e miserando. Passava-lhe pela mente a sua situação periclitante perante a administração da Companhia: o prejuízo da fábrica, que viria a tornar-se em seu próprio prejuízo. E porquê? Porque uns miseráveis queriam mais uns escudos e menos horas de trabalho. E só por isso, por mesquinha ambição, destruíram eles, criminosamente, a máquina grande, o grande valor da fábrica. Malditos!

Também ele, noutros tempos, fora operário modesto. Estudara, depois, à custa de esforços incalculáveis. Hoje, era considerado, tinha influência e uns contos no Banco...

A lembrança da sua vida passada acalmou-o um pouco. Olhou o moço esfarrapado, pálido e sujo — um pobre diabo que mostrava no rosto toda uma ascendência de miséria — e, procurando adoçar a voz imperiosa à força de hábito, exclamou:

— Ouve, Zé Maria: Eu não te quero mal. Se pretendo saber, é para teu bem, para nosso bem. Eu cumprio deveres e também trabalho. Vá, põe-te à vontade; podes sentar-te.

E com um gesto indicou-lhe a poltrona junto de si.

O rapaz, timidamente, mal se sentou.

«Talvez que assim, por bons modos, consiga levá-lo a confessar» — pensou o director. Bateu-lhe afavelmente no ombro e abriu a cigarreira de prata.

— Queres um cigarro? Fuma.

José aceitou, interdito, coçando a cabeça. E o director, calmamente, refletidamente, prosseguiu:

— É preciso que compreendas, meu rapaz. Eu tenho responsabilidades: a fábrica está à minha guarda. E a fábrica é todo o capital dos accionistas, dos seus donos, que empregaram nela o seu dinheiro e tu dão a ganhar.

— Tu viste o desastre, Zé Maria?

— Eu estava lá perto... mas não vi nada... aquilo foi de repente...

O rapaz atrapalhava-se, corava, passando maquinalmente as mãos pelos joelhos ossudos. O fumo do cigarro inglês, perfumado, engasgava-o, fazia-lhe tonturas. Ia-se-lhe amolecendo o ânimo, a resolução firme, quebrantada pelo ambiente de conforto e, sobretudo, pelo trato carinhoso do director, que ele sempre conhecera evasivo e ríspido.

De chofre, este perguntou:

— Gostavas de ser capataz? De ter um bom salário, uma casa asseada e de graça — gostavas, eh, Zé Maria?

O rapaz estremeceu; brilharam-lhe nos olhos centelhas de júbilo e, aparvalhado, com os olhos entreabertos, ficou-se a fitar o director.

— Pois podes ter tudo isso — continuou este. É só tu dizeres.

A um gesto vago do rapaz, o director acrescentou:

— Não te peço que digas agora. Não. Vai para casa e amanhã falaremos.

José Maria entrou em casa, abstracto, sem ter notado o caminho. Comeu, sem uma palavra para a mulher, sem um afago para os dois filhos, o magro caldo de couves e dois nacos de chouriço, e deitou-se quase em seguida.

Só então conseguiu coordenar as ideias, relacionar as palavras que lhe bailavam na memória.

Capataz... sem aluguer de casa... bom salário... Estaria sonhando? Não; ele bem via projectadas no tecto, como num *écran*, as imagens dos seus pensamentos.

O ambiente nauseabundo do casebre parecia-lhe impregnado também do aroma do cigarro inglês.

Mandar! — ele, fraco servente, que sempre foi mandado. Mandar em alguns, no João Ruivo, que tão mal o tratava. Mas logo outras imagens se sobrepunham. Não; eu não tenho o direito de atraiçoar os camaradas. São meus amigos, meus irmãos de trabalho.

No canto da enxerga, a mulher tossiu profundamente. A sua mulher! Uma enfezada, sempre doente, por quem o médico — agora se lembrava — torcera o nariz na última consulta. Que precisava de bons ares e petiscos, e descanso — dissera o doutor. Ah! se tivesse bom salário!

Os olhos dele, já afeitos às trevas, fixavam-se agora no tugúrio que habitava: um só quarto térreo sem janelas, o qual lhe servia também de cozinha e sala de jantar. Lá estava a cómoda carcomida e desconjuntada, onde guardava os trapos e a loiça: a mesa pequena, sobre que poisava uma estatueta de barro com flores de papel, único alarde de decoração; ao canto, o fogareiro de carvão. Não contando com as enxergas onde dormiam ele, a mulher e os filhos, era tudo quanto tinha de seu.

Os filhos! Rebentos débeis de uma haste débil, raquíticos, sempre seminus e esfomeados.

E se ganhasse bem? Se tivesse melhor casa, os filhos fortes, a mulher com saúde?!

Reflectia, procurando justificar-se ante a consciência. «Final — murmurava — sempre há-de vir a saber-se quem foi.»

As emoções iam-no fatigando; pesava-lhe o sono nas pálpebras. Voltava, de novo, o aroma do cigarro inglês... Adormeceu.

*

— Aquele já vai a caminho do inferno — casquinhou o Lanzudo, rematando a trama dos seus pensamentos.

— Quem?

— O Zé Maria, o «Malhado», capataz lá da fábrica. Também só você lhe foi dizer adeus ao cemitério.

O mestre João escorropichou o copo e ficou a olhar-lhe o fundo, pensativo.

O outro esperava resposta. Ele bem sabia que o mestre das oficinas era o único operário que, na fábrica, falava ao Malhado. E isso admirava-o, porque o mestre João, pela sua instrução e austeridade, era tido por chefe do operariado da vila.

— Foi o castigo do Destino, mestre João. Ele, que tirou o pão a alguns camaradas, havia de morrer na fábrica, de um desastre — e batendo um murro na mesa, o Lanzudo repisou: — Foi castigo!

O velho encolheu os ombros e respondeu lentamente:

— Sabe-se lá.

Depois, como o outro o ficasse interrogando com os olhos, acrescentou:

— Já agora, que ele morreu, vou dizer-te porque o acompanhei até à cova.

Olhou furtivamente, enquanto enrolava o cigarro, a taberna já quase vazia, e começou:

— O Malhado não morreu por acaso, como toda a gente julga. Eu sei bem isso, porque fui inspeccionar a máquina. O Malhado, desde que lhe morreu a mulher, punha-se às vezes, horas seguidas, a mexer nas engrenagens e nos veios. Dizia que aquilo não funcionava bem, e até chegou a falar nisso ao director. Há dias, tinha-me dito, desanimado e triste: «Esta nova máquina ficou mal montada, como a outra. Qualquer dia é capaz de se avariar, sem remédio.» «Não sejas agoirento» — redargui. «Oiça, mestre João — voltou ele. — E se assim fosse, e viessem a reconhecer que era defeito de construção, os

camaradas que estão presos seriam reabilitados?» «Talvez; creio bem que sim» — respondi. Dois dias depois deu-se o desastre.

— E então? — perguntou o Lanzudo, que nada percebia da narrativa do velho.

— Então, fica sabendo: o capataz provocou a avaria, sacrificando a vida. A mulher, que era toda a sua paixão, morrera, apesar dos desvelos dele. Sem ela, sem dinheiro, atormentado de remorsos, que fazer? Suicidar-se, salvando os camaradas. Ora aqui tens a verdade.

Levantaram-se da mesa, o mestre e o Lanzudo, compungidos pela sorte do antigo servente. Já à porta, despedindo-se, o mestre João observou ainda:

— Agora, vê lá... Caluda, para que os filhos não deixem de receber a pensão do seguro.

CD25A

Pedido à Constituinte para interceder a favor dos presos políticos brasileiros

«Fundamentalmente a ditadura brasileira é um regime que permite a cinco por cento da população, associada a interesses estrangeiros e a um grupo de generais, apropriar-se de metade do rendimento nacional», afirma-se numa carta entregue ao presidente da Assembleia Constituinte, prof. Henrique de Barros, por três antigos deputados brasileiros em que estes solicitam aos deputados portugueses que intervejam «pela libertação dos presos políticos no Brasil e pela proclamação da amnistia ampla e irrestrita».

«Baseia-se essa gigantesca expropriação do trabalho do povo num aparelho repressivo que aprisiona, tortura e mata quantos a ela não se submetem», prossegue a carta que informa haverem passado, nos últimos 11 anos, pelos centros de repressão e tortura mais de um milhão de pessoas. Mas — conclui — dia a dia amplia-se a frente das organizações, partidos e indivíduos que lutam pela instauração de um regime democrático no Brasil».

Um dos três signatários, David José Lerer, foi médico da Frelimo e vice-leader da oposição no Congresso Brasileiro até ao seu encerramento.

Os três antigos congressistas brasileiros eram acompanhados por Fernando Piteira Santos e César de Oliveira, membros do Comité Português pró-Amnistia Ampla no Brasil.

O texto da carta divulgada pela agência Anop, depois entregue ao prof. Henrique de Barros, é assinado por Márcio Moreira Alves, David José Lerer e Fernando Perrone. É o seguinte o seu teor:

«Os destinos de Portugal e do Brasil estiveram sempre ligados no sofrimento e na esperança.

Durante meio século, o povo português conheceu toda a dureza e a diversidade da repressão de uma ditadura semelhante à que há onze anos oprime os brasileiros. Muitos de nós, na clandestinidade ou abertamente, lutamos juntos contra o fascismo.

O início da libertação chegou a terras do nosso mundo na Europa e em África antes de chegar à América. O 25 de Abril ensinou, mais uma vez, que as tiranias não são eternas e que os caminhos da liberdade são por vezes surpreendentes. Hoje, quando o povo português começa a libertar-se da exploração do capitalismo e avança para o socialismo, contam os brasileiros com o apoio das suas instituições democráticas, dentre as quais se encontra esta Assembleia Constituinte, para fazer co-

nhecer a sua realidade e promover a solidariedade às vítimas da opressão a que são submetidos.

Fundamentalmente, a ditadura brasileira é um regime que permite a cinco por cento da população, associada a interesses estrangeiros e a um grupo de generais, apropriar-se de metade do rendimento nacional. Baseia-se essa gigantesca expropriação do trabalho do povo em um aparelho repressivo que aprisiona, tortura e mata quantos a ela não se submetem.

Os trabalhadores do campo e das cidades não podem organizar-se legalmente, uma vez que os seus sindicatos são controlados pela polícia política. Milhares de líderes, operários e camponeses foram presos, torturados e muitos foram assassinados».

UM MILHAO DE VÍTIMAS

Mais de um milhão de pessoas já passaram pelas celas dos centros de repressão e tortura. Esse cálculo baseia-se na existência de 21 auditorias militares que julgam uma média de 50 processos políticos por ano, cada um com cerca de 40 acusados. Em onze anos de repressão esses processos envolveram meio milhão de pessoas. Como o número dos que são presos, sequestrados, torturados, «desaparecidos», ou assassinados informalmente é maior que os dos que têm a sua prisão «legalizada», chega-se ao total de um milhão de vítimas, em onze anos.

Milhares de brasileiros estão em prisões políticas, milhares de outros foram privados dos seus direitos políticos, dos seus empregos, dos seus mandatos efectivos.

É contra essa situação que se manifesta a resistência do povo brasileiro, utilizando todas as formas de luta ao seu alcance — desde as eleições controladas para o Parlamento, nas quais 60 por cento do eleitorado votou no partido da oposição, as explosões de violência espontânea como o saque de armazéns por multidões famintas, à destruição de comboios no Rio de Janeiro e de autocarros em Brasília. Apesar de ser a greve considerada «crime número das que são deflagradas dobra de ano para ano. Os estudantes reorganizam-se nas escolas, a censura não consegue calar completamente a voz dos intelectuais antifascistas. Mesmo a Igreja católica é reprimida quando assume posições progressistas. Leigos

SOLIDARIEDADE COM O POVO BRASILEIRO



AMNISTIA GERAL

PARA OS PRESOS E PERSEGUIDOS POLÍTICOS

A solidariedade com os presos políticos de todo o mundo, e especialmente, com aqueles que são vítimas da ditadura brasileira é um dever de todos os revolucionários

e padres são presos e torturados. Um assistente de Dom Helder Câmara foi assassinado.

Dia a dia amplia-se a frente das organizações, partidos e indivíduos que lutam para instauração de um regime democrático no Brasil. Lutam pela restauração das liberdades democráticas, pelo fim das torturas, pela dissolução dos aparelhos de repressão, pela abolição da legislação de excepção, pela anulação das concessões ao capital estrangeiro, que vêm de culminar com o monopólio estatal do petróleo.

O primeiro passo desta luta é a conquista da amnistia ampla e irrestrita para todos os presos, banidos e exilados políticos. Formam-se no Brasil e no exterior, movimentos de solidariedade a esse primeiro objectivo, destacando-se em Portugal o Comité Português Pró-Amnistia Ampla no Brasil, cujo lançamento contou com o apoio das comissões políticas e das direcções dos partidos que formam a esmagadora maioria desta Assembleia Constituinte.

«Dirigimo-nos hoje, através da vossa presidência e das lideranças parlamentares dos partidos políticos a todos os deputados à Assembleia Constituinte, pela libertação dos presos políticos no Brasil e pela proclamação da amnistia ampla e irrestrita».

Diário de Notícias, 15-10-75

O analfabetismo em Portugal

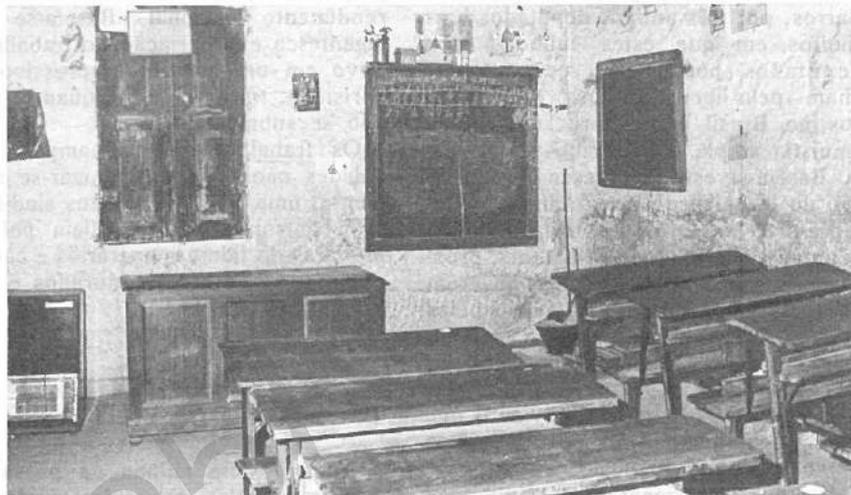
Durante este primeiro ano do processo revolucionário tem-se aludido frequentemente ao analfabetismo como aspecto saliente da pesada herança do fascismo. E com razão! A taxa oficial de analfabetismo anda por volta dos 30% da população com mais de 14 anos e 45,6% de pessoas com mais de 15 anos. Isto situa Portugal, no campo educacional, ao lado de países como o Brasil ou o Peru e em situação pior que o Chile, a Colômbia, Ceilão e o Equador. No entanto, esta maneira de pôr o problema pode encobrir uma visão superficial ou deformada do assunto, e, ao tornar-se inspiradora de uma acção contra o analfabetismo poderá conduzir a erros muito graves. Considerar o analfabetismo como uma doença ou fraqueza cultural, e enfrentá-lo como tal, é erro que já está a ser cometido por pessoas e grupos, bem intencionados aliás, que encararam as tarefas de alfabetização sem ter em conta o contexto cultural de que analfabetismo é apenas uma manifestação.

Ser analfabeto não é só desconhecer as técnicas de leitura e escrita. É também isso. Mas não tem o mesmo significado em qualquer tempo e lugar. Um adulto de uma tribo, cuja cultura desconheça as técnicas de escrita e leitura é evidentemente um analfabeto. Porém este facto não significa nada para ele, por nada contribuir ali, naquele lugar para alterar o seu modo de viver. Tal não acontece, porém, com um operário analfabeto de uma grande cidade, que, por isso mesmo, será certamente um marginalizado.

O analfabetismo português está concentrado nas zonas rurais, sem diferenças apreciáveis entre as regiões do latifúndio e as do minifúndio. Temos zonas em que o analfabetismo não é um acidente ou uma excepção, mas a regra, a normalidade. Podemos falar em «bolsas» ou ambientes analfabetos dado que predominam nesses lugares os aspectos culturais da maioria da população iletrada.

Esses ambientes analfabetos, com uma cultura baseada na

tradição oral (família, padre, crenças locais ou regionais, caciques...), são conservadores do passado, desconfiados perante qualquer inovação ou mudança (culinária, vestuário, relações entre as pessoas, técnicas produtivas...). A sua sabedoria é real, mas é também fechada em si mesma. Vai aceitando as mudanças impostas pela influência externa (emigrantes...) mas sempre com demora e desconfiança, moldando-as segundo o seu universo cultural.



Escolas destas também têm contribuído muito para o analfabetismo de que tanto sofre o nosso país

A manutenção, quase inalterada, durante séculos, da vida rural portuguesa, foi constituindo esta cultura rural sólida, rica, coerente, de personalidade definida, e a modernização das últimas décadas não tem conseguido tocar nos seus alicerces. Mas estes valores e potencialidades positivas foram usados pelo fascismo, de modo a fazer deles o seu ponto de apoio. No entanto, apesar da PIDE e da Legião, nunca o fascismo português teve o carácter tão predominantemente militarista dos outros fascismos. Por isso dismantlar hoje a PIDE e a Legião, é bem mais fácil do que libertar as capacidades adormecidas da cultura rural, dominadas pelos fascistas durante tanto tempo.

Existem grandes diferenças de região para região e até de concelho para concelho. É claro também que a religião tem um peso diferente ao norte e ao sul do Tejo. Cremos, porém, que esta cultura popular rural, com diferentes expressões, tem uma característica muito comum em todas as zonas do País, mais

claramente nas regiões ao norte do Tejo: a *descrença na capacidade humana para mudar a sua situação social*. Tal descrença é o suporte das minorias «cultas», dos notáveis e caciques, que tudo fazem para que isto seja visto como uma situação natural. A partir daí, verificamos duas atitudes das massas rurais! ou fazem uma tentativa de ultrapassar a situação sem a transformar, procurando resolvê-la «noutro sítio» através da emigração interna ou externa: ou permanecem e

aceitam uma situação, que se julgam incapazes de ultrapassar. Não é correcto pensar que existe uma divisão precisa entre a cultura rural e a cultura urbana ou industrial. A cultura rural é ainda a parte essencial da cultura portuguesa. Só que, além da influência que vem da História mais outras influências introduzidas nos tempos mais modernos. Estas passam sobretudo pela indústria e grandes centros urbanos, e estendem-se, lentamente e com cada vez menos força e importância para as zonas rurais.

A PESADA HERANÇA DO FASCISMO

Para um espírito superficial, estas considerações podem parecer inúteis para enfrentar na prática um fenómeno tão concreto como é o analfabetismo. São na realidade muito importantes para compreender um facto bem concreto: a falta de motivação numa boa parte da população analfabeta para deixar de o ser.

O governo fascista de Caetano, para «motivar» os camponeses

que queriam passar a ser operários industriais, em Portugal ou no estrangeiro, teve que tornar obrigatório o diploma da 4.^a classe para emigrar e para trabalhar em empresas industriais. E só o fez quando o relativo desenvolvimento industrial e a emigração começaram a exigir uma certa modernização da «cultura popular». Porém nunca pretendeu alterar a sua base económico-social, que era a base do próprio regime. A lei que tornava obrigatório o diploma da quarta classe pouco contribuiu para resolver o problema, mesmo nas suas aparências, como se prova pelas estatísticas e pela existência de milhares de analfabetos e semi-analfabetos com diploma.

UMA MUDANÇA DESEJÁVEL

Quando se tem presente a realidade da cultura rural, as tarefas que constituem a «ordem do dia» do povo português adquirem uma nova dimensão. Se é verdade que grandes sectores do proletariado rural contribuíram para que o 25 de Abril de 1974 fosse muito mais do que um golpe militar, é certo, também, que a maioria da população rural ainda não se integrou no processo revolucionário. Embora o inverso também seja verdade, pois o «processo revolucionário» ainda não chegou, em quantos casos, às massas camponesas que não têm onde vender as batatas mas compram o adubo mais caro.

Por outro lado é certo também que começa, já hoje, a surgir uma atitude diferente em relação ao analfabetismo e à cultura em geral, sobretudo nas zonas do latifúndio e no sector da grande e média indústria: os quais encararam como desejável uma transformação das estruturas económicas.

É, precisamente, através dessas transformações económicas que serão criadas as condições de base para um combate eficaz ao analfabetismo. Este combate deverá estar apoiado solidamente na mobilização popular e contar com o apoio decidido de todas as estruturas governamentais, tanto ao nível local como ao nível nacional. Eliminar o analfabetismo não é somente distribuir diplomas ou alterar os números das estatísticas, mas sobretudo transformar as actuais condições socio-económicas e culturais das massas rurais.

Comissões de aldeia contra cancelamento da «Maio - Nordeste»

«Final as aldeias têm também algo a dizer para a Revolução, ou ela faz-se só nas cidades, para aqueles a quem nada falta?» — pergunta-se numa moção aprovada pelas comissões de aldeia do Norte, do concelho de Mirandaela, recentemente reunidas em Bouça.

Afirmando que são os órgãos de poder popular, eleitos pelo povo, que têm vindo a beneficiar as aldeias, com a ajuda dos soldados, as comissões chamam a atenção para os melhoramentos que desde Junho têm beneficiado algumas povoações no que respeita a água, luz, caminhos, etc.

Tudo isto vem a propósito do encerramento da Campanha Maio-Nordeste, que a moção considera pressionada pelo comandante da Região Militar do Norte e por elementos do concelho que «não vêem com bons olhos o desenvolvimento das aldeias e os elementos que o levantam».

«Nós sabemos que os militares que compõem a Maio-Nordeste tiveram erros, mas nós saberemos emendá-los e eles os corrigirão, pois pela primeira vez trabalham com o povo desfavorecido deste país.

Propomos que, em vez de regressar aos quartéis e acabar, a Maio-Nordeste seja reforçada e reestruturada com soldados, marinheiros, sargentos e oficinas progressistas, para além de máquinas, camiões, caterpillares e demais material».

Esta é a proposta que as comissões de aldeia decidiram entregar ao Presidente da República, ao chefe do E. M. do Exército e ao comandante da Região Militar do Norte. As comissões representavam as povoações de Bouça, Vale de Salgueiro, Vilar de Ouro, Vale de Gouvinhas, Guide, Pádua, Freixo, Fenadosa, Ribeirinha, Golfeiras, Quintas, Vale de Maior, Vale Bom Pitez, Ervideira e Soutilha.

Diário de Notícias, 18-10-75

Nova cooperativa de pescadores

Ainda mal tínhamos acabado de anunciar no último número a criação da primeira cooperativa de pesca — a Unidade de Peniche — e já chegava ao nosso conhecimento a criação de uma segunda cooperativa — a Cooperativa Operária Produção de Pesca Libertação. «Baluarte» ouviu alguns elementos da nova cooperativa:

— Como é que vos surgiu esta ideia de formar esta cooperativa?

— A ideia partiu de 3 de nós, a que se juntaram mais 6, e decidimos fazer

uma cooperativa porque andávamos a ser escravizados pelos patrões. Fomos à Secretaria das Pescas explicar o que precisávamos, porque nós não queremos ser explorados nem explorar ninguém. Já temos um barco e pensamos ir para o mar daqui a um mês.

— Porque é que preferiram fazer uma nova cooperativa em vez de se juntarem à outra cooperativa já existente?

— A gente pensou assim porque isto é um sector de pesca e eles são outro. É tudo pesca artesanal, mas a Unidade de Peniche é da pesca longínqua e a Libertação é da pesca costeira. Mas se houver dificuldades nós estamos dispostos a ajudá-los a eles, assim como eles estão dispostos a ajudar-nos. Não estamos fora que no futuro se possa vir a englobar uma na outra.

— Vocês não têm receio que o regime político possa ir mais para a direita e que as facilidades que existem hoje para as cooperativas venham a acabar?

— A gente não receia isso porque da maneira que isto já está, se eles pensarem mandar tudo isto a malta preferia morrer do que voltar atrás.

— Quer dizer que se sentem entusiasmados com a cooperativa?

— Sim é principalmente o que a gente quer é trabalhar para a gente e acabar com os patrões. Toda a vida fomos arrastados e explorados pelos patrões, e aqui os patrões somos todos nós. Somos nós que apanhamos o peixe e não são precisos patrões para apanhar peixe.

Já temos o crédito da Secretaria de Pescas e de muitas casas comerciais. Compramos directamente aos fornecedores e procuramos sempre fazer os contactos através das comissões de trabalhadores. Temos tido muitos apoios e estamos confiantes no futuro da cooperativa.

Baluarte, 1-10-75

Afixação de preços obrigatória em todos os artigos e serviços

A partir de agora, a afixação do preço líquido a pagar pelo consumidor é tornada extensiva a toda e qualquer espécie de artigos e serviços, quer por etiqueta colocada no próprio produto ou mercadoria, sempre que tal for fisicamente possível, quer através de listas patentes em local bem visível. O público consumidor passa a dispor, portanto, de uma arma contra a especulação e a eficácia do mecanismo agora criado, depende da sua capacidade para a utilizar.

A Capital, 17-6-75

JOSÉ GOMES FERREIRA

Da apresentação de *Poesia I*, do Autor: «Um livro é um ser vivo. E um ser vivo não se compõe apenas de belos sentimentos, feições impecáveis, formas redondas, pensamentos puros expressos através de palavras musicais, mas de vísceras também, de fezes, máculas, contradições, ódios, covardias, sangue, gritos, nervos...

«E eu quis que este livro desse a impressão de que respirava...»

De *Poesia I* retiramos estes poemas.



VII

(Junto a minha voz ao coro dos poetas mais novos.
Recuso-me a ter mais de vinte anos.)

Não, não queremos cantar
as canções azuis
dos pássaros moribundos.

Preferimos andar aos gritos
para que os homens nos entendam
na escuridão das raízes.

Aos gritos como os pescadores quando puxam as redes
em tardes de fome pitoresca para quadros de exposição.
Aos gritos como os fogueiros que se lançam
vivos nas fornalhas
para que os navios cheguem intactos
aos destinos dos outros.
Aos gritos como os escravos que arrastaram
as pedras no Deserto

para o grande monumento à Dor Humana do Egipto.
Aos gritos como o idílio dum operário e duma operária
a falarem de amor
ao pé duma máquina de tempestade
a soluçar cidades de fome
na cólera dos ruídos...

Aos gritos, sim, aos gritos.

E não há maior orgulho
do que o nosso destino
de nascer em todas as bocas...

...Nós, os poetas viris
que trazemos nos olhos
as lágrimas dos outros.

XII

(Balada duma heroína que eu inventei.)

Vais morrer com a saia rota,
sem flores nos cabelos...
— Mas isso que importa
se depois de morta
até as mãos da terra
hão-de florescê-los?

Vais morrer de blusa no fio,
sem laços nas tranças...

— Mas isso que importa
se depois de morta
até as mãos do Frio
penteiam as crianças?

Vais morrer espantada na rua,
sem fitas nos caraçóis...

— Mas isso que importa
se depois de morta
até as mãos da lua
enfeitam os heróis?

Vais morrer a cantar numa esquina,
de sapatos velhos...

— Mas isso que importa
se depois de morta
continuarás a ser a menina que nunca teve espelhos?

Vais morrer com olhos de águia presa
e meias de algodão...

— Mas isso que importa
se depois de morta
a tua beleza
não caberá num caixão.
E há-de rasgar a terra
e romper o chão
como uma primavera
de lágrimas acesa
que os homens atiram, em vão,
para a natureza?

XIV

Oh! esta comoção
de me sentir sozinho
no meio da multidão
— a ouvir o meu coração
no peito do vizinho.

Oh! esta solidão
quente como a camaradagem do vinho!

Judeus e cristãos novos

Há notícia da existência de judeus em Portugal desde a fundação da nacionalidade. Viviam em bairros próprios fora das muralhas dos castelos. Ainda hoje estes bairros têm o nome de judiarias. Eram governados por um rabi-mor que além de funções religiosas tinha a seu cargo a justiça e a administração.

As ruas da judiaria comunicavam com as dos bairros cristãos, porém D. Pedro I (1320-1367) mandou fechar com portas as ruas dos bairros judeus. Estas portas eram encerradas a partir de certas horas da noite.

Eram proibidos os casamentos entre judeus e cristãos.

Estavam autorizados a praticar o seu culto dentro das judiarias e faziam-no em casas só destinadas a esse fim e que se chamavam sinagogas. Aí eram também obrigados a ouvir passagens dos Evangelhos.

Pagavam numerosos impostos aos reis o que lhes dava uma certa protecção. Dedicavam-se às artes e ofícios, ao comércio e emprestavam dinheiro a juro muitas vezes demasiado alto o que lhes acarretava o ódio dos cristãos, que aproveitavam as épocas de fome, pestes, terramotos para os acusar e assaltar as judiarias, queimando e roubando os seus bens.

Apesar disso chegaram a ocupar elevados cargos ligados às finanças.

Não obstante emprestarem dinheiro até aos reis, foram muitas vezes humilhados e obrigados a usar distintivos que os identificavam publicamente.

Inicialmente afastados por diferenças religiosas, em breve essa separação assenta na «pureza do sangue», que é como quem diz em princípios racistas.

OS TRIBUNAIS DO SANTO OFÍCIO

Foram fundados vários tribunais da inquisição destinados a julgar as pessoas acusadas de qualquer prática contrária ao culto católico.

Esses tribunais tinham funcionários especializados, todos pertencentes ao clero. Porém os inquisidores podiam não o ser.

Junto aos tribunais havia prisões onde eram aplicadas torturas aos suspeitos.

Os inquisidores contavam, nas áreas da sua influência, com muitos informadores e denunciante. Qualquer podia ser, eventualmente, informante. Muitas vezes uma pessoa tornava-se informante ou denunciante por defesa, para afastar de si as suspeitas. A denúncia era considerada suficiente para se efectuar uma prisão. Isto originava, muitas vezes, que as pessoas fossem presas porque alguém as odiava. O indivíduo preso não tinha conhecimento de quem o denunciara nem das culpas que lhe atribuíam.

Apesar disso teria que por força confessar o delito de que o acusavam. Era um deitar-se a adivinhar à espera de acertar para não ser submetido a tormentos. Então confessava o que era, denunciava outras famílias ou a própria e, mesmo assim, não se livrava do «potro, espécie de cama de ripas onde, ligado o paciente com diferentes voltas de corda nas pernas e nos braços, se apertavam aqueles com um arroxo, cortando-lhes as carnes; da polé, moitão seguro no tecto, onde era suspensa a vítima, com pesos nos pés, deixando-



D. Pedro I. (1320-1367) iniciou já a perseguição aos Judeus, mandando fechar com portas as ruas dos seus bairros, medida essa precursora da criação dos «ghetos», de tão triste memória

o cair com um brusco arranco, sem tocar no chão», etc.

Com o tempo estes tribunais vão servindo outros propósitos que não são só religiosos.

É preciso lembrarmos que estas instituições foram consentidas e aplaudidas por reis e grandes senhores. Por isso estes tribunais passaram a servir também os fins políticos dos exploradores para aquietar a grande massa dos explorados.

O clamor da revolta, os gritos de fome, os brados de justiça, a raiva dos explorados eram apagados pelo canto religioso, pela solenidade das procis-

sões realizadas à noite ao brilho de archotes, pelo medo do frade encapuçado cantando ladainhas que lembravam a morte e os castigos do inferno, pelas imagens ricamente vestidas e adornadas de faiscantes pedrarias e ouro dados piedosamente pelos crentes em paga de favores que acreditavam terem sido feitos pelos Santos.

Este tribunal servia à maravilha os exploradores porque mantinha os explorados aterrorizados com a salvação da sua alma, sem pensarem revoltar-se, com medo às penas do inferno.

Agora mais do que nunca a igreja colocava-se ao lado dos opressores do povo. Porém nem sempre se atrevera a castigar fisicamente as suas «ovelhas», sempre as aconselhara à humildade e à resignação com a ameaça de grandes castigos ou a promessa de grandes recompensas depois da morte.

Com isso se calavam os revoltados e a grande maioria aceitava um estatuto de «homens de segunda» e as cadeias da servidão.

Em Portugal este tribunal foi introduzido no reinado de D. João III. A pedido deste rei o papa deu autorização para a sua instalação nos mesmos moldes com que até aí tinha funcionado em Espanha, isto é, dependente dos poderes do Estado. Assim entravam em Portugal os meios de repressão necessários a manter no poder uma ditadura político-militar e religiosa. O princípio do poder tinha sido posto em causa pelos povos, embora a religião se tivesse esforçado para legitimar esse poder atribuindo-lhe origem divina, que o mesmo é dizer indiscutível.

Se o poder dos reis e dos governantes em geral provinha de Deus que lho dava directamente, nesse caso a igreja católica tinha de defender o poder a todo o custo. Pôr em causa o poder era pôr em causa a religião.

O ÓDIO AO JUDEU

O ódio ao judeu não nos deve surpreender se nos lembrarmos que se vivia numa época em que imperava o fanatismo religioso. A religião dominava tudo e todos, penetrava em casa do mais humilde e residia ao lado de reis e grandes senhores.

Ninguém se atrevia a contestar as consideradas verdades divinas escritas na Bíblia e interpretadas pelos sacerdotes católicos a seu contento.

O ódio do cristão ao judeu era já antigo e assentava na crença de que tinham sido os judeus que denunciaram Cristo aos romanos e por isso eram considerados culpados da sua morte. Eram obrigados ao pagamento de 30 dinheiros em lembrança e para castigo de terem vendido Jesus.

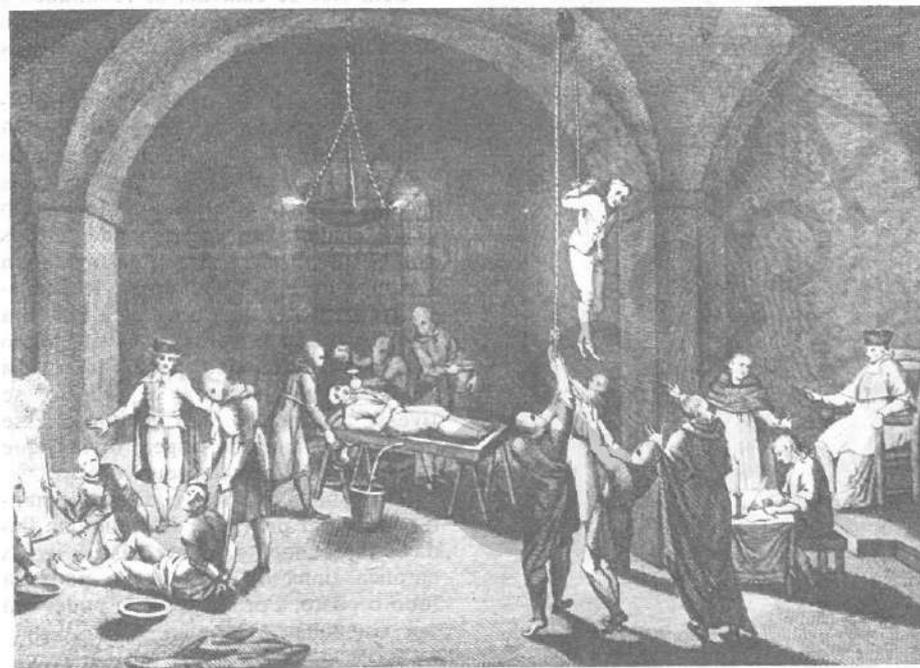
Além doutros impostos eram ainda obrigados a pagar a dízima à igreja.

Nem só os judeus eram perseguidos, eram-no igualmente mouros e cristãos conforme as conveniências do momento.

Quem tentasse dar uma interpretação diferente à Bíblia era considerado herege e estava sujeito a castigos. A igreja não aceitava outra interpretação que não a sua e perseguiu ferozmente as heresias.

Bastava que qualquer pessoa tentasse dar uma explicação do mundo e das coisas diferente da que dava a Bíblia para incorrer em perseguições, perda da liberdade, tortura e morte pelo fogo.

Para descobrir as heresias e os hereges o papa Gregório IX criou em 1227 a Inquisição. Em breve esta instituição se espalhava pela Alemanha, França, Espanha e Portugal além da Itália. A inquisição das heresias foi entregue a frades dominicanos e franciscanos que dependiam directamente da Santa Sé.



Cena do Tribunal do Santo Ofício, cujo lema era «Misericórdia e Justiça»...

CRISTÃOS NOVOS

A partir de D. Manuel começa a aparecer a designação de Cristão-novo por oposição a cristão velho. Quase que era dividir a humanidade em dois tipos de homens: os de primeira (cristãos velhos) e os de segunda (cristãos novos).

Os judeus tinham sido expulsos de Espanha pelos reis católicos em 1492 porque não tinham querido converter-se à fé cristã.

O rei português autoriza a sua entrada em Portugal mediante o pagamento de uma enorme quantia. Quem a não podia pagar era expulso ou escravizado.

Segundo uma testemunha que viveu nessa época passaram a fronteira cerca de cem mil judeus: Bragança — mais de 3000; Miranda — mais de 30 000; Vilar Formoso — 35 000, Marvão — 15 000 e Elvas — 1000.

No início do seu reinado D. Manuel usou de uma certa benevolência para com os judeus e restituiu a liberdade aos escravizados.

A sua atitude modificou-se por motivo do contrato de casamento com uma filha dos reis católicos que exigiam a expulsão dos judeus de Portugal. A lei de expulsão foi tornada pública em 1496. Todos os que não quisessem converter-se ao cristianismo teriam que deixar o reino.

Ao monarca português não convinha que saíssem de Portugal elementos tão válidos como eram os judeus, além de que possuíam muito dinheiro que seria um desastre deixar sair do reino. Por isso D. Manuel mandava arrebatá-los

força os filhos dos judeus menores de 14 anos para baptizá-los.

Muitos foram os que se converteram, mas uma grande parte deles preferia partir do que submeter-se. Estes, atraídos a um determinado local com promessas de embarque foram baptizados em massa e à força.

Com estes novos convertidos apareceu a designação de cristão-novo o que lhe viria a acarretar sérios dissabores trazidos pela Inquisição em nome de Cristo.

Muitos destes novos conversos voltavam, às escondidas, à prática da sua religião.

Os cristãos novos eram considerados como impuros de sangue uma vez que

nos seus antepassados era possível encontrar sangue judeu ou mouro. Os cristãos velhos eram os que descendiam das antigas famílias cujos antepassados tinham tido sempre a religião cristã.

Contra estes nunca se levantava o santo tribunal, porque eram «puros sangue» e pertenciam, na maioria dos casos, às classes exploradoras.

Os cristãos novos eram considerados, como já dissemos pessoas de inferior condição social sobre quem caíam todas as desconfianças: se havia peste logo os judeus eram acusados de ter envenenado as fontes, se havia terramoto eram eles que, por não respeitarem a religião cristã, provocavam a ira de Deus, se havia fomes por más colheitas, os culpados eram sempre os judeus. O ódio dos cristãos velhos contra os novos está bem testemunhado nas centenas de processos levantados contra eles pelo tribunal religioso.

Não eram só os cristãos novos o alvo da «limpeza» que o Santo Ofício queria fazer. Podiam ser perseguidos também os suspeitos de práticas de bruxaria, feitiçaria, cerimónias pagãs, ou suspeitos de terem ligações com o diabo, curandeiros, charlatães, soldados, etc.

BRUXEDOS E FEITIÇARIAS

Em Portugal, aliás em todo o mundo, acreditava-se que certas pessoas tinham ligações com o diabo, que estava em toda a parte e era preciso defender os vivos e os mortos da sua influência. A estes era preciso enterrá-los junto das igrejas, único local onde os diabos não se atreveriam a penetrar. A igreja era o único local que oferecia segurança.

Havia um terror enorme a bruxas e feitiçarias tanto da parte do povo como dos nobres, reis e até do clero.

Para livrar a humanidade de tão grande mal o tribunal religioso não teve mãos a medir durante séculos.

Entre os muitos delitos porque uma pessoa podia ser presa citamos os seguintes: «guardar os sábados não trabalhando e usando nesse dia os fatos melhores que nós chamamos domingueiros; conservar acesa durante as noites de sextas-feiras todas as candeeiras com torcidas novas e cortar as unhas nestes dias; não comer aves degoladas, nem toucinho, nem lebre, nem coelho, nem peixes de pele e sem escamas; fazer o jejum maior do ano judaico que era o do Setembro (...), perdoando-se uns aos outros os agravos e as desavenças ocorridas durante o ano; fazer o chamado jejum da rainha Ester e o das segundas e quintas-feiras; solenizar a Páscoa comendo pão ázimo em louça nova; enterrar defuntos, depois de lavados, em terra virgem pon-

(Cont. na pág. 32)

TEATRO POPULAR (1)

Muitos portugueses não viram ainda teatro. Outros já: numa vinda esporádica a Lisboa, na cidade mais próxima, ou na própria terra, por ocasião da visita duma dessas campanhas de teatro que depois do 25 de Abril decidiram mostrar sua arte a um público mais amplo. Mas o povo, habitualmente, não vê teatro. Que significa este facto? Que conclusões poderemos dele extrair? Sobretudo uma: que o teatro não está ao serviço do povo mas da burguesia que, nas grandes cidades, pode pagar companhias, numerosas, de artistas ganhando muito mais que os salários médios nacionais, e espectáculos luxuosos, em que só o dinheiro gasto no guarda-roupa chegava para vestir uma porção de famílias.

Grande parte do teatro profissional não é feito para dar cultura ao povo mas com fins de lucro, para encher os bolsos a certos senhores que puxam os cordelinhos de uma série de companhias e de salas de espectáculos em Lisboa.

Alguns dias atrás, vimos ao pé do Saldanha um gigantesco cartaz, junto do retrato de uma senhora de vestido comprido e de penas na cabeça, entre estrelinhas, as palavras: «revista verdadeiramente popular. Mas o povo não se pode deixar enganar, pois a palavra «popular» neste caso, é usada como truque de publicidade, para aldrabar as pessoas quanto ao conteúdo da peça, para que os bilhetes sejam vendidos. Da mesma maneira como antes se dizia de qualquer produto, fosse ele uma pasta de dentes ou uma peça de teatro; «compre e tornar-se-á superior aos outros», hoje, por vezes diz-se: «dê cá o seu dinheiro e será mais povo»; mas tudo isto são negociatas de compra e venda, entre burgueses, que ao povo não interessam. Basta saber o preço dos bilhetes para ver que não interessam mesmo.

Há também grupos de teatro em Lisboa, profissionais ou semiprofissionais, que dizem não existir para ganhar dinheiro, mas a bem da cultura popular. São estes grupos de teatro que o povo viu actuar nas suas terras, quando das Campanhas de Dinamização Cultural. Ele os julgará melhor do que nós. No entanto, estes grupos são pouco numerosos, nem poderiam ser mais, pois ainda saem caros ao País, embora infinitamente menos caros que os tais monopólios que organizam «revistas populares».

Neste panorama tristíssimo, de características descaradamente capitalistas, isto é, em que a cultura é tratada como se fosse um luxo, «para inglês ver», ou melhor, «para burguês ver», que resta ao povo fazer, como se poderá ele defender?

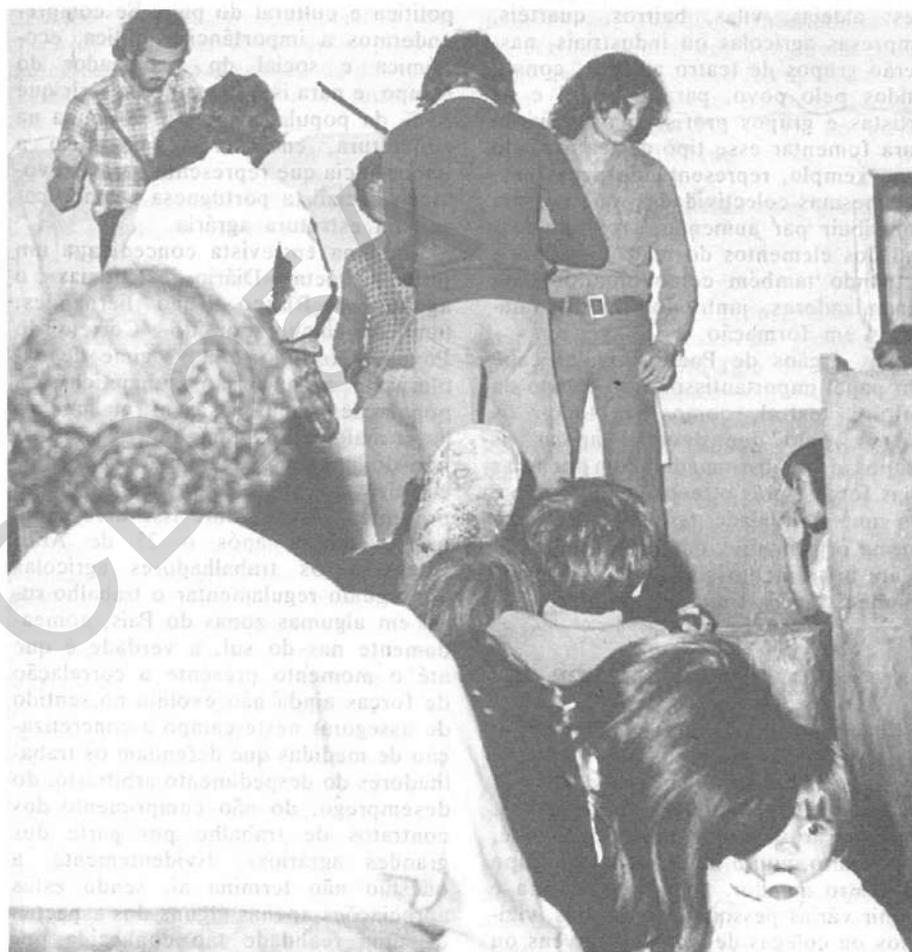
TRÊS GRANDES GRUPOS DE OPINIÃO

Existem três grandes grupos de opinião, dependendo da sociedade que se queira construir, e do rumo a seguir para se lá chegar: — o primeiro grupo, daqueles que acham que o teatro, como está, está muito bem e que cada um de nós, «puxando a brasa à sua sardinha»,

altura o teatro estará já ao serviço do povo.

A estes diremos que, antes o teatro esteja nas mãos do Estado que nas dos grandes senhores, mas que não basta que mudem os donos para que mudem as mercadorias, ou melhor, não basta que se diga que o teatro pertence ao povo, por pertencer ao governo, e aqui entramos na terceira alternativa, é preciso que as classes trabalhadoras decidam da sua orientação, e já que criam a riqueza com a qual os artistas são pagos, que lhes ordenem como devem trabalhar.

Supondo que o teatro profissional estava nas mãos dos operários, camponeses e demais povo, nem então as necessidades culturais deste país está-



Sala e cena, durante a representação

é que deve ganhar dinheiro para ir de vez em quando a Lisboa ver o que lá se passa, no campo cultural. Aos que assim pensam, diremos que o teatro se deve moldar ao povo e não o povo ao teatro, e que além disso, por esse caminho, nem os bisnetos da maioria deles chegarão a beneficiar de uma educação média. — Outros pensarão que é preciso retirar as grandes companhias das mãos dos grandes senhores do teatro, nacionalizá-las, e que nessa

riam satisfeitas, no que diz respeito ao teatro, embora se tratasse de uma vitória importante. De facto, a escassa dúzia de companhias de teatro profissional existentes, mesmo que andasse numa roda-viva, não poderia estar em toda a parte onde é precisa, ao mesmo tempo.

Mais importante ainda, ao povo, ao espectador, ficava reservado o papel de eterno assistente passivo, pois o mais que poderia fazer era bater palmas ou

assobiar e patear, nunca poderia sentir o teatro na sua verdadeira beleza, como só os actores o sentem. Ora o lugar do povo, neste momento histórico, não é de modo algum na plateia, como espectador impotente perante o desenrolar da acção trágica ou cómica conduzida pelos artistas, que tudo sabem e podem.

Não! Neste momento, o lugar do povo é no palco, tanto no teatro como na vida. Por isso devemos dizer não a uma cultura para o povo, em favor de uma cultura do povo, construída por aquelas mesmas mãos que pegam na enxada para que os campos dêem pão, e pelas que fundem o ferro para construir a enxada que obriga a terra a dar pão.

Por isso achamos que o teatro profissional deve assumir um papel, acessório, de apoio e incentivo, em relação ao teatro amador. Em todas as colectividades: aldeias, vilas, bairros, quartéis, empresas agrícolas ou industriais, nascerão grupos de teatro amador, constituídos pelo povo, para o povo, e os artistas e grupos profissionais servirão para fomentar esse tipo de teatro, pelo seu exemplo, representando peças nessas mesmas colectividades, que possam contribuir para aumentar a cultura teatral dos elementos do teatro amador, e actuando também como monitores ou dinamizadores, junto dos teatros amadores em formação.

Aos órgãos de Poder Popular cabe um papel importantíssimo no campo da cultura teatral, como em todos os outros, pelo que deverão apoiar os grupos de teatro amador com todas as suas forças, pois o teatro amador não é só uma actividade recreativa, é uma forma organizativa da Cultura Popular, é um instrumento educativo e portanto também um instrumento político.

LANÇAR O TEATRO AMADOR

Poder-se-ia no entanto pensar que o que aqui tem sido dito, não passa de ideias sem aplicação na realidade, por vezes dura e difícil, em que vivemos. Ao contrário do que possa parecer é, no entanto, muito fácil lançar um grupo de teatro amador. A primeira tarefa é reunir várias pessoas interessadas, vizinhos ou colegas de trabalho, jovens ou não. Esse grupo deve começar a reunir-se frequentemente e discutir a criação do novo Grupo de Teatro Amador, estabelecendo-se desde logo o diálogo sobre as ideias que cada um de nós formou acerca da cultura ou seja, as ideias que a nossa experiência de vida nos ensinou.

Aqui surge o principal obstáculo material, que consiste em encontrar a sala para as reuniões, que será também a sala dos ensaios e das representações. No entanto, isto não constitui

AGRONOMIA

Reforma agrária em Portugal

A opinião de um célebre agrónomo francês e uma entrevista com um economista americano sobre a reforma agrária no Peru

A Reforma Agrária é antes de mais nada a criação de uma nova ordem social, que permita a incorporação do trabalhador rural na vida económica, política e cultural do país. Se compreendermos a importância política, económica e social do trabalhador do campo, e para isto basta-nos referir que 35% da população activa se ocupa na agricultura, entenderemos também a importância que representa para a revolução socialista portuguesa a modificação da estrutura agrária.

Em uma entrevista concedida a um jornal lisboeta, «Diário de Notícias», o agrónomo Blasco Hugo Fernandes, também colaborador do «Correio do Povo», referindo-se ao regime de exploração a que são submetidas as populações camponesas afirma que «a larga maioria dos camponeses não dispõe do mínimo exigido para a satisfação das necessidades sociais do tempo presente». Ainda sobre isso acrescenta que, «embora após o 25 de Abril tivessem os trabalhadores agrícolas conseguido regulamentar o trabalho rural em algumas zonas do País, nomeadamente nas do sul, a verdade é que até o momento presente a correlação de forças ainda não evoluiu no sentido de assegurar neste campo a concretização de medidas que defendam os trabalhadores do despedimento arbitrário, do desemprego, do não cumprimento dos contratos de trabalho por parte dos grandes agrários». Evidentemente, a questão não termina aí, sendo estas apreciações apenas alguns dos aspectos de uma realidade tão conhecida por aqueles que são alvo da exploração permanente.

A dominação secular a que está submetida grande parte da população rural, embora tendo raízes históricas profundas, assenta num regime de propriedade injusto, que socialmente incentiva o servilismo aos grandes senhores da terra, fazendo parecer eterna e imutável uma situação que pode e deve ser modificada.

Embora muito se fale da Reforma Agrária no aspecto do aumento da produtividade, necessidade de planificação etc., é no campo da organização

dos trabalhadores que vamos encontrar as bases para a transformação económica e social no sector agrário. A Reforma Agrária não é um conjunto de leis desligadas da realidade, ou impostas desde cima. É fundamentalmente fruto da actividade consciente das massas camponesas organizadas. Para que o próprio futuro da reforma agrária não seja comprometido pelas deformações decorrentes de uma política definida e controlada unicamente pelos organismos estatais superiores criados para este fim, é necessário a participação dos trabalhadores organizados em todos os níveis, tanto na elaboração das leis como na fiscalização do seu cumprimento.

A partir daqui constatamos que é justamente nas regiões onde os trabalhadores mais avançaram na sua própria organização que a reforma agrária se tornou uma realidade irreversível. Isso ocorre notoriamente nas regiões do Baixo e Alto Alentejo, onde mais se desenvolveram os sindicatos dos trabalhadores agrícolas. Recentemente tivemos o exemplo de Cujancas, em que os trabalhadores do campo, juntamente com os trabalhadores das zonas urbanas mais empenhadas na reforma agrária, defenderam suas conquistas contra aqueles que estavam empenhados em destruí-las.

Não há dúvidas que são muitas as dificuldades encontradas, principalmente no que diz respeito à concessão do crédito agrícola, tão necessário para a aquisição de elementos indispensáveis para o desenvolvimento da produção nas áreas já reformadas e por reformar. Têm sido postos inúmeros obstáculos à obtenção desses créditos. Ainda segundo Blasco Hugo Fernandes tais dificuldades existem «porque as entidades intermediárias na atribuição de crédito aos produtores não se compõem na sua totalidade ou maioria por elementos que se identificam com o processo revolucionário». Neste mesmo sentido os próprios trabalhadores acusam abertamente a política governamental afirmando que esta não favorece, o avanço da Reforma Agrária.

TÉCNICO FRANCÊS OPINA SOBRE A REFORMA AGRÁRIA

Em uma entrevista concedida recentemente em Lisboa ao jornal «A Capital», o agrônomo francês René Dumont analisou alguns aspectos da maior importância para o desenvolvimento da Reforma Agrária no nosso país. Entre outras coisas acentua; «no que diz respeito aos objectivos propriamente técnicos, a reforma agrária deverá estar basicamente realizada dentro de cinco anos». Acrescenta ainda: «um dos objectivos da reforma agrária no vosso país deverá ser a obtenção da autonomia no que toca a produção de trigo, milho, centeio, cevada, beterraba, aveia e açúcar. Deverão também produzir as antigas culturas coloniais sobretudo o tabaco». Em outra parte ressalta algumas diferenças regionais entre o Norte e o Sul aconselhando, relativamente ao Norte, região com predominância do minifúndio, a criação de cooperativa de serviços para a comercialização dos produtos, aquisição e uso de instrumentos de trabalho e para compra de adubos e pesticidas. Quando de sua intervenção relativamente ao modelo a seguir, após haver analisado, entre outras as experiências cubana e chinesa afirmou:

« — Todos os modelos são úteis para Portugal, mas Portugal deve descobrir o seu. De momento os portugueses deverão atender ao facto de que a sua agricultura, a avaliar pelos resultados, é das mais atrasadas da Europa e de baixíssima produtividade».

Portugal, como bem o afirma o agrônomo René Dumont, deve buscar seu próprio modelo para a realização da reforma agrária, o que não impede de aproveitar as demais experiências, que trazem elementos positivos e podem ser aproveitados pelo nosso povo.

Tal é o caso da Reforma Agrária no Peru, país da América Latina em que, com a tomada do poder por militares progressistas, têm-se realizado reformas em todos os sectores da economia.

Peter Knight, um economista americano, estudioso da economia peruana, esteve na redacção do «Correio do Povo», onde registamos algumas das suas declarações referentes às reformas realizadas no sector agrícola nesse país sul-americano.

CdP — Como se iniciou a Reforma Agrária no Peru?

P.K. — A Reforma Agrária iniciou-se em 1969, com a expropriação das empresas açucareiras da Costa e a sua entrega aos trabalhadores. Houve uma expropriação total das empresas nacionais e estrangeiras nessa área, e sua transformação em Cooperativas Agrárias de Produção, sujeitas a controlo do Estado durante um período inicial. Assim o gerente da cooperativa, é escolhido pelo Estado de entre um grupo proposto pela cooperativa, isto



*Peter Knight, economista americano
estudioso da reforma agrária peruana*

enquanto se processa o pagamento da dívida contraída pela cooperativa com a aquisição da propriedade das terras. A propriedade é pois do grupo (dos sócios da cooperativa) mas não é individualizável, sendo a gestão feita por órgãos eleitos democraticamente pelos sócios. Estando prevista a expropriação de cerca de 36 % das terras aptas para a agricultura e para a criação de gado, já foram expropriadas 22 % e um milhão e 800 mil cabeças de gado.

CdP — Como são utilizados os excedentes anuais da cooperativa?

PK — Dos resultados da exploração da cooperativa e para além da parte que vai para o pagamento da dívida da propriedade da terra, 10 % pelo menos, vão para um fundo de reserva, 5 % para Fundo de Educação, 10 % para o Fundo de Previdência Social e 15 % para o Fundo de Investimentos. Para além dos salários de base que variam de acordo com o tipo de trabalho realizado — nas cooperativas existem trabalhadores empregados e técnicos — recebem os sócios uma fracção dos excedentes anuais da cooperativa. Hoje em dia pode dizer-se que se tem conseguido uma efectiva redistribuição da riqueza entre os trabalhadores dessas cooperativas, mas ao mesmo tempo surgiram uma série de problemas a que poderemos chamar o egoísmo de grupo. Essas empresas da Costa eram as mais ricas da economia peruana e estavam na mão de 6 ou 7 capitalistas e hoje estão nas mãos de quase poderíamos dizer, de 20 000 pequenos capitalistas que são os próprios trabalhadores dessas empresas, que têm conseguido redistribuir a riqueza entre eles mas não estão dispostos a ir muito além dos próprios trabalhadores.

CdP — Como se tem caracterizado esse egoísmo de grupo?

PK — Em 1972, por exemplo, 15 % das horas/trabalho nessas cooperativas foram realizadas por trabalhadores eventuais, que realizando o mesmo trabalho receberam entre 25 e 30 % do que receberam os sócios da cooperati-

va, para além de não poderem participar na gestão da cooperativa. Ora, os sócios das cooperativas não promovem a entrada de novos sócios, antes pelo contrário procuram impedir, pois que poderiam ver diminuídos seus benefícios. Assim as cooperativas não têm contribuído para a diminuição do desemprego rural. Para além disso a existência de cooperativas ricas e cooperativas pobres, tem gerado grandes desigualdades de salários e benefícios entre os trabalhadores de diversas cooperativas.

CdP — Quais as soluções apontadas para os problemas surgidos com as cooperativas?

PK — Tem-se procurado, por um lado integrar as Cooperativas Agrárias de Produção em organismos de grau superior que abarquem vales completos ou regiões dentro dos Programas Integrados de Assentamento Rural. Por outro lado tem-se insistido na possibilidade da incorporação das CAPs no novo sector da Propriedade Social.

CdP — Pode definir esse sector da Propriedade Social?

PK — O sector de propriedade social engloba as empresas de propriedade social, que são um tipo de empresas novas cuja lei básica só foi conhecida em Maio de 1974. São empresas de autogestão dos trabalhadores. Os trabalhadores têm um controlo directo sobre a gestão da empresa, aprovando e demitindo os corpos gerentes da empresa em assembleias de trabalhadores, estando no entanto sujeitos a uma série de regulamentos quanto ao seu comportamento económico.

Em relação às cooperativas podem-se indicar vários avanços no sentido de uma maior democraticidade interna e de uma mais perfeita redistribuição dos lucros das empresas por todo o sector. Assim os trabalhadores eventuais têm os mesmos direitos e os mesmos deveres que os membros da empresa, só não podendo fazer parte dos corpos directivos. Além disso os excedentes não são todos utilizados na empresa, sendo descontada uma taxa para o Fundo Nacional de Propriedade Social, sendo esse dinheiro utilizado para a criação de novas empresas de propriedade social ou para empréstimos a outras empresas. Diminui-se assim as possibilidades de se gerarem empresas muito ricas com empresas mais pobres dentro do mesmo sector, como acontece no sector das cooperativas. Evidentemente que as cooperativas mais ricas tem resistido à integração no sector da propriedade social, e só, por exemplo, a pressão das cooperativas mais pobres e dos assalariados agrícolas as poderá levar a aceitar tal integração.

O Conselho de Aldeia de Vale do Horto convoca

O Conselho de Aldeia de Vale do Horto convocava (e convoca) Assembleias Populares para que, democraticamente, fossem discutidos os problemas comuns. Foi numa das muitas Assembleias realizadas que o Povo decidiu exigir aos «responsáveis» um telefone público.

Não te admires, caro Barrosão! Há por esse Portugal abaixo centenas de aldeias sem telefone como a tua. Por outro lado há centenas de arranha-céus (onde se empilham escritórios, boutiques, comércio, cafés, apartamentos) com mais telefones que todo o Concelho de Montalegre! A luta do Povo de Vale do Horto para a «conquista» do seu telefone foi uma luta exemplar.

Das andanças da Comissão de Moradores de Vale do Horto dá conta esta carta escrita à Comissão Administrativa da Câmara e ao MFA!

Reza assim:

«Numa Assembleia Popular realizada em Vale do Horto, concelho de Leiria, nós, Comissão de Moradores, fomos mandatados para «exigir das autoridades competentes a colocação urgente de uma cabine telefónica pública, de ligação automática, por moeda, para serviço do POVO».

A decisão foi tomada por unanimidade, considerada a necessidade de um telefone público, já que a Aldeia tem um único telefone, e este particular. Como o dono deste telefone particular se ausenta com frequência; como não existe ligação com Leiria ou qualquer outra localidade por transporte público; como não há maneira de contactar um médico para socorrer um doente, de pedir aos bombeiros para apagar um incêndio, de chamar alguém com urgência, — precisamos de um telefone.

Sabendo nós, povo explorado, que há tanto burguês a quem basta estender o braço mole para utilizar o «seu» telefone particular, decidimos que o POVO tem o direito de exigir, ao menos, o seu telefone público.

Dois dias depois da reunião do Conselho de Aldeia foi esta comissão avistar-se com o Sr. Engenheiro Teixeira Leite, director dos CTT de Leiria e deu-lhe conta desta necessidade do nosso povo. Mas o Sr. Engenheiro, que não sente na pele as necessidades daqueles que no nosso país trabalham e produzem, respondeu que «assim», que

PODER POPULAR é um espaço onde incluiremos trabalhos nossos e cartas dos leitores, procurando dar notícia da implantação e desenvolvimento de núcleos de poder popular, suas vitórias e dificuldades encontradas; e esclarecer, por outro lado, todas as dúvidas que nos forem sendo postas.

«assado», que as necessidades do povo eram de considerar, MAS que essas

cabines automáticas só eram colocadas em «certos» locais, que era preciso prever o Lucro de 400\$00 mensais pela utilização de «tal» telefone.

(Pergunta o POVO à Comissão da Câmara e ao MFA: — «será que este raio desta sociedade ficará eternamente a pensar no lucro?; será que nunca mais seremos capazes de pensar em termos de satisfação das necessidades colectivas?»

«Tentámos então com o Sr. Engenheiro uma alternativa: —... «e será possível a colocação de um telefone público, não automático, encarregando-se alguém da aldeia do seu funcionamento?»

Respondeu o Sr. Engenheiro que «sim», que não tinham linhas mas que se conseguíssemos arranjar uma pessoa que quisesse tomar conta do telefone... enfim, que «era difícil»...

Regressou esta comissão à aldeia, arranjámos uma pessoa que se prontificou a encarregar-se do telefone e oito dias depois, nova entrevista com o Sr. Engenheiro. E o Sr. Engenheiro gaguejou: — «que teríamos de preencher uma proposta, que teríamos de esperar...»

— «Quanto tempo? — perguntámos».

— «Dois» três anitos. Nada menos!»

Tanto tempo! não podia ser.

Sugerimos então com outra hipótese:

— «Sr. Engenheiro! Aqui o nosso conterrâneo João da Eira, que veio

para se encarregar do telefone público, tem um pedido para ele já há cinco anos. Não haverá possibilidades de fazer a transferência do particular para o público agora que talvez esteja para lhe ser instalado o que ele já pediu há tanto tempo?»

Resposta do Sr. Engenheiro: — «Não! Isso não é permitido! Isso pode lá ser? Isso... vai contra a lei! Para ficarem com o telefone público este senhor teria de desistir do seu pedido de um telefone particular, os senhores preencheriam a proposta pedindo um telefone público e depois... esperaríamos os «tais» anitos... o mais que se pode fazer é os senhores escreverem-me uma carta a pedir-me a respectiva troca mas duvido muito que se consiga...»

Ex.^{ma} Comissão Administrativa e Sr. Delegado do MFA: uma carta? Então neste país ainda terá mais importância uma carta que a VIVA VOZ DO POVO? Teremos de suportar estes burocratas por mais tempo? Será que o POVO ainda consente que certos indivíduos incapazes de se adaptarem ao 25 de Abril desempenhem (ou queiram vir a desempenhar) «cargos importantes»? Será que o POVO permite que o governem ou venham a governar pessoas que sempre se deram bem com os fascistas, sempre defenderam as políticas do Salazar e do Caetano? Será que vamos continuar a viver (ou a morrer!) sem assistência? Será que não temos nós, povo trabalhador, que produzimos para alimentar os outros, direito a um



telefone, a ruas transitáveis, a luz eléctrica, a assistência médica gratuita ou, pelo menos, barata? Será que estando nós a trabalhar aos fins de semana para bem do Povo, arranjando caminhos, construindo paredes e barracões para convívio popular, teremos de conseguir, pela nossa própria mão, a bem ou a mal, uma simples cabine telefónica que um engenheiro qualquer, inimigo do Povo, nos nega?

Perante situação tão injusta dirigimo-nos ao MFA e à Comissão Administrativa da Câmara para apoiarem mais uma vez as reivindicações populares, nos ajudarem a satisfazer as nossas necessidades e a construir a aliança MFA-Poder Popular!

Pelo Conselho de Aldeia de Vale do Horto.

A Comissão de Moradores.»

Oito dias depois, e graças ao Poder Popular, Vale do Horto telefonava da sua cabine, novinha em folha. — D. B.

Correio do Planalto 30-9-75

CÓTIMOS — GUARDA

O POVO ORGANIZADO CONSTRÓI O CENTRO SOCIAL

Nos campos, não é só no Alentejo que a luta de classes avança. A luta contra a exploração dos latifundiários, grandes agrários e outros caciques reaccionários propaga-se dia a dia e penetra em todas as aldeias do Norte, do Centro, de todo o País. Isto apesar de toda a política informativa-deformativa que se tem feito. Isto apesar da manipulação partidária, reacção dos caciques locais sobre os trabalhadores quer queiram quer não. Quer o VI Governo queira, quer não, o Norte é revolucionário.

No distrito da Guarda, concelho de Trancoso, o povo e a Comissão de Aldeia de Cótimos está em luta desde o mês de Maio do corrente ano.

Cansado de esperar por promessas que nunca via resolvidas, desta vez o povo não se deixou, apesar de tudo, enganar. Não deixou que certos senhores se aproveitassem da política antipopular de certos partidos, que na verdade muito prometeram e nada fizeram para serem arrastados por acções que no fundo são contra eles próprios. Acções que, praticadas por trabalhadores (enganados), são contra os próprios trabalhadores.

Assim, o povo de Cótimos organizou-se e ocupou uma casa abandonada há mais de 20 anos, propriedade de um grande capitalista do distrito, dr. José Manuel Vilhena, transformando-a num Centro Social e recreativo.

A população tem trabalhado para que ali seja instalado um posto médico, uma sala onde o povo se possa reunir e discutir os problemas colectivos que



Já publicámos, no n.º 2, esta foto. Com a seguinte legenda: Réus, jurados e juizes. Desde então, os réus muito acusaram, os jurados muito julgaram e os juizes tomaram muito poder

afectam a aldeia, uma sala para correio e telefone, outra para a Comissão de Aldeia e Junta de Freguesia organizarem os seus serviços, propondo-se ainda a montagem de uma minibiblioteca, a construção de lavabos públicos e a formação de uma cooperativa onde os trabalhadores possam comprar os adubos, as sementes, as cordas, assim como vender as suas colheitas.

Negando trabalho e caluniando e perseguindo os trabalhadores mais combativos, os fascistas, caciques e reaccionários locais apoiados pela política estatal começaram já a actuar para que o povo recue, para que o povo desista. Mas os trabalhadores já demonstraram que estão dispostos a avançar, a lutar até à vitória final.

A Comissão de Aldeia não tem dinheiro para a montagem do posto médico e a resposta dos organismos oficiais foi de que o governo não tinha dinheiro. Não para isto. Um governo da burguesia não pode ter dinheiro para os trabalhadores. Estes têm consciência de que na sociedade capitalista em que vivemos só podem contar com eles próprios, com a sua própria força.

Por isso a Comissão de Aldeia de Cótimos apela a todos os trabalhadores, soldados e marinheiros e oficiais progressistas, que possam ajudar para que enviem a sua colaboração para a Comissão de Aldeia, Casa do Povo, Cótimos, Trancoso. Ou então que telefonem para Evélio Soares pelo telefone 44193.

JUNTA DE FREGUESIA CONTRA COMISSÃO DE MORADORES

Carvalhosa é uma freguesia do concelho de Marco de Canaveses. Sendo seus habitantes bastante pobres, e vivendo a maior parte em situação difícil, constituíram uma comissão de moradores. Ora, sendo porta-vozes dos moradores de Searas esta comissão solicitou da Câmara o arranjo do fontanário público lá existente. A comissão e um funcionário da Câmara repararam esse fontanário, para grande alegria dos moradores, que viram assim concretizada uma das suas aspirações.

Quinze dias depois a proprietária da água que sobra do abastecimento, resolveu, de acordo com a Junta e com o repúdio do povo, retirar parte da canalização e das torneiras.

Agora a Junta de Freguesia diz que só ela é que manda, que a comissão de moradores não pode fazer obras. Ora, isto já se passou há um mês e a comissão de moradores não tomou posição no caso. Que deve o povo fazer, visto a saúde dele correr risco?

Joaquim de Souza Vieira
Casa das Laras-Carvalhosa
Marco de Canaveses

Achamos muito bem que tenham constituído a comissão de moradores. Por outro lado, como vocês próprios podem ver, existem muitas pessoas que não querem permitir ao povo exercer o poder que lhe é de direito. Não um direito baseado na legalidade ultrapassada, como pode ser o caso da Junta de Freguesia de Carvalhosa, que ao que parece quer impedir que o povo faça aquilo que julga correcto, mas a legalidade Revolucionária àquela que é feita pelo próprio Povo e que reconhece os seus órgãos de base como organismos de poder que devem ser respeitados como tal. Assim sendo, aquilo que os moradores decidirem, desde que seus órgãos sejam eleitos democraticamente, em assembleias convocadas para o efeito, deve ser respeitado, seja pela junta de freguesia, seja pela Câmara ou seja por qualquer outro morador que discorde da decisão da maioria. Isso também se verifica em relação às construções ou reparos de qualquer género. A Junta de Freguesia e a Câmara devem estar ao serviço dos moradores, e consequentemente devem acatar as decisões dos seus órgãos de poder.

Em relação à questão que nos coloca, é preciso saber se os moradores, ou seu órgão eleito, querem tomar alguma decisão. Se assim for deverão fazer valer a sua decisão. De qualquer forma é preciso que estejam realmente dispostos a defenderem os seus interesses.



EXCLUSIVO

GEN. FABIÃO ao «Correio do Povo»

«Não é com militares muito obedientes e muito arrumadinhos nos seus quartéis e com trabalhadores quietos e silenciosos nos seus locais de trabalho que a revolução poderá avançar»

Será o general Fabião um verdadeiro revolucionário?, foi uma das perguntas que fomos pôr ao chefe do Estado-Maior do Exército, uma das figuras determinantes do processo político que vivemos; e, para além do mais, militar brilhante, no topo da carreira aos quarenta e quatro anos. Quarenta e quatro anos de força serena, com alguma inquietação encoberta, por cento, mas seguramente força concentrada e a postos para a batalha.

Modesto, no que modéstia tem de oposto a vaidade, afável, ao mesmo tempo que se interroga a si mesmo sobre a importância do seu personagem dentro da Revolução, o general Fabião não deixa de afirmar-se, «por clara opção pessoal, feita não hoje, mas bem antes do 25 de Abril», um revolucioná-

rio «que gostaria de avançar sem hesitações até à meta final». Um revolucionário com a consciência de que «o Exército condiciona a (sua) caracterização política e revolucionária»; e de que «uma máquina pesada como é o Exército não poderá mudar radicalmente de um dia para o outro. Por mais revolucionário que seja o seu chefe. «E rematando: Mas a coisa há-de ir».

Essa esperança, fê-la acompanhar de algumas afirmações importantes. «O MFA não chegou ao fim da sua missão histórica»; «As organizações populares de base e as organizações militares de base têm sido, durante a crise, o garante indiscutível da Revolução»; «A Revolução não se faz com decretos e diplomas legais»; «Os SUV's têm impedido retrocessos graves na Revolução»; «Não é com militares muito obedientes

e muito arrumadinhos nos seus quartéis e com trabalhadores quietos e silenciosos nos seus locais de trabalho que a Revolução poderá avançar»; «É com os movimentos revolucionários de massas que a Revolução terá de readquirir o seu ritmo e prosseguir rumo ao Socialismo».

Confessou-nos, ainda, «não ser fácil ser o chefe de um Exército ainda estruturado de maneira tradicional» e não poder ser ele só a transformar esse Exército. Para acrescentar, referindo-se ao actual momento político:

«Existe um desequilíbrio para a direita das forças presentes hoje no VI Governo e na própria orientação do MFA». Mas concluiu: «A crise há-de, contudo, ser superada e a Revolução reencontrar-se-á!»

CdP — Fez-se assentar muito do nosso processo sobre a chamada aliança Povo-MFA, sem nunca se dizer exactamente o que era o Povo e MFA.

Senhor General, o que entende por Povo? O que é o MFA? Como e porquê as dificuldades dessa aliança?

GF — A pergunta, provoca necessariamente, uma resposta sempre controversa, pois é tão difícil definir-se «Povo», debaixo de uma perspectiva política, e de forma que tal definição consiga a aceitação de todos, como sempre foi extremamente difícil fazer perceber aos menos sensibilizados para o problema, o significado da palavra «Pátria». Lembro-me de ter lido há tempos umas redacções publicadas num periódico qualquer, da autoria de adultos, alunos da instrução primária, onde um dizia que «eu ontem vi a Pátria» referindo-se à bandeira nacional num desfile militar; e outro gabava-se de que a sua pátria era muito linda, ligando aqui o conceito de pátria à sua terra natal.

São evidentes os intuitos de cada um, mas muito aquém ficaram ambos na explanação do conceito integral do termo.

Também da palavra «Povo» se poderá dizer que deparamos com idênticas dificuldades. De um ponto de vista meramente sociológico, Povo será o conjunto dos habitantes novos e velhos, masculinos e femininos que constituem um todo nacional. De um ponto de vista histórico, teríamos que acrescentar as gerações formadas desde a criação da nacionalidade. Caracterizando-o sob os dois aspectos, o Povo seria o conjunto dos habitantes, vivos e mortos limitados a um determinado espaço geográfico e ligados pelos mesmos laços históricos. É o Povo-Nação, figura político-jurídica aceite no concerto das Nações. Mas Povo também é cultura, hábitos e costumes, Povo é língua e religião, Povo é mistura homogénea de unidades diversificadas, que se define como um dos elementos fundamentais da unidade política que é o País.

Mas o Povo-social, o Povo-político, o Povo-revolução, aquele de que afinal você me pede uma definição, é algo de diferente e bem mais complexo de caber numa simples definição. Poderia dizer-lhe que é a massa de trabalhadores, aqueles que num país, concorrem com a força do seu trabalho assalariado para a produção nacional, para a riqueza do País. Poderia dizer-lhe também que, à luz do 25 de Abril, Povo são todos aqueles explorados e oprimidos pelo capital monopolista, que durante tantos anos dominou a situação em Portugal. Poderia dizer-lhe também que Povo são todos aqueles que não sofreram o benefício da civilização, como os martirizados habitantes das nossas ex-colónias, os que, entre nós, não têm escola, nem assistência à doença e à

velhice, os que vivem em precárias condições de higiene e conforto, os que de seu nada têm a não ser a preocupação de terem que viver o dia que passa. Mas receio que me chamem demagogo, sectário ou populista e prefiro então dizer que em Portugal, em 1975, Povo são todos quantos, em consciência, participam com todas as suas capacidades físicas e mentais na construção de um Portugal novo, onde não mais se dê lugar à opressão e à exploração do homem pelo homem.

O MFA, é a vanguarda política e revolucionária das Forças Armadas Portuguesas. Foi um lote de oficiais que planeou o 25 de Abril e acabou sendo todos quantos — oficiais, sargentos e praças — se devotaram, nas Forças Armadas, à causa da revolução socialista. É porque esta causa existe e muitos se lhe entregaram de alma e coração, que me permito afirmar categoricamente que o MFA é e terá que ser, cada vez mais vincadamente, o conjunto de soldados, sargentos e oficiais que tudo puseram de parte, para se dedicarem dia e noite, aqui e em qualquer ponto do País, à permanente construção da revolução portuguesa, batendo-se, numa perspectiva de classe, pela luta dos operários e camponeses, em desenvolvimento do processo revolucionário que há-de conduzir à construção do Socialismo.

MFA, PARTIDOS E ORGANIZAÇÕES DE BASE

CdP — Entende que o MFA tem ainda um papel a desempenhar na direcção e vanguarda do processo? Se não, quem poderá assumi-lo: os partidos? os órgãos de poder popular? Entre os quais organizações de base militar, como os SUV (Soldados Unidos Vence-
rão), por exemplo?

GF — Este MFA que defini atrás é algo de forte e vivo, é mais um sentimento que um corpo, pois este limita-se no espaço e no tempo, enquanto aquele é dilatável e eterno. O MFA é hoje algo que brota espontaneamente no íntimo dos militares que entendem a revolução na sua verdadeira asserção histórica, quer dizer, como o desencadear de uma luta de classes de cujo conflito nascerá uma sociedade nova sem castas, sem privilégios, onde os homens serão iguais em direitos e deveres.

O MFA visto assim, existe portanto, pois são todos os que, nas Forças Armadas, desejam ardentemente fazer avançar a revolução. As inevitáveis contradições internas, agudizadas pela influência nefasta de forças exteriores, perturbaram a unidade da sua constituição inicial e ele entrou, de degradação em degradação, em decomposição. Julgo estarem a criar-se de novo condições para o seu renascimento e faço

votos para que tal aconteça depressa, pois a revolução será bastante mais dura e acidentada, sem o seu concurso revolucionário.

A revolução está parada, diz-se para aí, e na verdade, se ela sofreu uma paragem, é preciso notar-se que tal paralisação coincidiu com a crise no interior do MFA, isto é, com a paralisação do próprio MFA.

Nem os partidos nem outras organizações conseguiram superar, neste impasse, a ausência do MFA. Sendo assim, o MFA não chegou ao fim da sua missão histórica, que é a de impulsionar a revolução, ao lado das classes trabalhadoras. Ele irá ressurgir, portanto, mais dia, menos dia, igual a si mesmo, para que o processo retome o ritmo perdido.

As organizações populares de base e as organizações militares de base têm sido, durante a crise, o garante indiscutível da revolução pois que, não se fazendo esta por decretos ou diplomas legais, e estando os Partidos mais entretidos com exercicios de cúpulas e em manobras de poder, do que propriamente em trabalhos de organização revolucionária das massas trabalhadoras, foram estas, nas suas movimentações sistemáticas, a que se associaram ultimamente os SUV, que têm impedido retrocessos graves na revolução.

O movimento dos SUV tem dois significados, dependendo cada um deles da posição em que nos coloquemos. Um significado militar, a que nem sempre me posso eximir, e ao qual se agarram quantos desejam o regresso imediato dos militares aos quartéis, antes mesmo de estar assegurada a revolução, que esses mesmos militares desencadearam; e um significado político, como força autónoma de pensar político-militar que visa a imposição ao País a às Forças Armadas de uma linha de acção revolucionária que começou a perder-se a partir de Julho passado. Na primeira posição colocam-se os defensores da disciplina e da ordem, somente pela disciplina e pela ordem, esquecendo-se de que não é com os militares muito obedientes e muito arrumadinhos nos seus quartéis, e com os trabalhadores quietos e silenciados nos seus lugares de trabalho, que a revolução poderá avançar a caminho do Socialismo que todos desejamos. E isto porque o Socialismo não se alcança por acção governamental, mas com as massas trabalhadoras organizadas e em luta pelo processamento das indispensáveis transformações sociais.

Na segunda posição, encontram-se os que estão efectivamente ao lado de operários e camponeses, os que sabem que revolução é luta quotidiana, que é o sacrifício das comodidades burguesas que é a entrega de corpo e alma ao cumprimento dos objectivos definidos pelo programa da mesma revolução.

Os SUV surgiram em plena crise do MFA. Quando esta recuperar toda a

dinâmica perdida, aqueles deixarão de ser preocupação porque cessando a causa que os fez nascer acabarão, inevitavelmente, por se diluir no seio de umas Forças Armadas impulsionadas por um MFA reencontrado que, ao lado das classes trabalhadoras e com estas, construirão a sociedade socialista que todos desejamos.

FASCISMO IMPROVÁVEL

CdP — Diz a esquerda que, através da via social-democrata que para ela encarna o VI Governo provisório, se chegará rapidamente ao fascismo. Diz o dito VI Governo que a contestação sistemática que a esquerda lhe move poderá abrir as portas ao mesmo fascismo.

Qual o meio, para o senhor, de evitarmos tal «avanço», que seria um regresso catastrófico? E de ultrapassar-mos esta fase crítica, recolocando-nos na via da Revolução?

GF — Cometem-se hoje graves liberdades de linguagem quando se abordam assuntos políticos.

Dizer-se que a social-democracia é a porta aberta ao fascismo sem se explicar concretamente o que se tem em mente com isso, é grosseira distinção de um padrão político-económico que nada tem a ver com o famigerado fascismo.

O que a esquerda certamente querera dizer é que a desaceleração imprimida ao processo revolucionário, com o desequilíbrio para a direita das forças presentes hoje no VI Governo e na própria orientação do MFA, poderá ser aproveitada pelas forças verdadeiramente de direita, ditas reaccionárias, para, numa súbita manobra golpista, inverterem os dados ao problema, superarem as forças de esquerda e permitirem um trágico retrocesso à via revolucionária em que nos encontramos. Mas julgo ser utópica tal visão, pois seria desprezar, na análise da situação, a tremenda força que representam hoje os movimentos revolucionários de massas, nas suas organizações de base. E é com elas que a revolução terá de readquirir o seu ritmo e prosseguir rumo ao socialismo.

Dizer-se, por outro lado, que a contestação que a esquerda move ao VI Governo poderá abrir de igual modo as portas ao fascismo, é cair-se, por outras razões, nos mesmos erros de análise, pois se é verdade que algo divide as forças progressistas e as próprias Forças Armadas, estou certo que todos nós nos dávamos as mãos face a um avanço claro e aberto do fascismo.

Nem por um lado, nem por outro, será jamais provável, de novo, o fascismo em Portugal.

Ultrapassada a fase inicial de desconfiança mútua e logo que o VI Governo,

como creio, avance com as medidas correctas, face à situação concreta que vivemos, a crise será superada e a revolução reencontrar-se-á.

GENERAL FABIÃO REVOLUCIONÁRIO?

CdP — Perguntam-nos: será o general Fabião, personagem fundamental do processo, um verdadeiro revolucionário? Para além da ideia mais ou menos clara que as suas respostas a estas questões deixarão nesses leitores, poderia o senhor General acrescentar algo de mais pessoal e definitivo dizendo-nos quem é o General Fabião e se ele é realmente um revolucionário, como dele se espera nessas cartas inquietas?

GF — Pergunto a mim mesmo se sou um personagem fundamental dentro da revolução, ou se nesta revolução não desempenhará um papel mais actuante, mais proeminente, um operário, um

tradicional, todo ele condicionado por princípios e regras que resistem tenazmente a todas as tentativas de transformação, e crivado de mentalidades ainda mal sensibilizadas pelo espírito da revolução; acumular-se essas funções com outras políticas da mais alta responsabilidade, no interior do órgão mais elevado da estrutura revolucionária das Forças Armadas. Por um lado as coisas aparecem-me com uma determinada feição perfeitamente justificada pelo clima revolucionário em que se vive na sociedade portuguesa. Por outro lado, o significado dessas coisas surge-me totalmente alterado quando as analiso à luz de uma disciplina militar necessariamente rigorosa.

Politicamente falando, numa perspectiva revolucionária, gostaria de avançar sem hesitações, até à meta final. Militarmente falando, a consciência e outras apreensões a que estou submetido, obrigam-me a parar, a hesitar, a pensar duas vezes, por vezes mesmo, a andar para trás.



General Fabião: «Politicamente falando, numa perspectiva revolucionária, gostaria de avançar sem hesitações até à meta final»

pescador ou um trabalhador rural, mesmo até um soldado ou um marinheiro. Mas admito que o seja, não por força do cargo que desempenho, nem pelas estrelas que uso no uniforme, porque essas, em meu entender, só me cerceiam a capacidade revolucionária, mas por tudo aquilo que uma clara opção pessoal feita não hoje, mas bem antes do 25 de Abril, exige constantemente de mim, no sentido de me obrigar a colocarem sempre dentro de uma perspectiva concreta no seio da revolução.

Não é fácil ser-se o chefe de um exército ainda estruturado à maneira

Sinto que o Exército condiciona a minha caracterização política e revolucionária. Não podia ser, aliás, de outra forma. Também não poderei ser eu só a transformar todo o Exército. Terá que ser este a adaptar-se às novas circunstâncias, ao novo ritmo da sociedade e às solicitações bem diferentes que agora lhe vêm de todo o lado.

Tudo isto leva o seu tempo, e uma máquina tradicionalmente pesada como o Exército não poderá mudar radicalmente de um dia para o outro. Por mais revolucionário que seja o seu chefe. Mas a coisa há-de ir.

(Cont. da pág. 3)

podem ser manipuladas de qualquer modo, e como aconteceu com Jesus Cristo, também continuaram a repetir o «crucifica-o», «crucifica-o», e «liberta Barrabás».

A História repete-se e é pena que todos os homens não pensem «várias vezes» o que fazem a seguir.

Neste momento estou baralhado com a actuação de muitas pessoas. Creio que se deve trabalhar mais e falar menos. Estou a tentar fazer isso.

Devemos trabalhar para que cessem os ânimos exaltados, as cobardias e mudem, que acabe o ódio, a mentira e a violência, que se reconheça o que de bem se faz, que os Meios de Comunicação Social sejam arautos da Verdade, objectividade, sinceridade, equilíbrio e mentores de fomentar as boas vontades, que se critique construtivamente, que se estime quem é sério e honesto, que se desculpe os erros dos que se querem emendar e penitenciar do mal que fizeram, que se esqueçam e se deixe de falar naqueles que fizeram mal mas que se realce todo o bem que se está a fazer, que se ajude quem anda a trabalhar bem.

Desculpe se não fui claro. Procurei sê-lo. Se houver dúvidas procurarei esclarecer. Queria que me ajudassem a proceder melhor.

P.º Leandro Serrão
Carregado

MÃOS À OBRA

Em Parada do Bispo, há quase dois anos começaram a fazer uma escola. Não sabemos o motivo por que há mais de um ano a construção se encontra parada.

Esta aldeia tem 50 chefes de família e alguns com quatro ou cinco filhos na escola. Até agora ninguém se interessou pelo bem dos alunos em perguntar porque pararam a construção da escola nova.

Enquanto isto pelo menos sessenta alunos têm aula na antiga sala, cheia de buracos, sem luz, água, sanitas e sem recreio. No inverno utilizam braseiros à velha antiga, pois nem sequer têm um aquecedor. Enquanto os senhores da terra mandam seus filhos para Vila Real, Régua ou Lamego, os alunos pobres continuam a ter aulas nas piores condições.

Quem serão os responsáveis pela escola nova não estar pronta?

Cassiano Pereira Osório
Parada do Bispo — DOURO

- Contactámos com a Direcção das Construções Escolares do Centro e, de lá o técnico responsável informou-nos que o empreiteiro de tal obra faleceu, pelo que, para a construção recomeçar é necessário liquidar as dívidas da

empreitada, pagamento de operários, etc. Por outro lado existem muitos reclamantes de dívidas que o empreiteiro terá contraído na obra, o que tem atrasado (nas palavras do referido técnico) o processamento normal do caso para que seja aberto novo concurso.

Para nós nada justifica que por morte de uma pessoa, dezenas de crianças fiquem sujeitas às mais rudes condições para poderem estudar!

Já não é a primeira carta a denunciar situações tão deploráveis como esta. A burocracia entrava o prosseguimento do processo revolucionário, é urgente que ela saia de vez do nosso dia a dia. Neste caso concreto, pensamos que os pais dos alunos, os professores e demais moradores de Parada do Bispo se devem reunir para discutir este assunto — se é que o não fizeram já — e organizarem-se por forma a exigirem o imediato recomeço da construção. Nem que para isso seja necessário «deitar as mãos à obra»!

COLECTIVIDADES

Somos uma colectividade de cultura e recreio, com sede em Custóias do Douro, concelho de Vila Nova de Foz Côa, denominada METAC (Movimento de Estudantes e Trabalhadores Associados de Custóias). Esta colectividade está a procurar promover culturalmente as pessoas desta freguesia. Promovemos uma biblioteca, reuniões de esclarecimento e jornais de parede. No campo desportivo e recreativo ajudamos a passar o tempo livre e de lazer das pessoas. Possuímos para isso alguns jogos de mesa, algum material desportivo. Possuímos também um grupo cénico que actua em favor da nossa colectividade.

Presentemente estamos a pensar organizar uma escola de música, mas como nossos meios não permitem arranjar o material musical necessário.

Vimos por este meio rogar-lhe o favor de nos informarem de organismos de ajuda para estes fins.

Aproveitamos para fazer um apelo aos leitores do «Correio do Povo» e aos organismos ligados a Colectividades de cultura e recreio para nos ajudarem a angariar fundos para a reconstrução da nossa sede, a enviarem livros para a nossa biblioteca e outros equipamentos.

Centro de Cultura e Recreio do
METAC
Custóias do Douro

Deverão escrever para o FAOJ, Av. Duque de Ávila n.º 135, 5.º Lisboa I e para a Direcção-Geral de Acção Cultural do Ministério da Comunicação Social, descrevendo pormenorizadamente, as vossas necessidades, intenções, possi-

bilidades. À Associação Cultural e Recreativa Juncalense aconselhamos, igualmente o contacto com o FAOJ (Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis). Cá esperamos notícias das vossas realizações.

DEGOLADOUROS

Alguns factos da vida quotidiana, que aqui se vivem:

1.º Não há meios de transporte, o acesso a transportes colectivos dista cerca de 10 km, (2 horas a pé) no entanto passa a cerca de dois quilómetros a Estrada n.º 264, concluída há cerca de dois anos, mas que por incompetência não sei de quem, apesar dos abaixo assinados feitos, ainda não tem carreira de camioneta.

2.º Se alguma pessoa adoecer, só passadas horas, por vezes longas, recebe a visita do médico, que faz o diagnóstico com a respectiva receita. Farmácias, a mais próxima fica a cerca de 30 km, na Vila de Ourique. Os mortos são transportados por quatro pessoas até ao cemitério; ainda não fica assim! A água para beber chegam a ir buscá-la a dois quilómetros de distância, trazendo duas bilhas de cada vez, sobre um burrito. Certos géneros alimentícios como peixe, carnes bovina, ovina, etc, ouve-se falar que existem.

3.º Sobre a política acrescento: o caciquismo predomina, com especial incidência na localidade designada por Santana da Serra, procuram alienar as pessoas de qualquer partido esquerdista, deturpando-lhe qualquer ideologia que vise impulsionar a Revolução encetada pelo 25 de Abril. Ali têm tentado boicotar comícios, sessões de esclarecimento, etc. chegando mesmo a materializar os seus intentos demagógicos.

Imprescindível acho também vincular a este papel que as pessoas menos esclarecidas, quando foram as eleições para a Assembleia Constituinte foram votar em determinados partidos, na generalidade, das direitas, influenciados por meia dúzia de caciques que alguns dias antecedentes andaram a distribuir panfletos pelos montes, com verbalismos estéreis de certa índole, que os fizeram mesmo prescindir daquilo que realmente tinham em mente, e aderirem àquele que lhes impunham.

Aqui qualher pessoa de filiação partidária esquerdista é automaticamente marginalizado pelos seus conterrâneos, alcunham-no com toda a espécie de agressões psíquicas e por vezes físicas; enfim, vive-se aqui um clima de intimidação, constringendo-nos as nossas concepções ideológicas, de facto muito progressistas. A palavra do burguês por muito que individualista, é que prevalece, e não pode ser infringida.

MARIA GUERREIRO RODRIGUES
Degoladouros-Ourique

CULTURA

Cont. da pág. 22

problema, pois existe sempre, na nossa região ou perto do nosso local de trabalho, uma sala que não seja utilizada ou esteja subaproveitada, e mesmo que não exista, isso não é obstáculo para trabalhadores, pois onde não há sala, constrói-se uma, nas horas vagas e fins de semana, com a solidariedade de vizinhos e colegas de trabalho e, nessa sala, um pequeno estrado de madeira serve de palco.

Resta agora escolher um texto de qualidade, dos muitos que existem à venda, e, em caso de dúvida, pode-se sempre escrever para os muitos grupos de teatro amador que existem nos arredores de Lisboa e não só, e pedir conselho. O grupo pode também criar ele próprio o seu texto-base, a partir da realidade própria da colectividade em que esta integrado, do património cultural comum aos elementos do teatro. Esse texto surgirá a partir de amplo diálogo sobre as condições de vida gerais, ficando um dos elementos do grupo encarregado de tomar apontamentos, que depois irão sendo lidos e desenvolvidos por todos, até se atingir uma forma considerada satisfatória.

Não é necessário muito dinheiro para que um grupo de teatro funcione, é preciso sim muita força de vontade, pois por vezes os ensaios são desanimadores e parece mesmo que a coisa não vai para a frente, mas se se insiste acaba mesmo por ir, e é preciso também que existam boas relações entre todos os elementos, grande compreensão e respeito mútuos. É claro que o grupo saberá encontrar a sua força de democracia interna, que salvaguarda sempre a crítica livre e construtiva, o diálogo aberto, um rigoroso apartidarismo político do grupo, a criatividade de todos.

Para que os leitores do Correio do Povo, futuros componentes de grupos de Teatro Amador, possam beneficiar com a experiência de camaradas trabalhadores que já se organizaram para formar grupos, contamos poder apresentar no próximo número uma mesa redonda com elementos de vários Grupos de Teatro Amador dos Bairros operários dos arredores de Lisboa.

Apelamos aqui também, para que os leitores do Correio do Povo que já possuem experiências de todos os géneros, dentro do campo da Cultura Popular, para que colaborem nesta secção cultural da revista, com o relato das suas experiências, sugestões ou dúvidas.

FILIPPE ROCHA DA SILVA

HISTÓRIA

Cont. da pág. 24

do-lhe na boca uma moeda de ouro ou prata para pagarem a primeira pousada;», etc. etc.

Todos estes suspeitos podiam ser presos preventivamente. Na prisão eram convidados a confessar as suas culpas.

Conforme o grau de culpabilidade que os juizes determinavam assim podiam ser aplicadas variadíssimas penas que iam desde simples castigos espirituais até aos açoites, ao trabalho nas galés, à prisão perpétua, à morte pela fogueira ou pelo garrote.

As execuções eram precedidas de grandiosas procissões, quase sempre realizadas ao domingo para garantir maior assistência de gente.

Nesses dias repicavam os sinos como se de uma verdadeira festa se tratasse.

«Na frente ia o guião com a imagem de S. Pedro Mártir, de um lado, e do outro o emblema do Santo Ofício, após o estandarte as comunidades religiosas e em seguida os penitenciados com os sambenitos, espécie de sacos abertos nos lados, de cor amarela atravessados de duas faixas vermelhas em aspas, na parte do peito, de tocha na mão e cada um entre dois familiares. Os condenados à morte usavam pintados no sambenito, em vez de aspas, labaredas invertidas. Estes iam na cauda do cortejo... não escapavam mesmo os mortos, a memória de alguns dos quais ainda era sujeita e condenada a ser queimada em estátua».

Cabe ainda dizer que aos condenados eram expropriados os bens.

Não é difícil adivinhar as injustiças de que eram vítimas as pessoas que viviam no terror de serem denunciadas por ódio, por cobiça, por excesso de zelo religioso, etc.

Este processo de denúncias que os réus faziam na tentativa de acertar na causa que tinha levado à sua prisão provocava a detenção de famílias inteiras que por sua vez ou negavam arriscando a vida ou confessavam e perdiam todos os bens.

Muitos optavam por fugir do País quando algum membro da sua família era preso, sabendo antecipadamente a sorte que o esperava se ficasse.

Fugiam sobretudo para o Brasil, para França, Holanda e outras terras.

A ACÇÃO DA INQUISIÇÃO

A acção da inquisição estendeu-se a todos os aspectos da vida portuguesa: para ser empregado do Estado era exigido um atestado de limpeza de sangue passado pelo tribunal da Inquisição... Não se publicava um livro que não tivesse de ser submetido à mais rigorosa censura. Em suma, toda a vida de qualquer cidadão era controlada nos mais pequeninos pormenores.

O poder da Inquisição era tão grande que os próprios governantes passaram a temer dele. Era como um Estado dentro de outro Estado.

O seu poder chegou mesmo a estender-se ao Brasil com o consentimento dos governantes apesar das queixas dos povos que pagavam avultadas somas ao rei no intuito de comprar o sossego.

Inicialmente um boa aliada da monarquia portuguesa a Inquisição passou a defender os interesses espanhóis durante e após a dominação filipina, tendo mesmo entrado numa conjura para assassinar D. João IV.

A Inquisição pode ser considerada como a expressão de uma luta de classes e teria sido «criada para resolver um problema social».

A luta de classes, que noutros lugares encontrou formas diferentes para resolver os seus antagonismos, aqui manifestou-se pela formação de organismos poderosos que pela repressão sustêm, isto é, adiam por algum tempo a luta inevitável entre pobres e ricos, entre exploradores e explorados.

A Inquisição tornou-se um organismo tão poderoso que ultrapassou o poder dos governantes. Isto não podia ser tolerado pelos reis que tentam por todos os meios enfraquecê-la.

O próprio povo, cristãos novos e velhos, passaram a ter consciência da injustiça das distinções raciais.

Um golpe mortal foi dado na Inquisição pelo marquês de Pombal que acabou com a distinção entre cristãos velhos e novos em Maio de 1773. Enfraquecida e sem poderes que tivera durante os séculos XVI, XVII e XVIII, veio a ser extinta por decreto das Cortes em 5 de Abril de 1822.

Apesar de extinta oficialmente nesta data, a mentalidade imobilista e a incompreensão social ainda teimam permanecer aqui e além, em certos extractos da população portuguesa.

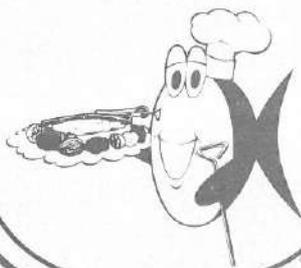
DIAMANTINO TRINDADE

Todas as pessoas interessadas em receber gratuitamente esta revista deverão fazê-lo saber, por carta ou postal, a CORREIO DO POVO Ministério da Comunicação Social, Palácio Foz, Praça dos Restauradores, Lisboa-2. Informamos que os primeiros 6 números estão esgotados.

Conservas de peixe pratos mais gostosos e variados

CONSERVAS DE PELXE

RECEITA EMPADÃO DE ATUM DE CONSERVA



EMPADÃO DE ATUM DE CONSERVA

Batatas - 4
Atum - 1 lata
Farinha - 1 colher de sopa
Margarina - 1 colher de sopa
Leite para o molho - 2,5 dl.
Leite para o puré - q. b.

Faz-se um puré de batata. Estende-se metade num prato de ir ao forno, rega-se com molho branco feito com a farinha, o leite e a margarina, em seguida coloca-se uma camada de atum. Tapa-se com o resto do puré cobre-se com queijo ralado e vai ao forno a alourar.

TOMATES RECHEADOS COM SARDINHAS

Tomates - 6
Sardinhas - 2 latas
Ovos - 2
Sal e pimenta

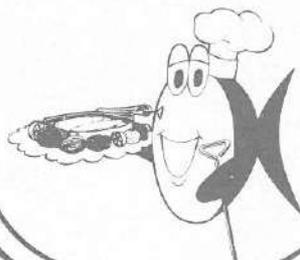
Escolhem-se os tomates pequenos e todos do mesmo tamanho, faz-se um buraco na parte de cima e tiram-se as sementes.

Picam-se as sardinhas, temperam-se com sal e pimenta e juntam-se-lhes os ovos cozidos.

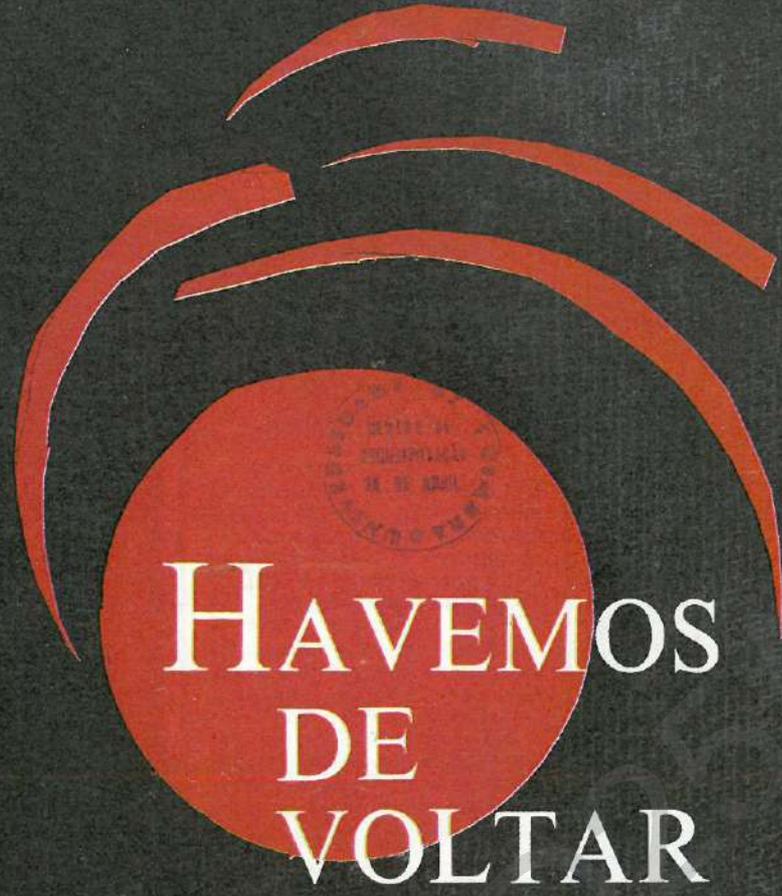
Recheia-se o tomate com este preparado e leva-se ao forno.

CONSERVAS DE PELXE

RECEITA TOMATES RECHEADOS COM SARDINHAS



Escrito em 1960 na cadeia do Aljube, onde Agostinho Neto fora encarcerado pela PIDE, este poema define, nesta hora e neste lugar trágicos, a inabalável intenção do seu Autor de continuar a caminhada revolucionária até à libertação do seu país do jugo colonial. Agora, que a intenção se cumpre, celebremos, através do poeta e do revolucionário, essa libertação.



HAVEMOS DE VOLTAR

Às casas, às nossas lavras
às praias, aos nossos campos
havemos de voltar

Às nossas terras
vermelhas do café
brancas do algodão
verdes dos milharais
havemos de voltar

Às nossas minas de diamantes
ouro, cobre, de petróleo
havemos de voltar

Aos nossos rios, nossos lagos
às montanhas, às florestas
havemos de voltar

À frescura da mulemba
às nossas tradições
aos ritmos e às fogueiras
havemos de voltar

À marimba e ao quissange
ao nosso carnaval
havemos de voltar

À bela pátria angolana
nossa terra, nossa mãe
havemos de voltar

Havemos de voltar
À Angola libertada
Angola independente

AGOSTINHO NETO